

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023
EDITAL Nº 010/2023 NO WWW.LICITANET.COM.BR

O **Município de Chã Grande**, por intermédio do Pregoeiro Mannix de Azevêdo Ferreira, nomeado pela Portaria Nº 002/2023, de 02 de janeiro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará, licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, TIPO **MENOR PREÇO GLOBAL**, com execução contratual a ser realizada sob o regime de **empreitada por preço unitário**, autorizada no Processo Licitatório Nº 019/2023, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DA REGÊNCIA LEGAL

1.1 Este Pregão reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002; pelo Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto Municipal Nº 005/2017, de 13.01.2017, no Decreto Municipal Nº 065/2021, de 02.12.2021, no Decreto Municipal Nº 039/2022, de 24.08.2022, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, atualizada pela Lei Complementar Nº 147, de 07.08.2014, aplicando subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, pela legislação pertinente e pelas condições previstas neste Edital e seus Anexos.

2 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DO TEMPO

2.1 Recebimento das Propostas a partir do dia **23 de maio de 2023** às **07h00min** até o dia **02 de junho de 2023** às **07h59min**.

2.2 Abertura das Propostas: **02 de junho de 2023** às **08h00min**

2.3 Início da sessão de disputa de preços: **02 de junho de 2023** às **08h20min**

2.4 O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.

2.5 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao Certame.

2.6 Formalização de consultas: observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consulta através do próprio sistema no campo “mensagens”, ou pelo número (81) 3537.1140 – Ramal 27. As consultas serão respondidas diretamente no sítio www.licitanet.com.br, no campo “mensagens”, no link correspondente a este Edital.

3 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do Certame.

3.2 Os trabalhos serão conduzidos por Servidor Público designado através de ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET”, constante da página eletrônica da Licitanet - Licitações Eletrônicas, coordenadora do sistema.

4 – DO OBJETO

4.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa de engenharia para Pavimentação da Via Severino Caetano de Deus – Etapa 6 e Estrada da Palmeira, no Município de Chã Grande/PE – Contrato de Repasse MAP Nº 939072/2022**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

4.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço do global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

4.3 Os itens com a descrição, quantitativos e valores estimados, estão assim relacionados e especificados:

| Item | Fonte | Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Custo Unitário (R\$) | BDI (%) | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------|-------|--------|-----------|---------|------------|----------------------|---------|----------------------|-------------------|
|------|-------|--------|-----------|---------|------------|----------------------|---------|----------------------|-------------------|

| RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | | | | | | | | | 1.266.081,22 | |
|----------------------------------|--|-------------|--|-----|----------|----------|-------|----------|------------------|-------------------|
| 1. | ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | | 47.645,40 | |
| 1.1 | Composição | COMP 003 | Administração Local | Mês | 6,00 | 6.543,80 | BDI 1 | 7.940,90 | 47.645,40 | |
| 2. | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS – ETAPA 06 | | | | | | | | - | 831.557,34 |
| 2.1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | | | - | 5.915,06 |
| 2.1.1 | Composição | COMP 001 | Placa de Obra em chapa de aço galvanizado – Ref. ORSE 0051 – 10/2022 | M² | 11,52 | 423,12 | BDI 1 | 513,46 | 5.915,06 | |
| 2.2 | PAVIMENTAÇÃO | | | | | | | | - | 802.908,88 |
| 2.2.1 | SINAPI | 101169 | Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). AF_05/2020 | M² | 5.856,40 | 82,76 | BDI 1 | 100,43 | 588.158,25 | |
| 2.2.2 | SINAPI | 94265 | Guia (meio-fio) concreto, moldada in loco em trecho reto com extrusora, 15cm base X 30cm altura. AF_06/2016 | M | 2.057,00 | 420,02 | BDI 1 | 50,99 | 104.886,43 | |
| 2.2.3 | SINAPI | 94281 | Execução de sarjeta de concreto usinado, moldada in loco em trecho reto, 30 cm base X 15 cm altura. AF_06/2016 | M | 1.020,00 | 52,90 | BDI 1 | 64,19 | 65.473,80 | |
| 2.2.4 | COMPOSIÇÃO | COMP 002 | Escoramento contínuo de meio-fio, com aquisição, espalhamento e transporte de material c/distância até 10km. | M | 2.040,00 | 17,93 | BDI 1 | 21,76 | 44.390,40 | |
| 2.3 | DRENAGEM | | | | | | | | - | 22.197,06 |
| 2.3.1 | SINAPI | 90091 | Escavação mecanizada de vala com prof. até 1,5m (média montagem e jusante/uma composição por trecho), escavadeira (0,8 m³), larg. de 1,5m a 2,5m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência. AF_02/2021 | M³ | 6,75 | 6,34 | BDI 1 | 7,69 | 51,91 | |
| 2.3.2 | SINAPI | 97949 | Caixa para boca de lobo simples retangular, em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, dimensões internas: 0,6X1X1,2m. AF_12/2020 | UN | 3,00 | 1.649,82 | BDI 1 | 2.002,06 | 6.006,18 | |
| 2.3.3 | SINAPI | 92214 | Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 800mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências – fornecimento e assentamento. AF_12/2015 | M | 3,00 | 452,28 | BDI 1 | 548,84 | 1.646,52 | |
| 2.3.4 | SINAPI | 93378 | Reaterro mecanizado de vala com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26m³ / potência: 88HP), largura até 0,8m, profundidade até 1,5m, com solo de 1ª categoria em locais com baixo nível de interferência. AF_04/2016 | M³ | 5,25 | 28,49 | BDI 1 | 34,57 | 181,49 | |
| 2.3.5 | SINAPI | 102739 | Boca para bueiro simples tubular D=80 cm de concreto, alas com escondidade de 0°, incluindo fôrmas e materiais. AF_07/2021 | UN | 3,00 | 3.931,04 | BDI 1 | 4.770,32 | 14.310,96 | |
| 2.4 | SINALIZAÇÃO | | | | | | | | - | 536,34 |
| 2.4.1 | COMPOSIÇÃO | 5213440-MOD | Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço D= 0,40m – película retrorrefletiva tipo I E SI | UND | 2,00 | 90,90 | BDI 1 | 110,31 | 220,62 | |
| 2.4.2 | SICRO | 5216111 | Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8X8cm – fornecimento e implantação | UND | 2,00 | 130,09 | BDI 1 | 157,86 | 315,72 | |
| 3. | ESTRADA DA PALMEIRA | | | | | | | | - | 386.878,48 |
| 3.1 | PAVIMENTAÇÃO | | | | | | | | - | 385.907,36 |
| 3.1.1 | SINAPI | 101169 | Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). AF_05/2020 | M² | 2.748,20 | 82,76 | BDI 1 | 100,43 | 276.001,73 | |
| 3.1.2 | SINAPI | 94265 | Guia (meio-fio) concreto, moldada in loco em trecho reto com extrusora, 15cm base X 30cm altura. AF_06/2016 | M | 1.057,00 | 420,02 | BDI 1 | 50,99 | 53.896,43 | |
| 3.1.3 | SINAPI | 94281 | Execução de sarjeta de concreto usinado, moldada in loco em trecho reto, 30 cm base X 15 cm altura. AF_06/2016 | M | 520,00 | 52,90 | BDI 1 | 64,19 | 33.378,80 | |
| 3.1.4 | COMPOSIÇÃO | COMP 002 | Escoramento contínuo de meio-fio, com aquisição, espalhamento e transporte de material c/distância até 10km. | M | 1.040,00 | 17,93 | BDI 1 | 21,76 | 22.630,40 | |
| 3.2 | SINALIZAÇÃO | | | | | | | | - | 971,12 |

| | | | | | | | | | |
|---|------------|-------------|--|-----|------|--------|-------|--------|--------|
| 3.2.1 | COMPOSIÇÃO | 5213440-MOD | Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço D= 0,40m – película retrorrefletiva tipo I E SI | UND | 2,00 | 90,90 | BDI 1 | 110,31 | 220,62 |
| 3.2.2 | SICRO | 5213444 | Placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,248m – película retrorrefletiva tipo I + SI – fornecimento e implantação | UND | 1,00 | 228,20 | BDI 1 | 276,92 | 276,92 |
| 3.2.3 | SICRO | 5216111 | Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8X8cm – fornecimento e implantação | UND | 3,00 | 130,09 | BDI 1 | 157,86 | 473,58 |
| Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada. | | | | | | | | | |

Total Geral: R\$ 1.266.081,22 (Um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, oitenta e um reais e vinte e dois centavos), sendo 955.000,00 (Novecentos e cinquenta e cinco mil reais), com Valores repassados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e R\$ 311.081,22 (Trezentos e onze mil, oitenta e um reais e vinte e dois centavos) com Valores referentes à Contrapartida pelo Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. As Pessoas Jurídicas ou Firms Individuais deverão estar credenciadas, de forma direta ou através de empresas associadas à LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.2. O Credenciamento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto ao Sistema, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS;
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS.

5.3. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Licitanet – Licitações Eletrônicas, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Licitanet – Licitações Eletrônicas e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Licitanet – Licitações Eletrônicas.

5.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

6 - DA OPÇÃO PELO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO

6.1 As licitantes que optarem pelo tratamento diferenciado e favorecido e instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, juntamente com documentação necessária a habilitação, o Termo de Opção, conforme modelo constante do Anexo XVIII, **acompanhado da documentação comprobatória de seu enquadramento como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP.**

6.2 Nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006 e LC nº 155/2016, são consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- 6.2.1 **No caso das microempresas**, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);**
- 6.2.2 **No caso das empresas de pequeno porte**, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).**

6.3 Nos termos do parágrafo 1º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, considera-se **receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.**

6.4 As licitantes deverão comprovar que a receita bruta auferida no ano-calendário corrente não ultrapassou os

limites previstos no art. 3º, da LC nº 123/2006.

6.5 No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite de valor para fins de enquadramento será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses (parágrafo 2º, do art. 3º, da LC 123/2006).

6.6 Para fins de determinação da receita bruta, poderá ser considerado o **regime de competência ou de caixa**, mantido o critério para todo o ano-calendário (art. 4º, parágrafo 2º, da Instrução Normativa SRF nº 608, de 09 de janeiro de 2006).

6.7 **Não se inclui** no regime diferenciado e favorecido previsto na LC 123/2006, para quaisquer efeitos legais, a **pessoa jurídica** (parágrafo 4º do art. 3º, da LC nº 123/2006):

6.7.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

6.7.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

6.7.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócio de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da LC nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º daquela norma;

6.7.4 De cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela LC nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º daquela norma alterada pela LC 155/2016;

6.7.5 De cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º, da LC nº 123/2006 alterada pela LC 155/2016;

6.7.6 Empresa constituída sob a forma de cooperativa, salva as de consumo;

6.7.7 Empresa que participe do capital de outra pessoa jurídica;

6.7.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

6.7.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

6.7.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações;

6.7.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação ou habitualidade.

6.8 O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desmembramento não implicará alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados (parágrafo 3º do art. 3º, da LC nº 123/2006).

7 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços cadastradas no sistema;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

7.2. Quanto às alíneas “c” e “d” do item anterior, trata-se das propostas de preços iniciais ofertados para determinado item/lote, disponibilizada em campo do próprio sistema, sem a “prévia” identificação da empresa licitante.

7.2.1. Tal proposta cadastrada no sistema, não se confunde com a proposta de preços devidamente preenchida e assinada que deve acompanhar os documentos de habilitação.

8 - DO CRADASTRO NO SISTEMA LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS

8.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada ao LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.licitanet.com.br;

8.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.3. O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços juntamente com toda documentação exigida, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS nem à administração municipal, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9 – DA PARTICIPAÇÃO

9.1. A participação no Pregão, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

9.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.4. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e atendam todas as exigências que aqui constem.

9.4.1. É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93. (**Acórdão 8.271/2011 2ª Câmara** do Tribunal de Contas da União).

9.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto Municipal N° 039/2022.

9.6. Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

9.6.1. Pessoas Jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados, quais sejam:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- b) Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON;
- c) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- e) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- f) Reunidos sob forma de consórcio;
- g) Mantendo qualquer tipo de vínculo profissional com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- h) Autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do projeto básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;
- i) De empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante;
- j) Que seja sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- k) De licitantes que estiverem enquadradas, no que couberem, ao disposto no artigo 9º, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores atualizações;
- l) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

9.7. Não poderá participar empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação.

9.8. Quando um dos sócios representantes ou responsável (eis) técnicos (as) da licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório. Caso não seja feita a escolha pelo sócio representante ou responsável técnico ambas serão excluídas do certame.

9.9. É vedado ao servidor do órgão e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Chã Grande - PE, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.

9.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: **(34) 2512-6500 – opção 2**, ou através da LICITANET – LICITAÇÕES ONLINE ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br

10 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta de preços devidamente preenchida e com a descrição do objeto ofertado e com o preço, juntamente com os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

10.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

10.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1. Valor Global;

11.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

11.1.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

11.1.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

11.1.5. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

12 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

12.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

12.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

12.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta não terá valor especificado, ficando a critério do licitante a sua livre escolha de valor.

12.12. O modo de disputa utilizado será o **“MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO”**, nos termos do art. 31, II, e art. 33 do Decreto Federal N° 10.024/2019.

12.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.15. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance

final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.15.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

12.17. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.18. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

12.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.23. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, com execução contratual a ser realizada sob o regime de **empreitada por preço unitário** conforme definido neste Edital e seus anexos.

12.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

12.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.27. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.30. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

12.31. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

12.31.1. No país;

12.31.2. Por empresas brasileiras;

12.31.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.31.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.32. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.33. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.34. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

12.35. Após a fase de lances e de negociação, se o valor final de cada item for igual ou inferior a 50% do valor médio, inicialmente estimado, será solicitada a composição de preços, sob pena de desclassificação, caso o licitante não apresente tais composições dentro de prazo estabelecido dentro da própria sessão eletrônica.

12.35.1. A finalidade e o embasamento para a exigência do item anterior, é a busca pela garantia de uma execução contratual segura para a administração pública.

13 – DO DECRETO Nº 039, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

13.1. Acerca do Decreto Municipal Nº 039/2022 (regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME's, EPP's, MEI's, Agricultores Familiares, Produtores Rurais e Sociedades Cooperativas nas contratações públicas no âmbito da administração pública municipal), serão beneficiados pelo mesmo, empresas/licitantes de âmbito local e/ou regional, conforme comprovação/declaração apresentada pelas mesmas, que se enquadram nessa condição e requerem tal benefício.

13.2. De modo a atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 47 da Lei Complementar Federal Nº 123/2006, os benefícios referidos nesta lei poderão priorizar a contratação com ME's e EPP's sediadas local ou regionalmente, podendo pagar preço superior ao melhor preço válido, até o limite de 10% (dez por cento).

13.2.1. Aplica-se o disposto no item 13.2 nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's e EPP's sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço ofertado.

13.3. Considera-se:

a) Âmbito local: limites geográficos do Município de Chã Grande – PE.

b) Âmbito regional – compreendendo as seguintes regiões:

Macrorregião: os seguintes Municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Chã de Alegria, Glória de Goitá, Fernando de Noronha, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Pombos, Recife, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão.

Mesorregião: os seguintes Municípios: Agrestina, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bonito, Cachoeirinha, Calçado, Camocim de São Félix, Caruaru, Cumarú, Gravatá, Ibirajuba, Jucati, Jupí, Lajedo, Passira, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, São Bento do Uma, São Caetano, São Joaquim do Monte, Surubim, Tacaimbó.

Microrregião: os seguintes Municípios: Água Preta, Amaraji, Angelim, Barreiros, Belém de Maria, Canhotinho, Catende, Cortês, Cupira, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Jurema, Lagoa dos Gatos, Maraiá, Palmeirina, Panelas, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Xexéu; e

13.3.1. A administração “poderá” estabelecer prioridade de contratação para as ME's e EPP's, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, de acordo com o artigo 48, §3º, da Lei complementar Nº 123/2006;

13.3.2. Para efeito dos benefícios do Decreto Municipal Nº 039/2022, a prioridade será para as ME's e EPP's sediadas em Chã Grande – PE;

13.3.3. Não tendo ME ou EPP sediada no Município de Chã Grande – PE, cuja proposta esteja no limite de 10% (dez por cento) previsto no subitem anterior, a prioridade poderá ser dada para as ME's e EPP's regionais e, em último caso, aquelas sediadas em Municípios situados no Estado de Pernambuco, seguido pelos demais Estados da Federação.

13.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

13.4.1. Na modalidade Pregão, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas ME's e EPP's sejam iguais ou até 5% superiores ao menor preço;

13.4.2. O disposto no item 13.4 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por ME ou EPP;

13.4.3. A preferência que trata o item 13.4 será concedida da seguinte forma:

I – Ocorrendo empate, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II – Não ocorrendo à contratação da ME ou EPP, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME's ou EPP's que se encontre em situação de empate, será realizado sorteio entre elas (via sistema LICITANET) para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

IV – Não se aplica o sorteio citado na alínea III, quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lance do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes;

V – Após o encerramento dos lances, a ME e EPP melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta em prazo estabelecido pela comissão deste órgão, na própria sessão eletrônica.

13.5. Para os fins dispostos no Decreto Municipal Nº 039/2022, o enquadramento como:

a) ME ou EPP se dará nos termos do artigo 3º, caput, incisos I e II, e parágrafo 4º da Lei Complementar Nº 123/2006;

b) MEI se dará nos termos do parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar Nº 123/2006.

13.6. Nas licitações para aquisições de bens de natureza "divisível" (e quando o item possuir valor estimado acima R\$ 80.000,00), desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, o Pregoeiro/Equipe de Apoio reservará cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME e EPP.

13.6.1. Para o disposto no item 13.6, a prioridade concedida pelo Decreto Municipal Nº 039/2022 será aplicada apenas na COTA RESERVADA para contratação exclusiva de ME's e EPP's.

13.7. A empresa licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de ME ou EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar Nº 123/2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto Municipal Nº 039/2022.

13.8. Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME, EPP ou MEI, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar Nº 123/2006.

14 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Federal Nº 10.024/2019.

14.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

14.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

14.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

14.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

14.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

14.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

14.14. Para os itens que foram divididos em cota reservada e cota principal, os valores finais deverão ser os mesmos, respectivamente.

14.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

15 – DA HABILITAÇÃO

15.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

15.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

15.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.1.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.1.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

15.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

15.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.2 A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÁ EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA, CONFORME ART. 26, DO DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. (O NÃO ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA ACARRETERÁ NA INABILITAÇÃO DA EMPRESA).

15.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

15.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

15.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.5.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15.6 Ressalvado o disposto no item 5.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

15.6.1 **A Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação:

- a) Para **Empresas Individuais**: Declaração de constituição registrada na Junta Comercial acompanhada das respectivas alterações, quando houver;
- b) Para **Sociedade Empresária**: Ato constitutivo, ou contrato social em vigor, e deverá estar devidamente consolidado e acompanhado das posteriores alterações, se houver (Lei Federal nº 11.127, de 28 de junho de 2005);
- c) Para **Sociedade por Ações** (sociedade empresária do tipo S/A): ato constitutivo e alterações subsequentes, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;
- d) Para **Sociedade Civil** (sociedades simples): Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Para **Empresa ou Sociedade Estrangeira** em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro e autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) **Certidão Simplificada, emitida pela junta comercial competente, e/ou Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm> com data de GERAÇÃO e EXPEDIÇÃO dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação. (SE FOR O CASO).**
- g) Cópia do Alvará de funcionamento, expedido por Prefeitura Municipal da Sede da Licitante.

15.6.2 **A Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, da **Dívida Ativa da União e da Fazenda Federal**, atualizada, conforme o disposto no Decreto nº 8.302/2014 e Portaria nº 358/2014/MF;
- d) Certidão Negativa de Débitos (**CND**), expedida pelo **INSS**, atualizada, podendo ser apresentada conjuntamente com a Certidão de que trata o subitem 15.6.2 alínea “c” do Edital, conforme estabelece a Portaria RFB/PGFN nº 1751/2014;
- e) Certidão de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS);
- f) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho.

15.6.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.6.2.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.6.2.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no **item 15.6.2.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7 da Lei Nº 10.520/02 sendo facultado ao Município de Chã Grande convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

15.6.3 A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **INCLUSIVE**, processos eletrônicos (PJ-e) de 1º e 2º grau; com data de expedição ou revalidação dos últimos **90 (noventa) dias** anteriores à data da realização da licitação, prevista no **subitem 2.3 deste Edital**, caso o documento não consigne prazo de validade.

a.1) Nas comarcas onde não houver Processo Judicial Eletrônico (PJ-e), o licitante deverá apresentar declaração comprobatória expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, sob pena de Inabilitação.

b) **Balanco e demonstrações contábeis** com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, autenticados e registrados (chancelado) na Junta Comercial do Estado da sede da Licitante **referentes ao último exercício social**, que demonstrem resultados superiores a 1 (um) para os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG). (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 02/2008 e alterações posteriores):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) Será aceita também a apresentação de **balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias**, referentes ao **exercício em curso**, na forma da Lei, devidamente **assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial**.

d) Empresa criada no exercício em curso: fotocópias do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado (chancelado) na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

e) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente e pelo Diretor da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

f) Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo sped, conforme autoriza o art. 78 -A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.

g) Caso os **índices citados** na alínea “b” anterior demonstrem resultados **iguais ou inferiores a 1 (um)**, a licitante deverá **comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, por meio da apresentação do **balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices

oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta (Acórdão TCU nº 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 02/2008 e alterações posteriores).

h) A justificativa de se exigir a demonstração da qualificação econômico-financeira das licitantes foi por demais salutar, eis que, atendendo ao princípio da continuidade do serviço público, evitem-se paralisações por deficiência de recursos monetários. O objetivo é o de poder verificar a saúde financeira da licitante, evitando a participação de empresas que apresentem dependência econômica, isto é, aquelas que não possam executar os serviços às próprias expensas.

15.6.4 A **Qualificação Técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão atualizada de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, na qual conste o(s) nome(s) de seu(s) responsável(is) técnico(s).

b) Comprovação da Empresa licitante de possuir no seu quadro (empregados, sócios, diretores), na data da entrega dos documentos de habilitação, profissional(ais) de nível superior registrado(s) no CREA ou outra entidade competente, detentor(es) de atestado(s) ou certidão(ões) de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) relativo(s) aos serviços de engenharia emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, deverão estar acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(S) da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s).

No(s) atestado(s) deverá(ão) estar contemplados os seguintes serviços de características semelhantes aos do objeto licitado e considerados de maior relevância técnica e valor significativo, como descritos abaixo:

| | |
|--|-------------------------|
| Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). AF_ 05/2020. | 3.441,84 m ² |
|--|-------------------------|

c) A execução dos serviços deverá ser conduzida, obrigatoriamente, sob responsabilidade técnica dos profissionais cujos atestados foram apresentados pela licitante para comprovação da capacidade técnico-profissional, em atendimento ao subitem 15.6.4, alínea “b” deste Edital.

d) Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado na fase de habilitação por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico acompanhada da baixa da ART do profissional, que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pelo CONTRATANTE.

e) O representante legal da licitante deverá emitir declaração informando quem são os responsáveis técnicos da empresa que atuarão na execução da obra. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar na Certidão atualizada de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

e.1) A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) referido(s) no subitem 15.6.4, alínea “b” deste Edital será feita mediante cópia do contrato de trabalho com a empresa licitante, constante da Carteira Profissional, da Ficha de Registro de Empregado (FRE) que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais), com visto do órgão competente, a GFIP do último mês de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço antes da data prevista para a abertura do certame ou pela apresentação de Contrato de Prestação de Serviços firmado com o profissional.

e.2) Quando o responsável técnico for o dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através de um dos seguintes documentos: contrato social, certidão de registro do CREA ou CAU, devidamente atualizada, ou de certidão simplificada da Junta Comercial expedida na sede do licitante.

f) Declaração do Responsável Técnico, de que possui pleno conhecimento do Objeto desta Licitação.

g) Declaração formal de disponibilidade dos equipamentos, das máquinas e do pessoal técnico especializado, níveis técnico e superior, necessários à execução do objeto licitado.

15.6.5 **Apresentação das seguintes Declarações:**

a) **Declaração de que não utiliza, direta ou indiretamente, mão de obra de menores** conforme as disposições contidas no art. 7, XXXIII da Constituição Federal de 1988, de acordo com o modelo do **ANEXO XIV** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.

b) **Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo** nos termos do modelo constante do **ANEXO XVI**, deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.

c) **Declaração expressa**, conforme modelo constante no **ANEXO XIX** de que o sócio ou diretor não ocupa cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança, no Município de Chã Grande.

d) **Declaração expressa**, conforme modelo constante no **ANEXO XV** de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.

e) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, de acordo com o modelo do **ANEXO XVII** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.

f) **Declaração de Opção para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**, de acordo com o modelo do **ANEXO XVIII** deste edital; **deverá comprovar tal condição mediante Certidão Simplificada, emitida pela junta comercial competente, e/ou Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm> com data de GERAÇÃO e EXPEDIÇÃO dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação**, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.

15.7 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples.

15.7.1 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

15.8 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, exceto aqueles previstos em legislação específica.

15.9 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

15.9.1 Em nome da licitante, preferencialmente, com número do CNPJ e com endereço receptivo:

a) Se a licitante for a matriz todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.10 Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente.

15.10.1 Todas as certidões exigidas deverão estar dentro de seus prazos de validade, sob pena de inabilitação do licitante. As certidões que não mencionarem o prazo de validade serão consideradas válidas por **30 (trinta) dias** da data da emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito. No que se refere à comprovação de inscrição no **CNPJ**, a sua atualização compreenderá o prazo máximo de **180 (cento e oitenta) dias** da data da emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito.

15.11 A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também, o decreto ou ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade exigir.

15.12 Como condição para retirada da nota de empenho, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

16 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1 A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até **24 (vinte e quatro horas)** ininterruptas, desprezando-se a contagem de horas aos sábados, domingos e feriados (Nacional, do Estado de Pernambuco ou os oficialmente decretados pelo Município de Chã Grande/PE), sendo contados da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

16.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

16.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento.

16.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

16.2.1. A Proposta deverá ser elaborada contendo todas as planilhas orçamentária, composições, cronograma, etc.

16.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

16.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

16.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

16.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

16.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

17 – DOS RECURSOS

17.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **15 (quinze) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.2. Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

17.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, **unicamente pelo sistema eletrônico**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões **também pelo sistema eletrônico**, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17.5. A sessão pública poderá ser reaberta:

17.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.5.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.6. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

17.6.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou, ainda de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17.7. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema da LICITANET – Licitações Eletrônicas, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais devidamente atualizados.

18 – DA ADJUDIÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto deste certame será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.

18.2. O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.

18.3. A homologação deste pregão compete à autoridade superior.

19 - DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: chagrandelicitacao@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: **Centro Administrativo – Avenida São José, 101, Centro, Chã Grande - PE, CEP: 55.636-000 – Pregão Eletrônico n.º. 010/2023.**

19.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

19.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

20 - RECURSO

20.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá no prazo máximo de **15 (quinze) minutos**, na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de até **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

20.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do **subitem 20.1**, importará na **decadência** desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

20.3. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

20.4. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

20.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, conforme o art. 109 § 2º da lei 8.666/93.

20.6. Decididos os recursos e constada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

20.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como, os que não forem registrados no Sistema.

20.8. Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no CENTRO ADMINISTRATIVO, situado na Avenida São José, nº 101, Centro, CEP 55.636-000, Chã Grande/PE. Fone: (81) 3537.1140 - Ramal 27.

21 - DO PREGOEIRO, EQUIPE DE APOIO E DA AUTORIDADE SUPERIOR

21.1. Caberá ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 17, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

21.2. A Autoridade Superior caberá:

21.2.1. Adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver interposição de recurso;

21.2.2. Homologar o resultado;

21.2.3. Promover a contratação correspondente a este Pregão, em conjunto com os Gestores Municipais;

21.2.4. Anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

21.2.5. Revogar este Pregão se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

21.3. O Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio poderá relevar simples falhas, omissões ou inobservância de alguma exigência do Pregão, quando não interferirem ou influírem na habilitação e julgamento das propostas, e é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.

21.4. O Pregoeiro ou autoridade superior buscarão subsídios em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto do objeto desta licitação.

22 - DA REALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO, DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

22.1 Os critérios de aceitação do objeto estão previstos no ANEXO I – PROJETO BÁSICO.

22.2 Quanto à Realização:

22.2.1 Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela Contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

22.2.2 Os pedidos de prorrogação de prazo de execução só serão examinados quando formulados até o prazo limite do item acima.

22.2.3 Nos valores deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados.

22.2.4 Deverá constar tanto do recibo (Recebimento Provisório) como do Termo de Recebimento Definitivo a assinatura do recebedor, devidamente identificado por carimbo, manuscrito ou digitação, indicando inclusive o número da matrícula, no caso de servidor, a data do recebimento, a especificação qualitativa e quantitativa do(s) item (ns) do objeto recebido e o local do recebimento;

22.2.5 O descumprimento de qualquer das determinações constantes dos itens acima configura inadimplemento contratual, ensejando a sua rescisão.

22.2.6 Cada etapa da realização do objeto em comento deverá ocorrer dentro dos prazos especificados constantes nos cronogramas de execução, Anexo I – Projeto Básico.

22.2.7 A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado no Edital será exclusiva do servidor autorizado, encarregado de acompanhar a execução do processo de entrega e recebimento do objeto contratado, conforme art. 67 da Lei 8.666/93.

22.2.8 O objeto deverá ser realizado rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no ANEXO I – PROJETO BÁSICO deste Edital, bem como na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

22.2.9. A CONTRATANTE designará um servidor/comissão, preferencialmente com qualificação técnica comprovada no ramo de atividade correspondente ao objeto desta licitação, cujo propósito será o acompanhamento da entrega/ realização dos serviços e a conferência desta com as especificações contidas na proposta de preços e no Projeto Básico. Caso o objeto esteja em desacordo com as especificações contidas naqueles instrumentos, será rejeitado o recebimento do mesmo.

22.3 O recebimento se efetivará nos seguintes termos:

22.3.1 **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

22.3.2 **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas com consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

22.3.3 O objeto contratual que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações contidas no **ANEXO I - PROJETO BÁSICO** deste Edital será rejeitado, parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se o vencedor a corrigir a falha no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, sem ônus para o órgão participante, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo da entrega.

22.3.4 A contratada garantirá a qualidade dos serviços devidamente executados, obrigando-se a refazer aqueles que estiverem em desacordo com o objeto pretendido em razão de falha do equipamento ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.

22.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da licitante vencedora pela qualidade, correção e segurança do objeto contratual.

23 – DA FORMA E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

23.1 Os pagamentos dos valores devidos pela execução dos serviços objeto desta licitação, serão efetuados de conformidade com medições expedidas pela fiscalização.

23.2 Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria do Município, pelos serviços efetivamente executados e devidamente aprovados, conforme disposições abaixo:

23.2.1 A CONTRATADA emitirá os documentos de cobrança e encaminhará ao departamento de engenharia do Município de Chã Grande/PE.

23.2.2 **Os pagamentos deverão ser efetuados em até 15 (quinze) dias após a apresentação do documento de cobrança, não havendo compensação financeira por esta carência. Caso o décimo quinto dia coincida com Sábado, Domingo ou Feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.**

23.2.3 Nos documentos de cobrança deverão constar:

- a) Número do contrato;
- b) Local de aplicação e/ou execução dos serviços;
- c) Valor correspondente à medição.

23.2.4 Em caso de atraso no pagamento por culpa do MUNICÍPIO, o valor devido será acrescido de 0,5% ao mês "pro rata dia" pelo período em atraso, tendo o MUNICÍPIO 10(dez) dias, a contar da entrada do documento de cobrança correspondente, no seu Protocolo Geral, para efetuar o pagamento.

23.2.5 Não será admitida cobrança via rede bancária.

23.2.6 Havendo erros ou omissões no documento de cobrança, este será devolvido à CONTRATADA no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, para que essa tome as providências recomendáveis, reapresentando o documento, processando-se o respectivo pagamento até o 15 (quinze) dias após a reapresentação do documento.

23.2.7 Os créditos a favor do Município, não liquidados até a data do vencimento acordada, terão seus valores acrescidos de 0,5% ao mês, "pro rata dia", desde a data do vencimento até a data de sua efetiva liquidação.

23.2.8 A antecipação de eventos contratuais por iniciativa exclusiva da CONTRATADA, não criará para o Município, responsabilidade de antecipar os eventos administrativos, físicos e/ou financeiros correlatos.

23.2.9 Os impostos, contribuições e taxas incidentes sobre o faturamento serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

23.2.10 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades, quaisquer que forem, nem implicará na aprovação definitiva da execução total ou parcial da prestação dos serviços contratados.

23.2.11. O CONTRATADO, somente terá direito ao pagamento das faturas, fruto das medições realizadas, mediante a apresentação ao CONTRATANTE, com cópia autenticada, de comprovação do recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados seus empregados, incluída em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços executados, para atendimento do que disposto no § 3º do Art. 31 da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95.

23.2.12 Para efeito de observância do item anterior, o CONTRATADO deverá elaborar folhas de pagamento e guia de recolhimento distintas para a obra/serviço, devendo cópia autenticada ser apresentada ao CONTRATANTE, quando da ocasião da quitação da nota fiscal ou fatura, que se fará acompanhar da guia de recolhimento também autenticada, para que se possa atender o disposto no § 4º do Art. 3º da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95. Observar-se-á também, quando dos pagamentos de faturas, a obrigatória apresentação ao CONTRATANTE dos documentos listados nos incisos I a IV do Art. 190 da Instrução Normativa MPS/SRP N.º 03 quando se tratar de obra, e cópias de Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) específicas, códigos 150 ou 155, constantes do Manual da GFIP, e respectivo documento de arrecadação, observado o disposto no art. 169 e 187, II da IN MPS/SRP N.º 03/2005, quando se tratar de serviços.

23.2.13 Caso o CONTRATADO não atenda o que disposto nos itens anteriores, quanto à comprovação do pagamento das contribuições previdenciárias relativas e calculadas sobre a remuneração dos segurados seus empregados na obra, o pagamento da fatura será efetivado, mediante o desconto do percentual de 11% (onze por cento) do total da fatura ou nota fiscal, ou sobre o valor dos serviços, se por acaso, na planilha do CONTRATANTE e neste contrato, tais montantes não estejam calculados separadamente, quanto a equipamentos e materiais, observado em quaisquer casos, o disposto nos Arts. 152 a 160 da Instrução Normativa MPS/SRP N.º 03, de 14 de julho de 2005.

23.2.14 Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, fornecidos pela CONTRATADA, indispensáveis à execução do serviço, desde que discriminados na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, e acaso constantes no instrumento de contrato, não estão sujeitos à retenção de que trata o item anterior.

23.2.15 Se houver previsão, neste contrato, de fornecimento de material ou equipamento, mas sem discriminação de valores, a base de cálculo da retenção não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor bruto na nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, desde que devidamente discriminada nestes documentos.

23.2.16 Na falta de discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, a base de cálculo será o valor bruto, ainda que a discriminação conste neste contrato.

23.2.17 Havendo discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, mas inexistindo a previsão neste contrato para fornecimento de material ou equipamento, a base de cálculo da retenção será o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo.

23.2.18 O CONTRATADO deverá obrigatoriamente após a assinatura deste contrato, na forma como previsto nos Art. 19, III, alíneas “c”, “d” e “e”, e nos arts. 25 a 32, da Instrução Normativa MPS/SRP N.º 03, de 14/07/2005, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, providenciar a matrícula da obra junto ao INSS, para obtenção de Matrícula CEI – Certificado de Matrícula, com número cadastral básico, o qual será apresentado ao CONTRATANTE, antes do pagamento da primeira fatura ou nota fiscal.

23.2.19 Eventual alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato só será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a alteração da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

24 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1 **A Contratação do Objeto do presente Edital está orçada em R\$ 1.266.081,22 (Um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, oitenta e um reais e vinte e dois centavos), sendo 955.000,00 (Novecentos e cinquenta e cinco mil reais), com Valores repassados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e R\$ 311.081,22 (Trezentos e onze mil, oitenta e um reais e vinte e dois centavos) com Valores referentes à Contrapartida pelo Fundo de Participação dos Municípios - FPM.**

24.2 Os Créditos orçamentários destinados ao custeio das despesas decorrentes da **execução dos Serviços**, Objeto desta Licitação são oriundos da seguinte dotação orçamentária a seguir especificada, consignada no Orçamento do Município de Chã Grande para o exercício de 2023, abaixo discriminada: Órgão: 6000 – Secretaria de Infraestrutura - Unidade: 6001 – Secretaria de Infraestrutura - Atividade: 15.451.1503.1.50 – Obras de Pavimentação e Vias de Acessos - Elemento de Despesa: (817 / 820) - 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

25 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 Conforme Art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, **“Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”**

25.2 Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no instrumento contratual, e com fundamento nos arts. 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993, a contratada ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração:

25.2.1. **Advertência**, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais de que não resulte prejuízo para a Administração;

25.2.2. **Multas**, conforme graus e condutas dispostos nas tabelas 1 e 2 abaixo e demais especificações a seguir, limitadas a 10% do valor total estimado da contratação:

TABELA 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 1% do valor total estimado da contratação |
| 2 | 2% do valor total estimado da contratação |
| 3 | 4% do valor total estimado da contratação |
| 4 | 6% do valor total estimado da contratação |
| 5 | 8% do valor total estimado da contratação |
| 6 | 10% do valor total estimado da contratação |

TABELA 2

| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|------|---|------|--|
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 2 | Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | 6 | Por dia, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 3 | Deixar de cumprir os prazos pré determinados para prestação dos serviços. | 6 | Por ocorrência. |
| 4 | Deixar de executar os serviços contratados | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato. |
| 5 | Não zelar por informações sobre a contratante, excetuando aquelas obrigadas, por força de Lei, a serem transmitidas a qualquer pessoa | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato. |
| 6 | Negar suporte técnico ou fazê-lo de maneira tardia | 5 | Por ocorrência |
| 7 | Deixar de reparar, remover ou substituir os serviços e materiais empregados que apresentarem defeitos, imperfeições, alterações, irregularidades ou qualquer característica discrepante, ainda que constatada depois do recebimento e/ou pagamento, em até 5 (cinco) dias após o recebimento do termo de recusa do serviço | 5 | Por ocorrência |
| 8 | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo, como por caráter permanente | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato |
| 9 | Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato |
| 10 | Apresentar notas fiscais para o pagamento em desacordo com as exigências previstas no edital | 4 | Por ocorrência |
| 11 | Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes | 3 | Por ocorrência |
| 12 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 13 | Transferir sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |

25.3 O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante, ou ainda cobrada diretamente da contratada, amigável ou judicialmente.

25.4 Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos à conta do Município de Chã Grande, através de Guia de Recolhimento fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data da notificação, podendo a administração reter o valor correspondente de pagamentos futuros devidos à contratada, ou ainda cobrá-las judicialmente, segundo a Lei 6.830/80, com os encargos correspondentes.

25.5 Se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa do órgão contratante.

25.6 A aplicação de multa não impede, a critério da Administração, a aplicação das demais sanções de advertência, de impedimento/suspensão do direito de licitar e de inidoneidade, bem como a rescisão da contratação.

25.7 As penalidades previstas no presente Edital e seus anexos poderão ser relevadas, em todo ou em parte, quando o atraso **na prestação dos serviços** for devidamente justificado e comprovados pela licitante a ser contratada, por escrito no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência, em caso fortuito ou motivo de força maior.

25.8 As penalidades referidas no caput do artigo 81 da Lei 8.666/93 e suas alterações não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem fornecer os materiais.

25.9 Para as penalidades previstas neste Edital será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

25.10 As multas a que se referem aos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos, da garantia contratual ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções já previstas.

26 - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

26.1 Competirá a **CONTRATANTE**, proceder ao acompanhamento da execução do **CONTRATO**, bem assim receber o objeto, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:

26.1.1 anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados.

26.1.2 transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso.

26.1.3 dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual.

26.1.4 adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato.

26.1.5 promover a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos.

26.1.6 fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

26.1.7 solicitar da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

26.2 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à contratada de total responsabilidade na execução do contrato).

27 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

27.1 A vigência do contrato será de até 06 (seis) meses a contar da data expedição da ordem de serviços, podendo ser prorrogado a critério da Administração, de acordo com as determinações da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

27.2 O prazo para execução de todos os serviços, objeto da presente Licitação, será de **06 (seis) meses** a contar da data da emissão da ordem de serviços por parte da Administração Municipal, obedecendo ao cronograma de execução constante no projeto básico.

27.3 O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente, nas formas da Lei;

28 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

28.1 O contrato decorrente desta licitação poderá ser rescindido na incidência de quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666 de 21/06/93, seus incisos e parágrafos, considerando-se para tanto também as determinações dos artigos 79 e 80 juntamente com seus parágrafos e incisos.

29 – DA REVOGAÇÃO – DA ANULAÇÃO

29.1 A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49 da lei 8.666/93.

30 – DA SUBCONTRATAÇÃO

30.1 A permissividade da subcontratação de quaisquer dos serviços referentes ao objeto desta Licitação dependerá da prévia autorização expressa do Município.

31 – DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

31.1 O Contrato oriundo da licitação deverá ser publicado em extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco AMUPE, como condição indispensável para sua eficácia, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, de acordo com o parágrafo único, do art. 61, da Lei nº. 8.666/93.

32 - DA GARANTIA DA FIEL EXECUÇÃO DO CONTRATO:

32.1 Para garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a licitante vencedora deverá depositar junto ao Município de Chã Grande/PE, quando da assinatura do contrato, a título de garantia, 5% (cinco por cento) do valor da contratação, sob a forma de quaisquer das modalidades seguintes:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

32.2 No caso da licitante optar por **títulos da dívida pública**, estes deverão ser apresentados sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo *Banco Central do Brasil* e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo *Ministério da Fazenda (Lei nº. 11.079/04)*.

32.3 A garantia prestada pela Contratada será liberada após o término do contrato, sem atualização monetária. Contudo, reverterá a garantia em favor do Município de Chã Grande/PE no caso de rescisão do Contrato por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo de indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

33 - DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1 Esta Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico poderá ser revogada por interesse do Município de Chã Grande, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 50 do Decreto nº 10.024/2019.

33.2 Qualquer modificação no presente **EDITAL** será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.

33.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

33.4 Para fins de aplicação das sanções administrativas previstas no Termo de Referência o lance é considerado proposta.

33.5 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

33.6 O edital estará à disposição dos interessados na internet, no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br> e <http://transparencia.chagrande.pe.gov.br/app/pe/cha-grande/1/quadro-de-avisos/237>

33.7 Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF. Desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

33.8 Aplicam-se a presente licitação, subsidiariamente, a Lei n. 8.078, de 11 de novembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas legais pertinentes.

33.9 Toda comunicação oficial ocorrerá no campo próprio do Sistema eletrônico (Avisos/Esclarecimentos/Impugnações), por e-mail ou publicação nos Diários Oficiais/Jornais de Grande Circulação, nos termos da legislação.

33.10 Os recebimentos dos produtos serão provisórios até a verificação da sua conformidade com as especificações do edital e da proposta.

33.11 São partes indissociáveis deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Projeto Básico - Memorial Descritivo;
ANEXO II – PO – Planilha Orçamentária;
ANEXO III – Memória de Cálculo;
ANEXO IV – PLQ – Planilha de Levantamento de Quantidades;
ANEXO V - Composições;
ANEXO VI – Encargos Sociais
ANEXO VII – CFF – Cronograma Físico-Financeiro;
ANEXO VIII – PLE – Planilha de Levantamento de Eventos;
ANEXO IX – CFF-CT – Cronograma Físico Financeiro do Contrato;
ANEXO X – QCI - Quadro de composição do Investimento;
ANEXO XI – Quadro de Composição do BDI 1;
ANEXO XII – Peças Gráficas;
ANEXO XIII – Modelo de Proposta de Preços;
ANEXO XIV - Modelo de Declaração do Cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da CF;
ANEXO XV - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação;
ANEXO XVI – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação;
ANEXO XVII - Modelo Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
ANEXO XVIII - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
ANEXO XIX - Modelo de Declaração sócio ou diretor de que não ocupa cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança, no Município de Chã Grande;
ANEXO XX – Minuta de Contrato.

Chã Grande – PE, 19 de maio de 2023.

Mannix de Azevêdo Ferreira
-Pregoeiro-

PROJETO BÁSICO VOLUME ÚNICO

PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 e ESTRADA DA PALMEIRA

Prefeitura de Chã Grande

Dados do Projeto

PROPONENTE: Prefeitura de Chã Grande

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 e ESTRADA DA PALMEIRA

LOCALIZAÇÃO: Estrada de Macacos e Estrada da Palmeira

SICONV: 29474/2022

CONCEDENTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DATA: maio-23

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
MUNICÍPIO: CHÃ GRANDE

OBJETO

Projeto Básico de Pavimentação da Via Severino Caetano de Deus na Comunidade Mangueira – Trecho 06 e a Estrada Palmeira, município de Chã Grande/PE.

APRESENTAÇÃO

O Projeto Básico foi elaborado em volume único, compreendendo os seguintes tópicos:

1. Memorial Descritivo;
2. Especificações Técnicas;
3. Dimensionamento;
4. Memória de cálculo do orçamento;
5. Planilha de orçamento;
6. Cronograma Físico Financeiro;
7. Composição do BDI;
8. Peças Gráficas.

DADOS DO MUNICÍPIO

Sede do Município de Chã Grande tem população de aproximadamente 11.000 habitantes.

O município de Chã Grande está localizado na mesorregião Mata e na Microrregião Vitória de Santo Antão do Estado de Pernambuco, limitando-se a norte com Gravatá, a sul com Amaraji e Primavera, a leste com Pombos e a oeste com Gravatá. A área municipal ocupa 83,4 km² e representa 0,08% do Estado de Pernambuco e está inserido nas Folhas SUDENE Vitória de Santo Antão (sc25-v-a-ii) na escala 1:100.000.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 470,0 metros e coordenadas geográficas 08 graus 14 minutos 18 segundos de latitude sul e 35 graus.27 minutos 42 segundos de longitude oeste, distando 79,9 km da capital, cujo acesso é feito pela rodovia pavimentada BR-232 e PE-071.

O município foi criado em 20 de novembro de 1963, pela Lei Estadual No 4.961, tendo sido desmembrado do município de Gravatá, sendo formado pelos distritos Chã Grande-Sede e Santa Luzia.

De acordo com o censo 2000 do IBGE, a população residente total é de 18.407 habitantes, sendo 11.736 (63,8%) na zona urbana e 6.671 (36,2%) na zona rural. Os habitantes do sexo masculino totalizam 9.236 (50,2%) enquanto que do feminino totalizam 9.171 (49,8%), resultando numa densidade demográfica de 219,87 hab/km².

A rede de saúde se compõe de 01 hospital, 22 leitos, 05 ambulatórios e 17 Agentes de Saúde Comunitária. A taxa de mortalidade infantil, segundo dados da DATASUS é de 79,05 para cada mil crianças.

Na área de educação, o município possui 36 estabelecimentos de ensino fundamental com 6.510 alunos matriculados e 02 de ensino médio com 814 alunos matriculados. A rede de ensino totaliza 102 salas de aula, sendo 06 da rede estadual, 92 da municipal e 04 particulares.

Dos 4.635 domicílios particulares permanentes, 2.222 (47,9%) são abastecidos pela rede geral de água, 1.580 (34,10%) são atendidos por poços ou fontes naturais e 833 (18,0%) por outras formas de abastecimento. A coleta de lixo urbano atende 2.124 (45,8%) domicílios.

Os gastos sociais per capita são R\$41,00 em educação e cultura, R\$18,00 em habitação e urbanismo, R\$43,00 em saúde e saneamento e R\$6,00 em assistência e previdência social (2000).

A economia formal do município se compõe basicamente da indústria de transformação, gerando 03 empregos em 02 estabelecimentos, do setor de serviços industriais de utilidade pública com 11 empregos em 01 estabelecimento, do setor de comércio que gera 61 empregos em 4922 estabelecimentos, do setor de serviços que gera 97 empregos em 11 estabelecimentos, do setor de Administração Pública, com 365 empregos em 01 estabelecimentos e os setores de Agropecuária, Extrativismo Vegetal, Caça e Pesca, que geram 562 empregos em 44 estabelecimentos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDH-M- é de 0,612. Este índice situa o município em 10o no ranking estadual e em 4441o no nacional.

O Índice de Exclusão Social, que é construído por 07 (sete) indicadores (pobreza, emprego formal, desigualdade, alfabetização, anos de estudo, concentração de jovens e violência) é de 0,334 ocupando a 90a colocação no ranking estadual e a 4494a no nacional.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

As ruas contempladas neste projeto estão localizadas no município de Chã Grande – PE.

Em conformidade com as necessidades da população que residem na localidade a Prefeitura Municipal apresenta o Projeto de pavimentação em paralelepípedos graníticos, que com o objetivo de contribuir para a universalização dos serviços de infraestrutura viária e acessibilidade no município elevando a qualidade de vida da população.

Apresentaremos a seguir a solução técnica adotada, procedimentos e definições dos termos técnicos utilizados no decorrer da obra, visando à perfeição do serviço acabado.

As ruas que serão contempladas neste projeto:

- **Via Severino Caetano de Deus na Comunidade Mangueira – Trecho 06**
- **Estrada Palmeira**

Os habitantes que ali residem e não contam com infraestrutura mínima, principalmente no tocante ao sistema viário que encontra-se em péssimas condições de uso. A não existência de pavimentação ocasiona uma série de problemas, como a constante erosão, dificuldade de mobilidade, incidência de poeira e desconforto visual. Ciente de todos os problemas a Prefeitura Municipal apresenta este projeto para pavimentação em paralelepípedos graníticos com meio fio nestas ruas.

Apresentaremos a seguir a solução técnica adotada, procedimentos e definições dos termos técnicos utilizados no decorrer da obra, visando à perfeição do serviço acabado.

INTRODUÇÃO

Após estudo 'in loco' das áreas a serem beneficiadas e baseados em dados fornecidos pelos órgãos responsáveis pela infraestrutura Municipal chegamos ao seguinte apanhado técnico:

- Manter as características urbanísticas do centro urbano do Município, visto que todas as ruas são de pavimento em paralelepípedos;
- Utilização de materiais e mão de obra de abundancia local;

Para tanto, em vista às características técnicas expostas, optamos por adotar o Pavimento em Paralelepípedos e meio fio.

Para os critérios de medição, será realizada a empreitada por preço global.

PROCESSO CONSTRUTIVO

Regularização de superfície em terra com motoniveladora

A Regularização de superfícies é uma operação executada pela Prefeitura, na camada final da Terraplenagem destinada a conformar o leito estradal, transversal e longitudinalmente, de modo a torná-lo compatível com as exigências geométricas das camadas sobrejacentes do Pavimento. Essa operação consta essencialmente de cortes e/ou aterros até 0,20m, de escarificação e compactação de modo a garantir uma densificação homogênea nos 0,20m superiores do Subleito. Todo o equipamento deve ser cuidadosamente examinado pela Fiscalização, devendo dela receber a aprovação, sem o que não será dada ordem de serviço.

A “Motoniveladora” deve ser suficientemente potente para destorroar, misturar e homogeneizar massas, cuja espessura após a compactação possa atingir o mínimo de 20,0cm e de conformar a superfície acabada dentro das exigências da Especificação. A execução da Regularização de superfícies envolve basicamente as seguintes operações:

- Escarificação e Espalhamento dos Materiais
- Homogeneização dos Materiais Secos
- Umedecimento (ou Aeração) e Homogeneização da Umidade
- Compactação
- Acabamento
- Liberação ao Tráfego

Execução dos Meios-fios:

Abertura de valas.

Deverá ser aberta uma vala para o assentamento das guias ao longo do bordo do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas no projeto.

Regularização e apiloamento do fundo da vala.

O fundo da vala deverá ser regularizado manualmente e em seguida apiloado. Para corrigir o recalque produzido pelo apiloamento, será colocada no fundo da vala uma camada do próprio material escavado, que será, por sua vez, apiloado, e assim por diante, até chegar o nível desejado.

Reforço das juntas.

Quando exigido pelo projeto, serão feitos reforços na face posterior das guias, em frente às juntas, por meio de blocos de concreto de cimento de resistência mínima de 150 kg cm², com o formato de semicilindro.

Reposição e apiloamento do material escavado.

O material escavado da vala deverá ser repostado ao lado da guia, e apiloado, logo que fique concluído o assentamento das guias.

Verificação e tolerância.

O alinhamento e perfil do meio-fio serão verificados antes do início do calçamento. Não deverá haver desvios superiores a 20 mm em relação ao alinhamento e perfil estabelecidos.

Base de areia.

A areia, satisfazendo às especificações, deverá ser esparramada regularmente pelo subleito preparado. Nos casos comuns - em que não existem problemas quanto ao dimensionamento do pavimento – a espessura da camada de areia será, então, de 10 cm.

Revestimento de paralelepípedos.

Os paralelepípedos deverão ser assentados sobre a base de areia, normalmente ao eixo da pista, obedecendo ao abaulamento estabelecido pelo projeto, nos casos comuns, esse abaulamento será representado por duas rampas opostas, com a declividade variando de 2 a 4%. As juntas dos paralelepípedos de cada fiada deverão ser alternadas com relação às duas fiadas vizinhas, de tal modo que cada junta fique em frente ao paralelepípedo adjacente, dentro do terço médio.

Os paralelepípedos, depois de assentados pelo calceteiro, deverão ser socados com o Maço.

Distribuição dos paralelepípedos.

Os paralelepípedos, quando trazidos para o local do assentamento, poderão ser depositados sobre o subleito preparado, se não houver lugar disponível à margem da pista. Neste caso, os paralelepípedos deverão ser distribuídos em fileiras longitudinais, interrompidas cada 2,50 metros para a localização das linhas de referência para o assentamento.

Colocação das linhas de referência para o assentamento.

Cravam-se ponteiros de aço, ao longo do eixo da pista, afastadas entre si não mais de 10,00 metros.

Marca-se com giz nestes ponteiros, com o auxílio de régua e nível de pedreiro, uma cota tal que, referida ao nível da guia, dê a secção transversal correspondente ao abaulamento ou superelevação estabelecida pelo projeto.

Distende-se fortemente um cordel pelas marcas de giz, de ponteiro a ponteiro, pelo eixo, e outro, de cada ponteiro às guias, normalmente ao eixo da pista. Entre o eixo e a guia outros cordéis podem ser distendidos sobre os cordéis transversais, com o espaçamento não superior a 2,50 metros (com ponteiros auxiliares).

Assentamento dos paralelepípedos em trechos retos.

Pronta a rede de cordéis, principia-se o assentamento da primeira fileira, normal ao eixo. Nessa fileira deverá haver uma junta coincidindo com o eixo da pista. Os paralelepípedos deverão ser colocados sobre a camada de areia, acertada no ato do assentamento de cada paralelepípedo, pelo calceteiro, de modo que sua face superior ao nível do cordel. Assentado o primeiro paralelepípedo, o segundo será colocado ao seu lado, tocando-o ligeiramente, formando-se uma junta pelas irregularidades das faces dos paralelepípedos; este, por sua vez, será assentado como o primeiro.

A fileira deverá progredir do eixo da pista para a guia dos dois lados, devendo terminar junto a esta, preferivelmente, por um paralelepípedo mais comprido que o comum.

A segunda fileira deverá iniciar-se se colocando o centro do primeiro paralelepípedo sobre o eixo da pista. Os demais paralelepípedos serão assentados como os da primeira fila.

As juntas da terceira fileira deverão, tanto quanto possível, ficar no prolongamento das juntas da primeira fileira, os da quarta no prolongamento da segunda, e assim, sucessivamente.

Em junção de trechos retos.

Quando, na junção de dois trechos de pavimentos executados separadamente, as fileiras respectivas não apresentarem perfeitamente paralelas, formando um triângulo, deve-se proceder da seguinte forma: arranca-se certa extensão do calcamento, escolhem-se os paralelepípedos, colocando-se os maiores no trecho onde o espaçamento é maior.

O arranjo das fileiras deverá ser tal que evite a colocação de paralelepípedos com o formato triangular.

Em cruzamentos.

No paralelogramo formado pelos prolongamentos dos alinhamentos dos bordos das duas pistas que se cruzam, as fileiras mestras devem ser colocadas em forma de V, cujos vértices se encontram no centro desse paralelogramo, e cujos lados são: um paralelo à diagonal maior, e o outro, paralelo à perpendicular traçada do centro sobre essa diagonal.

Quando as quinas dos cruzamentos forem quebradas ou arredondadas, na figura triangular formada na pista, as fileiras devem também ser assentadas, em V, sendo que o V maior, formado pelas duas primeiras fileiras terá seu vértice coincidindo com a interseção dos alinhamentos que formam a quina, conforme as figuras abaixo.

Rejuntamento.

O rejuntamento dos paralelepípedos deverá ser feito com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3.

O enchimento com argamassa de cimento e areia será aplicado a seco, seguido de umedecimento e compressão.

É necessário depois de concluído o enchimento das juntas de uma fileira, verificar se não houve nenhuma falha na operação do enchimento.

Proteção.

Durante todo o período de construção do pavimento, e até a sua conclusão, deverão ser construídas valetas provisórias que desviem as enxurradas, e não será permitido o tráfego sobre a pista em construção. Para tanto, deverá ser providenciada a sinalização necessária.

Verificações.

O pavimento pronto deverá ter a forma definida pelos alinhamentos, perfis, dimensões e seções transversais típicas estabelecidos pelo projeto, com as seguintes tolerâncias:

Tolerância de superfície – a face do calçamento não deverá apresentar, sob uma régua de 2.50 a 3.00 m. de comprimento, sobre ela disposta em qualquer direção, depressão superior a 10 mm;

Tolerância de espessura – a altura da base de areia mais a do paralelepípedo depois de comprimido, medida por sondagens diretas, não poderá diferir em mais de 5% da espessura fixada pelo projeto;

Tolerância nas dimensões dos paralelepípedos depois de assentados – não mais de 20% dos paralelepípedos assentados numa fileira completa poderão ter comprimentos diferentes do estabelecido no projeto. Serão permitidos, numa fileira completa, no máximo 10% de paralelepípedos com larguras diferentes da estabelecida no projeto. Quanto à altura, os paralelepípedos não poderão ter mais que 10% de variação dos limites estabelecidos. Esta verificação será feita por medidas diretas em diversos pontos.

Tolerância das dimensões das juntas – numa fileira completa, permite-se que no máximo 30% das juntas excedam o limite de 1,5cm estabelecido.

Condições gerais

Os dispositivos abrangidos por esta Norma serão construídos de acordo com as dimensões, localização, confecção e acabamento determinados no projeto.

Na ausência de projeto específico deverão ser utilizados os dispositivos padronizados que constam do Álbum de projetos–tipo de dispositivos de drenagem do DNER.

DRENAGEM PLUVIAL

Antes da execução da pavimentação deverão ser executados os serviços de drenagem pluvial, que deverão seguir o projeto.

Deverá ser feita a locação da tubulação, levando-se em conta pontos importantes do projeto, tais como caixas de ligação, bocas de lobo, encontros de condutos, variações de declividade e cada estaca será marcada a cota do terreno e a profundidade da escavação necessária.

TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS

A Contratada deverá executar o assentamento dos tubos. Portanto, será sua responsabilidade garantir que o fundo da vala esteja totalmente limpo e isento de qualquer obstáculo, saliências ou reentrâncias, a fim de propiciar um assentamento contínuo e regular, diretamente sobre o solo.

As juntas entre os tubos serão rígidas, executadas conforme recomenda a NBR 15.645 (ABNT, 2008).

- Limpar as faces externas das pontas dos tubos e as internas das bolsas e verificar se o tubo não foi danificado;
- Após o correto posicionamento da ponta do tubo junto à bolsa do tubo já assentado, proceder o alinhamento da tubulação e realizar o encaixe. Tomar o devido cuidado para não danificar o tubo na operação de encaixe;
- Executar a junta com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, com aditivo que evite a sua retração, respaldadas com uma inclinação de 45° sobre a superfície externa do tubo;
- Nos casos de diâmetros até 600 mm, o rejuntamento deve ser feito, obrigatoriamente, pelo lado externo. Nos diâmetros superiores, o rejuntamento deve ser, obrigatoriamente, executado pelo lado interno e externo;

- Verificar se a argamassa foi colocada em todo o perímetro do tubo, principalmente na base da geratriz inferior

Tubo de concreto armado, classe PA-1, DN 800 mm, utilizado para assentamento em rede coletora de águas pluviais.

- Argamassa traço 1:3 utilizada para vedação das conexões dos tubos de concreto com junta rígida para redes de águas pluviais.

Boca de lobo

Serão executadas de acordo com o projeto específico. Terão laje de fundo de concreto simples, com FCK 20 Mpa, com espessura de 10 cm assentada sobre terreno firme e compactado, sempre 10 centímetros mais largo que as faces externas das paredes da caixa.

As paredes serão de alvenaria de tijolo maciço ou de 21 furos, espessura 15 centímetros, assentadas e rebocadas com argamassa de cimento, cal hidratada e areia média traço 1:2:8 respectivamente, a caixa coletora será somente rebocada internamente.

A largura da boca de lobo será constante, e deverá possuir grelhas de ferro chato soldado, conforme projeto específico.

Deverá ser previsto um colarinho de concreto com espessura de 10 cm, e a colocação da grade de ferro na alvenaria, conforme projeto em anexo.

BUEIRO SIMPLES DE CONCRETO

Bueiros Tubulares são dispositivos que tem por objetivo permitir a transposição de talvegues pela estrada, atendido o cálculo de vazão correspondente (bueiro de grotá) ou proporcionar condições de passagem das águas coletadas por outros dispositivos de drenagem superficial ou mesmo profundas, para o lado da jusante (bueiro de greide).

Os Bueiros Tubulares de Concreto podem ser executados em linhas simples, duplas ou triplas, sendo constituídos pelos seguintes elementos:

- Berços de concreto ciclópico ou em alvenaria de pedra argamassada;
- Tubos de concreto armado;

- Bocas de jusante e montante do tipo "nível de terra", de concreto ciclópico ou em alvenaria de pedra argamassada;

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

Os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com as normas a seguir:

Todos os materiais serão de primeira qualidade e serão fornecidos pelo construtor.

A mão de obra será especializada sempre que necessário e contratada preferencialmente no município. Será também de primeira qualidade o acabamento. O construtor manterá na obra, engenheiro responsável, mestre e funcionários, necessários ao bom andamento da obra.

As despesas decorrentes de instalação do canteiro de obras, ligações provisórias de água e eletricidade correrão por conta do contratado.

O contratado se obriga a manter permanentemente na obra, durante o expediente de trabalho, pessoa de sua inteira confiança, de competência comprovada e autorizada a receber todas as reclamações ou avisos da prefeitura providenciando a imediata solução dos casos que se apresentarem.

A contratada se obriga a manter no escritório da obra, um livro de ocorrências com folhas numeradas e serrilhadas em duas vias, onde será registrado todo andamento da obra, recomendações e/ou retificações pôr parte da fiscalização. Manterá também um conjunto de plantas com todos os projetos, detalhes, orçamento e especificações técnicas a fim de permitir uma perfeita fiscalização.

A contratada se obriga a mandar confeccionar e conservar na obra, placas exigidas pela legislação em vigor, bem como as placas indicativas da obra.

Ficará o construtor obrigado a demolir e refazer os trabalhos rejeitados pela fiscalização, ficando por sua exclusiva conta as despesas decorrentes destes serviços.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Engenheiro Civil

Para o gerenciamento da obra deverá ser mantido na obra um Engenheiro civil que deverá ter total domínio da obra para acompanhamento geral, estar disponível para qualquer dúvida que o encarregado da obra solicitar, além da disponibilidade de contato sempre quando for necessário.

Encarregado de Obra

Será de extrema importância um encarregado geral da obra fiscalizando e acompanhando toda e qualquer execução de serviço expresso em projeto. O encarregado deverá estar presente nas decisões e nas necessidades do dia a dia dos funcionários.

SERVIÇOS PRELIMINARES

A locação da obra é de responsabilidade do construtor que deverá obedecer rigorosamente às cotas indicadas no projeto, utilizando para tanto, instrumentos como o teodolito, nível e trena de aço, além de tábuas e pontaletes de madeira.

PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO

A placa da obra deverá ter dimensões de 4,80x2,40m, com formato e inscrições a serem definidas pelo Governo Federal e pela Prefeitura Municipal. Será executada em chapa galvanizada nº 22 e já fornecida com pintura em esmalte sintético. Terá sustentação em frechais de madeira 7,0x7,0cm, na altura estabelecida pelas normas.

As inscrições deverão ter todas as informações básicas sobre a obra. As placas de obras deverão ser confeccionadas em chapa galvanizada 0,26 parafusos 3/8, em uma estrutura metálica com viga u 2" enrijecida e Metalon 20x20. As placas serão pintadas na frente e no verso com fundo anticorrosivo e tinta automotiva.

PAVIMENTAÇÃO

EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA)

O PARALELEPÍPEDO

Características Técnicas

As peças de paralelepípedos deverão ser de granito, satisfazendo as seguintes condições:

- Deverão apresentar condições satisfatórias de dureza e tenacidade;
- Resistência à compressão simples maior que 1000 kg/cm²;
- Peso específico aparente mínimo de 2.400kg/m³;
- Absorção de água, após 48 horas de imersão menor que 0,5% em peso.

Dimensões:

Quanto às dimensões deverão estar dentro dos limites estabelecidos em norma e, desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT):

- Largura - 11,50 a 15 cm;
- Comprimento - 22 a 28 cm;
- Altura - 13 a 15 cm;

Rendimento

Quanto ao rendimento, obedecidas as normas acima estabelecidas terão que um milheiro de paralelepípedos cobre cerca de 19,8 m² de via, ou seja, são precisas 35 peças por metro quadrado, sendo a unidade de compra o milheiro.

Recebimento e controle de qualidade

A quantidade fornecida deverá ser dividida em lotes de 20 milheiros; de cada lote será separada, ao acaso, uma amostra de 5% dos paralelepípedos.

O lote será aceito se 90% das peças satisfizerem os exames visuais.

As peças aceitas deverão ainda produzir um som claro quando submetidas a golpes de martelo.

AREIA PARA BASE

Poderá ser de rio ou de cava. Deverá ser constituída de partículas limpas, duras e duráveis, obedecendo a seguinte granulometria:

| Nº da peneira | Abertura (mm) | Porcentagem que passa |
|----------------------|--------------------------|----------------------------------|
| 3 | 6,35 | 100 |
| 200 | 0,074 | 5 – 15 |

Essa areia poderá servir para o preenchimento das juntas entre os paralelepípedos.

CIMENTO

- a) O cimento empregado nas obras será do tipo PORTLAND comum e deve obedecer a todas as condições impostas pela NBR 5732 (EB-1) da ABNT.
- b) O cimento deverá ser armazenado em local seco e abrigado, a fim de não sofrer os efeitos da umidade. Cada lote será armazenado separadamente, de modo a ser facilmente distinguível dos demais lotes. Será permitido o uso de cimento a granel, desde que armazenados em silos ou sacos apropriados.

EQUIPAMENTO

- **MOTONIVELADORA:** Utilizada no preparo do subleito e espalhamento do material;
- **Caminhão basculante comum:** Utilizado no transporte de material para o preparo do subleito;
- **Compactador liso com 20 ton.** (compactação)

- Regador (capac. 10 a 20 litros) com bico em forma de cone;
- Martelo de calceteiro
- Ponteiro de aço;
- Pás;
- Picaretas;
- Carrinhos de mão;
- Régua;
- Nível de pedreiro;
- Cordel;
- Vassouras.

GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA

O meio fio de concreto à ser executado será moldado “in loco” com o auxílio de extrusora. A resistência do concreto utilizado no meio fio deverá ser de no mínimo 20Mpa. As dimensões do meio fio deverão ser de 15x30cm (base=15cm e altura=30cm). Os meios fios executados devem ficar perfeitamente alinhados e nivelados.

Deverá ser executada uma junta de dilatação a cada metro. Após a execução do meio fio será realizada a pintura por meio da caiação. Para a caiação será utilizado cal virgem comum para argamassas (NBR 6453). Os trechos onde deverão ser executados os meios fios serão indicados pelo setor de engenharia, a quantidade estimada pode variar para mais ou menos de acordo com a necessidade da administração.

Eventuais discordâncias, dúvidas e alterações a respeito da execução, devem ser repassadas ao setor técnico do município que emitirá parecer.

EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA

DESCRIÇÃO:

Remunera a execução de guia e sarjeta conjugada de concreto moldada in loco com máquina extrusora, contemplando os seguintes itens:

- Ajudante especializado: profissional que manipula a máquina extrusora e auxilia o pedreiro nas demais atividades.
- Pedreiro: profissional que executa as atividades complementares para a execução das guias e sarjetas extrusadas, tais como: acabamento da guia, juntas de dilatação, etc.
- Servente: profissional que auxilia o ajudante especializado e o pedreiro com as atividades para a execução das guias e sarjetas.
- Concreto: material utilizado no equipamento e que dá o molde ao perfil da guia e/ou sarjeta acabada.
- Argamassa: material utilizado para fazer o acabamento da superfície da guia e/ou sarjeta.
- Extrusora de guias e sarjetas: equipamento que molda a sarjeta e a guia com o uso de forma, que define o perfil, através da extrusão. Areia: material utilizado para fazer a base de assentamento.

RECOMENDAÇÕES:

Deverão ser executados:

- Alinhamento e marcação das cotas com o uso de estacas e linha.
- Regularização do solo natural e execução da base de assentamento em areia.
- Execução das guias e sarjetas com máquina extrusora.
- Execução das juntas de dilatação.
- Acabamento e molhamento da superfície durante o período de cura do concreto.

UNIDADE DE MEDIÇÃO:

Para fins de recebimento, a unidade de medição é o metro linear (m) total a ser executado guia e sarjeta extrusada.

Concreto de cimento

O concreto quando utilizado nos dispositivos que especificam este tipo de revestimento deverá ser dosado racionalmente e experimentalmente, para uma resistência característica à compressão mínima (f_{ck} ; min), aos 28 dias, de 15MPa.

O concreto utilizado deverá ser preparado de acordo como prescrito na norma NBR 6118/03, além de atender ao que dispõem as especificações do DNER – ES 330/97.

Controle dos insumos

O controle tecnológico do concreto empregado será realizado de acordo com as normas NBR 12654/92, NBR 12655/96 e DNER-ES 330/97.

O ensaio de consistência do concreto será feito de acordo com a NBR NM 67/98 ou a NBR NM 68/98, sempre que ocorrer alteração no teor de umidade dos agregados, na execução da primeira amassada do dia, após o reinício dos trabalhos desde que tenha ocorrido interrupção por mais de duas horas, cada vez que forem moldados corpos-de-prova e na troca de operadores.

Controle da produção (execução)

Deverá ser estabelecido, previamente, o plano de retirada dos corpos-de-prova de concreto, das amostras de aço, cimento, agregados e demais materiais, de forma a satisfazer às especificações respectivas.

O concreto ciclópico, quando utilizado, deverá ser submetido ao controle fixado pelos procedimentos da norma DNER-ES 330/97.

Verificação do produto

Controle geométrico

O controle geométrico da execução das obras será feito por meio de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios. Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço, com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não devem diferir das indicadas no projeto de mais de 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas devem situar-se no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

Controle de acabamento

Será feito o controle qualitativo dos dispositivos, de forma visual, avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

Condições de conformidade e não- conformidade

Todos os ensaios de controle e verificações dos insumos, da produção e do produto serão realizados de acordo com o Plano da Qualidade, devendo atender às condições gerais e específicas dos capítulos 4 e 5 desta Norma, respectivamente.

Será controlado o valor característico da resistência à compressão do concreto aos 28 dias, adotando-se as seguintes condições:

$f_{ck, est} < f_{ck}$ – não-conformidade; $f_{ck, est} \geq f_{ck}$ – conformidade.

Onde:

$f_{ck, est}$ = valor estimado da resistência característica do concreto à compressão.

f_{ck} = valor da resistência característica do concreto à compressão.

Os resultados do controle estatístico serão analisados e registrados em relatórios periódicos de acompanhamento de acordo com a norma DNIT 011/2004-PRO, a qual estabelece os procedimentos para o tratamento das não-conformidades dos insumos, da produção e do produto.

Critérios de medição

Os serviços conformes serão medidos de acordo com os seguintes critérios:

- a) as sarjetas e valetas serão medidas pelo seu comprimento, determinado em metros, acompanhando as declividades executadas, incluindo fornecimento e colocação de materiais, mão-de-obra e encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à execução;
- b) não serão medidas as escavações manuais ou mecânicas, e o apiloamento dos solos nos locais contíguos aos dispositivos;
- c) os materiais decorrentes das escavações e não aproveitados nos locais contíguos aos dispositivos deverão ser removidos, medindo-se o transporte efetivamente realizado;
- d) caso haja necessidade de importação de solos, será medido o volume e o transporte dos materiais efetivamente empregados;
- e) no caso de utilização de revestimento vegetal, a sua aquisição e aplicação será remunerada, medindo-se a área efetivamente aplicada e o transporte realizado;
- f) no caso de utilização de dispositivos pontuais e acessórios, como caixas coletoras ou de passagem, as obras serão medidas por unidade, de acordo com as especificações respectivas.

ESCORAMENTO CONTÍNUO DE MEIO-FIO, COM AQUISIÇÃO, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL C/DISTANCIA ATÉ 10KM

No caso de haver muros nos dois lados da rua, o escoramento poderá ser feito com areia, ocupando toda a faixa da calçada;

No caso de ser área livre deverá ser executado o escoramento com material argiloso, numa faixa de 0,50m de largura e altura nivelada pela parte superior do meio-fio. O material argiloso deve ser bem compactado.

DRENAGEM PLUVIAL

ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M³), LARG. DE 1,5M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA.

Após a marcação topográfica do eixo da rede reiniciaremos a escavação mecânica com utilização de escavadeira tipo FH-200 e/ou retroescavadeira.

A fiscalização determinará a extensão máxima de vala que poderá ser aberta, objetivando a imediata construção das redes, reaterro das valas e recomposição dos pavimentos. Especificamente no caso de redes tubulares, a largura das valas será estabelecida de acordo com o projeto, em função do diâmetro nominal da rede e da profundidade dita, a piçarra, o cascalho, os xistos argilosos, o grés mole e todos os materiais semelhantes.

Estão incluídos também os blocos soltos de materiais idênticos, de diâmetro aproximadamente menor que 0,50 m. O material resultante de escavação ou demolição que não puder ser empregado será imediatamente removido para locais aprovados pela fiscalização.

O material passível de aproveitamento será depositado provisoriamente, de um só lado da vala, a uma distância mínima igual a profundidade, de modo a não perturbar os serviços, não comprometer a estabilidade dos taludes e não permitir a invasão da vala pelas águas das chuvas.

Somente após vistoria e aprovação pela fiscalização, os trabalhos de escavação de qualquer trecho serão considerados terminados. Para a vistoria, a vala deverá estar limpa e desimpedida de fragmentos de rocha, lama ou de detritos de qualquer natureza.

Qualquer excesso de escavação ou depressão deverá ser preenchido com areia, pó de pedra ou material de boa qualidade e adensado até atingir o

grau de compactação mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) do proctor normal e sem direito a qualquer indenização.

Quando a escavação atingir o lençol d'água, fato que poderá criar obstáculos a perfeita execução da obra, dever-se-á ter o cuidado de manter o terreno permanentemente drenado, impedindo-se que a água se eleve no interior da vala, pelo menos, até que o material que compõe a junta da tubulação atinja o ponto de estabilização.

Havendo drenagem da vala, a mesma deverá ser feita de modo a impedir que a água corra pelos tubos recém assentes. Quando o esgotamento for feito por meio da bomba, a água retirada deverá ser encaminhada para a galeria de águas pluviais ou valas mais próximas, por meio de calhas ou condutos a fim de evitar o alongamento das superfícies vizinhas ao local do trabalho.

CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M.

A sua execução obedecerá aos seguintes requisitos mínimos:

- As bocas-de-lobo serão retangulares, de dimensões internas 0,60x1,0x1,20, conforme dimensões do projeto anexo.
- Sobre um contrapiso de cascalho, ou equivalente, será construído o piso de concreto, coletor pluvial será conectado através de tubos de diâmetro mínimo de 0,40m, 10 cm acima do fundo.
- As paredes serão constituídas em alvenaria de tijolos maciços deitados, nunca a cutelo e a face que faz limite com a via serão assentados 1vez, rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:3, revestida internamente com massa única.
- Em continuidade do meio-fio e em frente à boca será colocado um espelho de concreto conforme modelo.
- Em frente à BL o pavimento será rebaixado para orientar as águas pluviais.

- Sobre as paredes será colocado laje de concreto armado no mesmo plano de passeio, devendo ficar uma fenda de 1 cm entre o chassi e o passeio, para facilitar a remoção do chassi.
- Serão constituídas de laje de fundo de concreto simples, com FCK 15Mpa, com espessura de 10 cm. A alvenaria será com tijolo maciço e espessura de 20 cm, com traço 1:2:8. A tampa será de concreto armado com barras de 10 mm (3/8") de aço CA-50, colocado a cada 10 cm.

TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO

Equipamentos

- Escavadeira hidráulica: escavadeira hidráulica com potência de 105 HP e caçamba com capacidade de 0,8 m³.

Critérios para quantificação dos serviços

- Utilizar o comprimento de rede com tubo de concreto, DN 800 mm, efetivamente instalado em valas de redes coletoras de águas pluviais com baixo nível de interferência.

Critérios de aferição

- Locais com nível alto de interferências ocorrem onde há grande adensamento urbano, com imóveis edificadas ao longo de sua extensão, podendo ser caracterizado como execução de redes em vias pavimentadas e/ ou calçadas onde há maior tráfego de carros e/ ou pessoas, e onde há maior interferência com outras redes e restrição de espaço. Locais com nível baixo de interferências são aqueles onde há menor adensamento urbano, podendo ser caracterizado como vias não pavimentadas, terrenos baldios e redes

executadas dentro de empreendimentos fechados em construção, sobretudo onde não há restrições na movimentação dos equipamentos.

- Os coeficientes de produtividade consideram um transporte de tubo de até 10 m de distância da vala.
- Foram consideradas perdas por resíduo.
- Foram separados o tempo produtivo (CHP) e o tempo improdutivo (CHI) da escavadeira da seguinte forma: o CHP: considera o tempo em que o equipamento está transportando o tubo e fazendo sua descarga na vala. o CHI: considera os tempos em que o equipamento de escavação está aguardando outros serviços (exemplos: espera para execução de contenção, espera pelo assentamento de tubo).
- Os serviços de locação, preparo do fundo de vala, contenção e esgotamento não estão considerados nesta composição (embora o efeito de sua presença tenha sido contemplado). Deve-se, portanto, considerar composições específicas para estes serviços.

Execução

- Antes de iniciar o assentamento dos tubos, o fundo da vala deve estar regularizado e com a declividade prevista em projeto.
- Transportar com auxílio da escavadeira o tubo para dentro da vala, com cuidado para não danificar a peça.
- Limpar as faces externas das pontas dos tubos e as internas das bolsas.
- Posicionar a ponta do tubo junto à bolsa do tubo já assentado, proceder ao alinhamento da tubulação e realizar o encaixe.
- O sentido de montagem dos trechos deve ser realizado de jusante para montante, caminhando-se das pontas dos tubos para as bolsas, ou seja, cada tubo assentado deve ter como extremidade livre uma bolsa, onde deve ser acoplada a ponta do tubo subsequente.
- Finalizado o assentamento dos tubos, executam-se as juntas rígidas, feitas com argamassa, aplicando o material na parte externa de todo o perímetro do tubo.

REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA.

Antes de iniciar o aterro da tubulação, será feito o teste de espelho, e também, logo após o recebimento total da tubulação. O aterro das redes só será executado após a autorização da fiscalização e com material adequado proveniente de escavação de vala ou empréstimo, sempre que possível.

O reaterro de valas será executado mecanicamente, com a utilização de equipamentos compatíveis com a largura da vala, desde que a atuação destes equipamentos não comprometa a obra que está sendo reaterrada.

A compactação será feita em camadas sucessivas com máximo de 30 cm c/ 95% (noventa e cinco por cento) do Proctor Normal.

BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 80 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONSIDADE DE 0°, INCLUINDO FÔRMAS E MATERIAIS.

MATERIAIS

Todos os materiais utilizados devem satisfazer as especificações correspondentes, adotadas pelo DNIT.

O concreto utilizado deve ser dosado experimentalmente para uma resistência a compressão simples aos 28 dias, de 11 MPa para as bocas e berço (concreto ciclópico), e de 15 MPa, para os tubos. O concreto utilizado deve ser preparado de acordo com o prescrito nas normas NBR 6118 e NBR 7187 da ABNT.

Quando for utilizada alvenaria de pedra argamassada, o traço da argamassa deve ser de 1:4 (cimento: areia) em volume.

Os tubos de concreto armado a serem empregados devem ter armadura simples, dupla, triplo ou de maneira satisfatório para vazão necessária e devem ser do tipo encaixe macho e femea, devendo atender as prescrições contidas na NBR 9794 da ABNT. A classe de tubo a empregar deve ser compatível com a altura de aterro prevista. Os tubos devem ser rejuntados com argamassa de cimento-areia, traço 1:4.

EQUIPAMENTOS

O equipamento básico necessário a execução dos bueiros tubulares de concreto compreende:

- Betoneira (SE NECESSARIO);
- Deposito de agua;
- Carrinho de concretagem;
- Compactador manual;
- Caminhão com guincho acoplado;
- Ferramentas manuais próprias dos serviços de carpintaria e acabamento.

A Executante deve colocar na obra todo o equipamento necessário a perfeita execução dos serviços, em termos de qualidade e atendimento ao prazo contratual.

A relação do equipamento a ser alocado deve ser ajustada as condições particulares vigentes, e submetida previamente a apreciação da Fiscalização, que julgara a sua suficiência.

EXECUÇÃO

A execução dos bueiros tubulares de concreto compreende as seguintes etapas:

Locações da obra, de acordo com os elementos especificados no projeto. A locação deve ser efetuada com piquetes espaçados de 3m, nivelados de forma a permitir a determinação dos volumes de escavação. Os elementos de projeto (estaca do eixo, esconsidade, comprimento e cotas) podem ser sofrer pequenos ajustamentos de campo. A declividade longitudinal da obra deve ser continua;

Escavação das trincheiras necessárias a moldagem dos berços, por processo manual ou mecânico, devendo ser prevista uma largura superior em 30cm a do berço, para cada lado. Os seguintes aspectos devem ser também observados:

- a) A escavação deve ser executada de forma a garantir a segurança dos operários envolvidos;

- b) O curso d'água deve ser desviado, quando necessário;
- c) Caso haja necessidade de execução de aterros para atingir a cota de assentamento do berço, estes devem ser executados com material de boa qualidade, e compactados em camadas de, no máximo, 15cm.

INSTALAÇÃO DAS FORMAS LATERAIS AOS BERÇOS

Execução da porção inferior do berço com concreto ciclópico com 30% de pedra de mão, até se atingir a linha correspondente a geratriz inferior dos tubos. A espessura mínima desta porção inferior deve ser 1/4 do diâmetro nominal do tubo e não menos de 0,15m, devendo ainda envolver os tubos até 1/3 do seu diâmetro externo. A largura do berço deve ser igual ao diâmetro externo do tubo mais 0,20m. Vibrar o concreto mecanicamente;

Instalação dos tubos sobre a porção inferior do berço, tão logo o concreto utilizado apresente resistência suficiente. Se necessário, utilizar guias ou calços, para fixar os tubos na posição correta.

Os tubos devem estar limpos antes de sua aplicação;

Complementação da concretagem do berço, após a instalação dos tubos. Vibrar o concreto mecanicamente;

Retirada das formas laterais ao berço, assim que a evolução da cura do concreto o permita;

Os mesmos cuidados anteriores devem ser observados quando da utilização dos berços em alvenaria de pedra argamassada;

Rejuntamento dos tubos internamente (porção inferior) e externamente (porção superior), com argamassa cimento-areia, traço 1:4;

Execução do reaterro, preferencialmente com o próprio material escavado, quando seja de boa qualidade. A compactação do material de reaterro deve ser executada em camadas individuais de no máximo 15cm de espessura, por meio de sapos mecânicos, placas vibratórias ou soquete manuais.

O equipamento utilizado deve ser compatível com o espaço previsto, no projeto tipo, entre linhas de tubos de bueiros duplos ou triplos. Especial atenção deve ser dada a compactação junto as paredes dos tubos. O reaterro

deve prosseguir até se atingir uma espessura de, no mínimo, 60cm acima da geratriz superior externa do corpo do bueiro;

Execução das bocas de montante e jusante. Caso as bocas de montante sejam do tipo caixa coletora de sarjetas (bueiro de greide) ou de talvegue (bueiro de grotta) devem ser atendidos procedimentos executivos previstos na especificação correspondente a estes dispositivos. As bocas tipo "nível de terra" devem ser executadas com concreto ciclópico, ou alvenaria de pedra argamassada atendendo as imposições geométricas do projeto-tipo adotado;

Concluídas as bocas, devem ser verificadas as condições de canalização a montante e jusante da obra. Todas as erosões encontradas e que possam vir a comprometer o funcionamento da obra devem ser tratadas com enrocamento de pedra arrumada ou por soluções específicas do projeto.

Devem ser executadas as necessárias valas de derivação, a jusante e bacias de captação, a montante, de forma a disciplinar a entrada e saída do fluxo d'água no bueiro;

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Quando, no terreno de fundação, existir solo com baixa capacidade de suporte, o berço deve ser executado sobre um enrocamento de pedra de mão jogada, ou atender a outros procedimentos especificados em projeto;

b) Quando a declividade longitudinal do bueiro for superior a 5%, o berço deve ser provido de dentes, fundidos simultaneamente, e espaçados de acordo com o previsto no projeto-tipo adotado;

c) Quando o bueiro tiver sua saída em descida d'água ou dissipador de energia, cuidados especiais devem ser tomados na execução da conexão com estes dispositivos, no sentido de manter a continuidade do conjunto;

d) A soleira da boca do bueiro deve ter sempre seu nível coincidente com o nível do terreno.

MANEJO AMBIENTAL

Na construção dos bueiros tubulares de concreto devem ser preservadas as condições ambientais exigindo-se, entre outros, os seguintes procedimentos:

Todo o material excedente de escavação ou sobras, deve ser removidos das proximidades dos dispositivos de modo a não provocar o seu entupimento, cuidando-se ainda, que este material não seja conduzido para os cursos d'água de modo a não causar seu assoreamento;

Nos pontos de descarga dos dispositivos devem ser executadas obras de proteção de modo a não promover a erosão das vertentes ou assoreamento de cursos d'água;

Em todos os locais onde ocorrerem escavações ou aterros necessários a implantação das obras devem ser tomadas medidas que proporcionem a manutenção das condições locais através de plantio da vegetação nativa ou de grama;

Nas áreas de bota-fora e de empréstimo, necessárias a realização das valas de saída que se instalam nas vertentes, devem ser evitados os lançamentos de materiais de escavação que possam afetar o sistema de drenagem superficial;

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho, deve ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde ha alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

CONTROLE

Controle Geométrico e de Acabamento

a) O controle geométrico deve ser realizado através de métodos topográficos correntes, avaliando-se o alinhamento, esconsada, declividade, comprimento e cotas do bueiro e respectivas bocas.

b) A Fiscalização deve apreciar, de forma visual, as condições de acabamento dos bueiros e bocas.

Controle tecnológico

a) O controle tecnológico do concreto empregado nos berços e bocas deve ser realizado pelo rompimento de corpos de prova a compressão simples aos 7 dias de idade, de acordo com o prescrito na NBR 6118 da ABNT, para controle assistemático. Para tal, deve ser estabelecida, previamente, a relação experimental entre as resistências a compressão simples aos 28 dias e aos 7 dias.

b) Quando executados em alvenaria de pedra argamassada, controlar o traço em volume.

c) O controle tecnológico dos tubos empregados deve atender ao prescrito na NBR 9794 da ABNT. Em princípio, devem ser executados apenas ensaios a compressão diametral, atendendo ao definido na NBR 9795 da ABNT, formando-se amostras de 2 peças para cada lote de, no máximo 100 tubos de cada diâmetro utilizado. Ensaios de permeabilidade e absorção somente devem ser exigidos se existirem suspeitas quanto as características dos tubos utilizados.

ACEITAÇÃO

O serviço deve ser considerado aceito, quando atendidas as seguintes condições: O acabamento seja julgado satisfatório;

As características geométricas previstas tenham sido obedecidas. Em especial, as variações para mais ou para menos do diâmetro interno do tubo, em qualquer seção transversal, não devem exceder a 1% do diâmetro interno de projeto;

A resistência a compressão simples estimada para o concreto utilizado nas bocas e berço, definida na NBR 6118 da ABNT, para controle assistemático, seja superior a resistência característica especificada;

A resistência a compressão diametral obtida nos ensaios efetuados, seja superior aos valores mínimos especificados na NBR 9794, para a classe e diâmetro de tubos considerados.

MEDIÇÃO

Os serviços relativos a confecção de bueiros tubulares de concreto, tanto de greide como de grotá, executados e recebidos na forma descrita, devem ser medidos de acordo com os seguintes itens:

Escavação: deve ser determinado o volume escavado para a execução do corpo do bueiro e bocas, classificado de acordo com os critérios do DNIT no caso de escavação mecânica e DNIT no caso de escavação manual e expresso em metros cúbicos. Deve ser feita distinção em relação ao processo

de escavação empregado (manual ou mecânico). Neste item devem ser também computados os volumes de eventuais escavações destinadas a melhorias de canalização a montantes e a jusante da

Obra. O volume de escavação que exceder a tolerância prevista em 5.b, não deve ser objeto de medição;

Corpo de bueiro: deve ser determinada a extensão executada, expressa em metros lineares, discriminando-se o diâmetro interno do tubo e o número de linhas. Na medição do corpo estarão considerados tanto o berço como os tubos aplicados, não se fazendo distinção em relação a classe de tubos empregados;

Bocas: as bocas executadas devem ser medidas de acordo com o tipo empregado, pela contagem do número de unidades aplicadas;

Dissipadores de energia: quando utilizados devem ser executados e medidos de acordo com a especificação de serviço correspondente;

Enrocamento de pedra arrumada: caso este serviço seja necessário, deve ser determinado o volume aplicado expresso em metros cúbicos;

Reaterro: os volumes de reaterro não devem ser objeto de medição em separado.

SINALIZAÇÃO

FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO D = 0,40 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I E SI

PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO, R1 LADO 0,248 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação fixa as condições básicas exigíveis para o fornecimento de placas fabricadas em aço carbono e impressas em processo serigráfico.

NORMATIZAÇÃO

ABNT – NBR 15993: 2011 – Sinalização Vertical Viária – Placa de aço carbono.

CONDIÇÕES GERAIS

Materiais

Serão considerados dois tipos de materiais para confecção de placas:

Chapas finas laminadas a frio de aço de baixa liga e alta resistência mecânica, resistentes à corrosão atmosférica, conforme norma NBR 5920: 2009, na espessura de 1,25mm (MSG 18);

Chapas fornecidas pelo DETRAN-PE, placas para reaproveitamento, que deverão ser previamente lixadas e imersas em líquido removedor para completa eliminação da tinta ou película anteriormente utilizada, em seguida a chapa receberá o tratamento descrito.

Furação

As placas deverão ser furadas antes de receberem o tratamento.

Tratamento

Após cortadas em suas dimensões finais, furadas, as chapas deverão ter as bordas lixadas e deverão receber tratamento que compreenda desengraxamento, decapagem e fosfatização, com espessura de camada mínima igual a cinco micra.

Acabamento

Placas com fundo em pintura eletrostática; símbolos, letras, números e tarjas silkadas.

O acabamento final deverá ser feito com pintura eletrostática a pó poliéster, com o mínimo de 50 micra de espessura, na cor branca ou amarela na frente e preta no verso, com secagem a estufa à temperatura de 200°C;

Os símbolos, letras, números e tarjas deverão ser executados por processo silkscreen utilizando-se tinta epóxi dois componentes, (KTP ou Saturno) brilhante, com secagem a estufa

Placas com fundo em pintura eletrostática; fundo, símbolos, letras, números e tarjas em película tipo A.

O acabamento final deverá ser feito com pintura eletrostática a pó poliéster, com o mínimo de 50 micra de espessura, na cor preta na frente e no verso, com secagem em estufa à temperatura de 200°C;

O fundo, símbolos, letras, números e tarjas deverão ser executados em película refletiva tipo A, exceto a cor preta que deverá ser impressa em película não refletiva.

Placas com fundo em pintura eletrostática; símbolos, letras, números e tarjas em película tipo A.

O acabamento final deverá ser feito com pintura eletrostática a pó poliéster, com o mínimo de 50 micra de espessura, nas cores branca, amarela e vermelha na frente e preta no verso, com secagem em estufa à temperatura de 200°C;

Os símbolos, letras, números e tarjas deverão ser executados em película refletiva tipo A, exceto a cor preta que deverá ser impressa em película não refletiva.

Garantia

As placas em aço-carbono laminadas a frio deverão manter-se aceitáveis de acordo com os padrões de qualidade fixados na presente especificação, durante um período de 05 (cinco) anos para placas confeccionadas com chapa do fabricante; e por um período de 04 (quatro) anos para placas confeccionadas com chapas reaproveitadas. Será exigida a garantia quanto à:

- Corrosão da chapa;
- Tonalidade da tinta;
- Aderência da tinta
- Trincas e fissuras na tinta, ou película;
- Outras características.

Padrão de cor

As cores das tintas têm as seguintes especificações no padrão Munsell:

- Branco: N 9,5 (tolerância N 9,0)
- Amarelo:..... 10 YR 7,0/14
- Verde: 10 G 3/8
- Azul: 5 PB 2/8
- Laranja: 2,5 YR 6/14
- Vermelho: 7,5 R 4/14

· Preto: (Verso da placa): N 1,0 (tolerância N 0,5 a 1,5)

Identificação

Deverão constar no verso das placas, impressos pelo processo silkscreen, na cor branca os seguintes dizeres: DETRAN-PE, mês e ano de fabricação, além do nome do fabricante. Nas placas indicativas deverá constar o número da placa.

CLASSIFICAÇÃO

As placas podem ser classificadas em simples e moduladas.

Placas Simples

Placas simples - Tipo I

Neste grupo estão incluídas as placas de regulamentação (circulares, octogonais, triangulares), advertência (quadradas) e placas com largura menor a 0,75cm e/ou altura menor que a 1,00m.

Placas Simples - Tipo II

Neste grupo estão incluídas as placas com largura entre 0,75m e 2,00m (inclusive) e/ou altura até 1,00m (inclusive).

As placas deverão ser contornadas por um perfil de alumínio e fixadas nos suportes ou braço projetado através de longarinas ou transversinas.

As placas simples - Tipo II não deverão ser furadas, e a fixação do perfil de reforço e das longarinas ou transversinas deverá ser por meio de fita adesiva dupla face, conforme desenhos em anexo.

SUPORTE PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO

Os suportes de madeira terão 2,50m de altura livre, pintados com esmalte sintético cor branca, e instalados nas calçadas junto aos meios-fios, com chumbamento suficiente para evitar seu tombamento ou arrancamento.

Método construtivo:

- Fabricação dos suportes das placas de sinalização, em barrotes de madeira com seção mínima de 8x8cm, com 3,00m de comprimento cada.
- Pintura dos suportes com esmalte sintético na cor branca.
- Instalação dos suportes nos locais indicados no projeto, com chumbamento em concreto com pelo menos 50cm de recobrimento dentro do terreno, sendo instalados nas áreas dos passeios, próximo aos meios-fios, visando evitar criar obstáculo aos transeuntes nas calçadas.

Critério de medição:

Pelo número de suportes instalados (un).

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO ORÇAMENTO

ANEXO III - MEMÓRIA DE CÁLCULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Objeto: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - TRECHO 06
 Local: VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS, ZONA RURAL, CHÃ GRANDE/PE
 Data da Elaboração: JANEIRO/2023



| RESPONSÁVEL TÉCNICO: | | REGISTRO CREA: | | | | | | | | |
|----------------------------------|-----------|---|-------|----------|--------|------|------|-----------|------------|--|
| LEONARDO MENEZES DE SÁ | | 29.936 D/PE | | | | | | | | |
| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | COMP | ALT | LARG | REPETIÇÃO | ÁREAVOLUME | |
| 1.0 ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | | | | | | | | | |
| 1.1 | COMP. 003 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | MÊS | 6,00 | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - E0 até E51 | | | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12 | | 1,00 | | | | | 1,00 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24 | | 0,96 | | | | | 0,96 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E24 ATÉ E36 | | 0,92 | | | | | 0,92 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51 | | 1,21 | | | | | 1,21 | |
| | | Estrada Palmeira - E0 até E26 | | | | | | | | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E0 ATÉ E7 | | 0,51 | | | | | 0,51 | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E7 ATÉ E14+10 | | 0,56 | | | | | 0,56 | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E14+10 ATÉ E26 | | 0,84 | | | | | 0,84 | |
| 2.0 SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | | | | | |
| 2.1 | COMP. 001 | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO - REF. ORSE 0051 - 12/2022 | M2 | 11,52 | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12 | | | | 2,40 | 4,80 | | 11,52 | |
| 3.0 PAVIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | |
| 3.1 | 101169 | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF. 05/2020 | M2 | 8.604,60 | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - E0 até E51 | | | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12 | | | 240,00 | | 5,70 | | 1.368,00 | |
| | | Pc 01 - E0 | | 6,00 | | | 3,40 | | 20,40 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24 | | 240,00 | | | 5,70 | | 1.368,00 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E24 ATÉ E36 | | 240,00 | | | 5,70 | | 1.368,00 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51 | | 300,00 | | | 5,70 | | 1.710,00 | |
| | | Pc 02 - E47 | | 5,00 | | | 4,40 | | 22,00 | |
| | | Estrada Palmeira - E0 até E26 | | | | | | | | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E0 ATÉ E7 | | 140,00 | | | 5,20 | | 728,00 | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E7 ATÉ E14+10 | | 150,00 | | | 5,20 | | 780,00 | |
| | | Pc 01 - E15 | | 8,50 | | | 5,20 | | 44,20 | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E14+10 ATÉ E26 | | 230,00 | | | 5,20 | | 1.196,00 | |
| 3.2 | 94265 | GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF. 06/2016 | M | 3.114,00 | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - E0 até E51 | | | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12 | | | | | | | | |
| | | LE | | | 240,00 | | | | 240,00 | |
| | | LD | | | 240,00 | | | | 240,00 | |
| | | Recravas | | 6,00 | | | | 1,00 | 6,00 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24 | | | | | | | | |
| | | LE | | | 240,00 | | | | 240,00 | |
| | | LD | | | 240,00 | | | | 240,00 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E24 ATÉ E36 | | | | | | | | |
| | | LE | | | 240,00 | | | | 240,00 | |
| | | LD | | | 240,00 | | | | 240,00 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51 | | | | | | | | |
| | | LE | | | 300,00 | | | | 300,00 | |
| | | LD | | | 300,00 | | | | 300,00 | |
| | | Recravas | | 6,00 | | | | 1,00 | 6,00 | |
| | | | | 5,00 | | | | 1,00 | 5,00 | |
| | | Estrada Palmeira - E0 até E26 | | | | | | | | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E0 ATÉ E7 | | | | | | | | |
| | | LE | | | 140,00 | | | | 140,00 | |
| | | LD | | | 140,00 | | | | 140,00 | |
| | | Recravas | | 6,00 | | | | 1,00 | 6,00 | |
| | | | | 5,00 | | | | 1,00 | 5,00 | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E7 ATÉ E14+10 | | | | | | | | |
| | | LE | | | 150,00 | | | | 150,00 | |
| | | LD | | | 150,00 | | | | 150,00 | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E14+10 ATÉ E26 | | | | | | | | |
| | | LE | | | 230,00 | | | | 230,00 | |
| | | LD | | | 230,00 | | | | 230,00 | |
| | | Recravas | | 6,00 | | | | 1,00 | 6,00 | |
| 3.3 | 94281 | EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF. 06/2016 | M | 1.540,00 | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - E0 até E51 | | | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12 | | | | | | | | |
| | | E0 até E6+6,80 - LE | | | 126,80 | | | | 126,80 | |
| | | E6+6,80 até E12 - LD | | | 113,20 | | | | 113,20 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24 | | | | | | | | |
| | | E12 até E24 - LD | | | 240,00 | | | | 240,00 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E24 ATÉ E36 | | | | | | | | |
| | | E24 até E33 - LD | | | 180,00 | | | | 180,00 | |
| | | E33 até E36 - LE | | | 60,00 | | | | 60,00 | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51 | | | | | | | | |
| | | E36 até E51 - LE | | | 300,00 | | | | 300,00 | |
| | | Estrada Palmeira - E0 até E26 | | | | | | | | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E0 ATÉ E7 | | | | | | | | |
| | | LD | | | 140,00 | | | | 140,00 | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E7 ATÉ E14+10 | | | | | | | | |
| | | LD | | | 150,00 | | | | 150,00 | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Objeto: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - TRECHO 06
 Local: VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS, ZONA RURAL, CHÃ GRANDE/PE
 Data da Elaboração: JANEIRO/2023



| RESPONSÁVEL TÉCNICO: | | REGISTRO CREA: | | | | | | | |
|------------------------|-------------|--|-------|----------|--------|--------|------|-----------|------------|
| LEONARDO MENEZES DE SÁ | | 29.936 D/PE | | | | | | | |
| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | COMP | ALT | LARG | REPETIÇÃO | ÁREAVOLUME |
| | | <i>ESTRADA PALMEIRA - E14+10 ATÉ E26</i> | | | | | | | |
| | | <i>LD</i> | | | 230,00 | | | | 230,00 |
| 3.4 | COMP.002 | ESCORAMENTO CONTÍNUO DE MEIO-FIO, COM AQUISIÇÃO, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL C/DISTANCIA ATÉ 10KM | M | 3.080,00 | | | | | |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - E0 até E51</i> | | | | | | | |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12</i> | | | | | | | |
| | | <i>LE</i> | | | 240,00 | | | | 240,00 |
| | | <i>LD</i> | | | 240,00 | | | | 240,00 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24</i> | | | | | | | |
| | | <i>LE</i> | | | 240,00 | | | | 240,00 |
| | | <i>LD</i> | | | 240,00 | | | | 240,00 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E24 ATÉ E36</i> | | | | | | | |
| | | <i>LE</i> | | | 240,00 | | | | 240,00 |
| | | <i>LD</i> | | | 240,00 | | | | 240,00 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51</i> | | | | | | | |
| | | <i>LE</i> | | | 300,00 | | | | 300,00 |
| | | <i>LD</i> | | | 300,00 | | | | 300,00 |
| | | <i>Estrada Palmeira - E0 até E26</i> | | | | | | | |
| | | <i>ESTRADA PALMEIRA - E0 ATÉ E7</i> | | | | | | | |
| | | <i>LE</i> | | | 140,00 | | | | 140,00 |
| | | <i>LD</i> | | | 140,00 | | | | 140,00 |
| | | <i>ESTRADA PALMEIRA - E7 ATÉ E14+10</i> | | | | | | | |
| | | <i>LE</i> | | | 150,00 | | | | 150,00 |
| | | <i>LD</i> | | | 150,00 | | | | 150,00 |
| | | <i>ESTRADA PALMEIRA - E14+10 ATÉ E26</i> | | | | | | | |
| | | <i>LE</i> | | | 230,00 | | | | 230,00 |
| | | <i>LD</i> | | | 230,00 | | | | 230,00 |
| 4.0 | | DRENAGEM | | | | | | | |
| 4.1 | 90091 | ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M(MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M3), LARG. DE 1,5M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021 | M3 | 6,75 | | | | | |
| | | <i>Tubo de concreto Ø 800mm</i> | | | | | | | |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12</i> | | | | | | | |
| | | <i>E2</i> | | | 1,00 | 1,50 | 1,50 | 1,00 | 2,25 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24</i> | | | | | | | |
| | | <i>E16+9.50</i> | | | 1,00 | 1,50 | 1,50 | 1,00 | 2,25 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51</i> | | | | | | | |
| | | <i>E37+7</i> | | | 1,00 | 1,50 | 1,50 | 1,00 | 2,25 |
| 4.2 | 97949 | CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF_12/2020 | UN | 3,00 | | | | | |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12</i> | | | | | | | |
| | | <i>E2</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24</i> | | | | | | | |
| | | <i>E16+9.50</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51</i> | | | | | | | |
| | | <i>E37+7</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |
| 4.3 | 92214 | TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015 | M | 3,00 | | | | | |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12</i> | | | | | | | |
| | | <i>E2</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24</i> | | | | | | | |
| | | <i>E16+9.50</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51</i> | | | | | | | |
| | | <i>E37+7</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |
| 4.4 | 93382 | REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016 | M3 | 5,25 | | | | | |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12</i> | | | | | | | |
| | | <i>volume da escavação dos tubos - E2</i> | | | 2,25 | | | | 2,25 |
| | | <i>desconto - volume dos tubos</i> | | | 1,00 | (1,00) | 0,40 | 3,14 | (0,50) |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24</i> | | | | | | | |
| | | <i>volume da escavação dos tubos - E16+9.50</i> | | | 2,25 | | | | 2,25 |
| | | <i>desconto - volume dos tubos</i> | | | 1,00 | (1,00) | 0,40 | 3,14 | (0,50) |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51</i> | | | | | | | |
| | | <i>volume da escavação dos tubos - E37+7</i> | | | 2,25 | | | | 2,25 |
| | | <i>desconto - volume dos tubos</i> | | | 1,00 | (1,00) | 0,40 | 3,14 | (0,50) |
| 4.5 | 102739 | BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 80 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONSIDADE DE 0°, INCLUINDO FÓRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021 | UN | 3,00 | | | | | |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12</i> | | | | | | | |
| | | <i>E2</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E12 ATÉ E24</i> | | | | | | | |
| | | <i>E16+9.50</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51</i> | | | | | | | |
| | | <i>E37+7</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |
| 5.0 | | SINALIZAÇÃO | | | | | | | |
| 5.1 | 5213440-MOD | FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO D = 0,40 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I E SI | UN | 4,00 | | | | | |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - E0 até E51</i> | | | | | | | |
| | | <i>VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12</i> | | | 1,00 | | | | 1,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Objeto: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - TRECHO 06
 Local: VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS, ZONA RURAL, CHÃ GRANDE/PE
 Data da Elaboração: JANEIRO/2023



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO CREA:

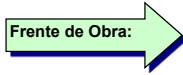
LEONARDO MENEZES DE SÁ

29.936 D/PE

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | COMP. | ALT. | LARG. | REPETIÇÃO | ÁREAVOLUME |
|------|---------|--|-------|--------|-------|------|-------|-----------|------------|
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51 | | 1,00 | | | | | 1,00 |
| | | <i>Estrada Palmeira - E0 até E26</i> | | | | | | | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E0 ATÉ E7 | | 1,00 | | | | | 1,00 |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E7 ATÉ E14+10 | | 1,00 | | | | | 1,00 |
| 5.2 | 5213444 | PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO, R1 LADO 0,248 M - PELÍCULA RETORREFLETIVA TIPO I + SI - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | UN | 1,00 | | | | | |
| | | <i>Estrada Palmeira - E0 até E26</i> | | | | | | | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E0 ATÉ E7 | | 1,00 | | | | | 1,00 |
| 5.3 | 5216111 | SUPORTE PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | UN | 5,00 | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - E0 até E51 | | | | | | | |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E0 ATÉ E12 | | 1,00 | | | | | 1,00 |
| | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E36 ATÉ E51 | | 1,00 | | | | | 1,00 |
| | | <i>Estrada Palmeira - E0 até E26</i> | | | | | | | |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E0 ATÉ E7 | | 2,00 | | | | | 2,00 |
| | | ESTRADA PALMEIRA - E7 ATÉ E14+10 | | 1,00 | | | | | 1,00 |

| | | | | | | | | |
|---|--|---|---|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Nº OPERAÇÃO | GESTOR MINISTÉRIO DA | PROGRAMA | AÇÃO / MODALIDADE PLANEJAMENTO URBANO | OBJETO ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | | | | |
| PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÁ GRANDE | MUNICÍPIO / UF CHÁ GRANDE / PE | LOCALIDADE / ENDEREÇO ESTRADA DE MACACOS e ESTRADA DA PALMEIRA - ZONA | APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E ESTRADA | | | | | |
| DATA BASE dez-22 | DESON. Não | LOCALIDADE DO SINAPI Recife / PE | DESCRIÇÃO DO LOTE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | BDI 1 21,35% | BDI 2 | BDI 3 | BDI 4 | BDI 5 |

| Item | Descrição | Unid. | Quantidade | Frete de Obra: | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|--|-------|------------|---|---|---|---|----------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|--|--|--|--|
| | | | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - | ESTRADA DA PALMEIRA - ETAPA 07 - | ESTRADA DA PALMEIRA - ETAPA 14+10 - | ESTRADA DA PALMEIRA - ETAPA 14+10 - | | | | |
| RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | | | | | | | | | | | | |
| 1.0.1. | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | MÊS | 6,00 | 1,00 | 0,96 | 0,92 | 1,21 | 0,51 | 0,56 | 0,84 | | | | |
| 2. | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1. | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.1. | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO - REF. ORSE 0051 - 12/2022 | M² | 11,52 | 11,52 | | | | | | | | | | |
| 2.2. | PAVIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 2.2.1. | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020 | M2 | 5.856,40 | 1.388,40 | 1.368,00 | 1.368,00 | 1.732,00 | | | | | | | |
| 2.2.2. | GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016 | M | 2.057,00 | 486,00 | 480,00 | 480,00 | 611,00 | | | | | | | |
| 2.2.3. | EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016 | M | 1.020,00 | 240,00 | 240,00 | 240,00 | 300,00 | | | | | | | |
| 2.2.4. | ESCORAMENTO CONTÍNUO DE MEIO-FIO, COM AQUISIÇÃO, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL C/DISTANCIA ATÉ 10KM | M | 2.040,00 | 480,00 | 480,00 | 480,00 | 600,00 | | | | | | | |
| 2.3. | DRENAGEM | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.1. | ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021 | M3 | 6,75 | 2,25 | 2,25 | | 2,25 | | | | | | | |
| 2.3.2. | CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF_12/2020 | UN | 3,00 | 1,00 | 1,00 | | 1,00 | | | | | | | |
| 2.3.3. | TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015 | M | 3,00 | 1,00 | 1,00 | | 1,00 | | | | | | | |
| 2.3.4. | REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016 | M3 | 5,25 | 1,75 | 1,75 | | 1,75 | | | | | | | |
| 2.3.5. | BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 80 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONSIDADE DE 0°, INCLUINDO FÓRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021 | UN | 3,00 | 1,00 | 1,00 | | 1,00 | | | | | | | |
| 2.4. | SINALIZAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |



| Item | Descrição | Unid. | Quantidade | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 - | ESTRADA DA PALMEIRA - E0 ATÉ E7 | ESTRADA DA PALMEIRA - E7 ATÉ E14+10 | ESTRADA DA PALMEIRA - E14+10 ATÉ E26 | | | | |
|-------------|---|-------|------------|---|---|---|---|---------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|---|---|----|--|
| | | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | |
| 2.4.1. | FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO D = 0,40 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I E SI | UND | 2,00 | 1,00 | | | 1,00 | | | | | | | |
| 2.4.2. | SUPORTE PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | UND | 2,00 | 1,00 | | | 1,00 | | | | | | | |
| 3. | ESTRADA DA PALMEIRA | | | | | | | | | | | | | |
| 3.1. | PAVIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3.1.1. | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020 | M2 | 2.748,20 | | | | | 728,00 | 824,20 | 1.196,00 | | | | |
| 3.1.2. | GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016 | M | 1.057,00 | | | | | 291,00 | 300,00 | 466,00 | | | | |
| 3.1.3. | EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016 | M | 520,00 | | | | | 140,00 | 150,00 | 230,00 | | | | |
| 3.1.4. | ESCORAMENTO CONTÍNUO DE MEIO-FIO, COM AQUISIÇÃO, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL C/DISTANCIA ATÉ 10KM | M | 1.040,00 | | | | | 280,00 | 300,00 | 460,00 | | | | |
| 3.2. | SINALIZAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3.2.1. | FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO D = 0,40 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I E SI | UND | 2,00 | | | | | 1,00 | | 1,00 | | | | |
| 3.2.2. | PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO, R1 LADO 0,248 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | UND | 1,00 | | | | | 1,00 | | | | | | |
| 3.2.3. | SUPORTE PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | UND | 3,00 | | | | | 2,00 | | 1,00 | | | | |

CHÃ GRANDE / PE

Local

12 de maio de 2023

Data

Nome: LEONARDO MENEZES DE SÁ

Título: ENGENHEIRO CIVIL

CREA/CAU 29.936 D/PE

ART/RRT:

COMPOSIÇÕES

| FONTE | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | COEFIC. | CUSTO UNIT DESONERADO | CUSTO UNIT NÃO DESONER. |
|-------------------|--------------------|---|------------|---------|--------------------------|----------------------------|
| COMPOSIÇÃO | COMP 001 | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO - REF. ORSE 0051 - 12/2022 | M² | | 416,39 | 423,12 |
| SINAPI-I | 4417 | SARRAFO NÃO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA | M | 1 | 8,43 | 8,43 |
| SINAPI-I | 4491 | PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA | M | 4 | 10,66 | 10,66 |
| SINAPI-I | 4813 | PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXAÇÃO) | M2 | 1 | 300,00 | 300,00 |
| SINAPI-I | 5075 | PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10) | KG | 0,11 | 20,34 | 20,34 |
| SINAPI | 88262 | CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 1 | 22,36 | 25,00 |
| SINAPI | 88316 | SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 2 | 18,42 | 20,42 |
| SINAPI | 94962 | CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021 | M3 | 0,01 | 389,11 | 398,57 |
| COMPOSIÇÃO | COMP 002 | ESCORAMENTO CONTÍNUO DE MEIO-FIO, COM AQUISIÇÃO, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL C/DISTANCIA ATÉ 10KM | M | | 17,44 | 17,93 |
| SINAPI | 94342 | ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016 | M3 | 0,12 | 113,07 | 116,48 |
| SINAPI | 93594 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 | TXKM | 1,8 | 2,16 | 2,20 |
| COMPOSIÇÃO | COMP 003 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | MÊS | | 5.668,24 | 6.543,80 |
| SINAPI | 93565 | ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MES | 0,25 | 16.170,74 | 18.710,14 |
| SINAPI | 93572 | ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MES | 0,275 | 5.911,16 | 6.786,45 |
| COMPOSIÇÃO | 5213440-MOD | FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO D = 0,40 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I E SI | UND | | 27,44 | 90,90 |
| SINAPI | 88277 | MONTADOR (TUBO AÇO/EQUIPAMENTOS) COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 0,3333 | 43,16 | 49,29 |
| SINAPI | 88316 | SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 0,6667 | 18,42 | 20,42 |
| SINAPI | 100947 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 | TXKM | 0,3333 | 2,36 | 2,40 |
| SICRO | 5213414 | PLACA EM AÇO Nº 16 GALVANIZADO COM PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI - CONFECÇÃO | M² | 0,13 | 0,00 | 462,21 |

31/01/2023

Data

 Responsável Técnico: LEONARDO MENEZES DE SÁ
 CREA/CAU: 29.936 D/PE

ORÇAMENTO



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação

Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | | | | | | |
|---|--------------------------------|--|---|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Nº OPERAÇÃO | GESTOR MINISTÉRIO DA | PROGRAMA | AÇÃO / MODALIDADE PLANEJAMENTO URBANO | OBJETO ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | | | | |
| PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | MUNICÍPIO / UF CHÃ GRANDE / PE | LOCALIDADE / ENDEREÇO ESTRADA DE MACACOS e ESTRADA DA PALMEIRA - ZONA | APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E ESTRADA | | | | |
| DATA BASE dez-22 | DESON. Não | LOCALIDADE DO SINAPI Recife / PE | DESCRIÇÃO DO LOTE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | BDI 1 21,35% | BDI 2 | BDI 3 | BDI 4 | BDI 5 |

| Item | Fonte | Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Custo Unitário (R\$) | BDI (%) | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|------------|-------------|--|---------|------------|----------------------|---------|----------------------|---------------------|
| RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | | | | | | | | | 1.266.081,22 |
| 1. | | | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | | | | - | 47.645,40 |
| 1.0.1. | COMPOSIÇÃO | COMP 003 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | MÊS | 6,00 | 6.543,80 | BDI 1 | 7.940,90 | 47.645,40 |
| 2. | | | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 | | | | | - | 831.557,34 |
| 2.1. | | | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | - | 5.915,06 |
| 2.1.1. | COMPOSIÇÃO | COMP 001 | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO - REF. ORSE 0051 - 12/2022 | M² | 11,52 | 423,12 | BDI 1 | 513,46 | 5.915,06 |
| 2.2. | | | PAVIMENTAÇÃO | | | | | - | 802.908,88 |
| 2.2.1. | SINAPI | 101169 | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF 05/2020 | M2 | 5.856,40 | 82,76 | BDI 1 | 100,43 | 588.158,25 |
| 2.2.2. | SINAPI | 94265 | GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF 06/2016 | M | 2.057,00 | 42,02 | BDI 1 | 50,99 | 104.886,43 |
| 2.2.3. | SINAPI | 94281 | EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF 06/2016 | M | 1.020,00 | 52,90 | BDI 1 | 64,19 | 65.473,80 |
| 2.2.4. | COMPOSIÇÃO | COMP 002 | ESCORAMENTO CONTÍNUO DE MEIO-FIO, COM AQUISIÇÃO, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL C/DISTANCIA ATÉ 10KM | M | 2.040,00 | 17,93 | BDI 1 | 21,76 | 44.390,40 |
| 2.3. | | | DRENAGEM | | | | | - | 22.197,06 |
| 2.3.1. | SINAPI | 90091 | ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 02/2021 | M3 | 6,75 | 6,34 | BDI 1 | 7,69 | 51,91 |
| 2.3.2. | SINAPI | 97949 | CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF 12/2020 | UN | 3,00 | 1.649,82 | BDI 1 | 2.002,06 | 6.006,18 |
| 2.3.3. | SINAPI | 92214 | TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 12/2015 | M | 3,00 | 452,28 | BDI 1 | 548,84 | 1.646,52 |
| 2.3.4. | SINAPI | 93378 | REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 04/2016 | M3 | 5,25 | 28,49 | BDI 1 | 34,57 | 181,49 |
| 2.3.5. | SINAPI | 102739 | BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 80 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONSIDADE DE 0°, INCLUINDO FÓRMAS E MATERIAIS. AF 07/2021 | UN | 3,00 | 3.931,04 | BDI 1 | 4.770,32 | 14.310,96 |
| 2.4. | | | SINALIZAÇÃO | | | | | - | 536,34 |
| 2.4.1. | COMPOSIÇÃO | 5213440-MOD | FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO D = 0,40 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I E SI | UND | 2,00 | 90,90 | BDI 1 | 110,31 | 220,62 |
| 2.4.2. | SICRO | 5216111 | SUPORTE PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | UND | 2,00 | 130,09 | BDI 1 | 157,86 | 315,72 |
| 3. | | | ESTRADA DA PALMEIRA | | | | | - | 386.878,48 |
| 3.1. | | | PAVIMENTAÇÃO | | | | | - | 385.907,36 |
| 3.1.1. | SINAPI | 101169 | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF 05/2020 | M2 | 2.748,20 | 82,76 | BDI 1 | 100,43 | 276.001,73 |
| 3.1.2. | SINAPI | 94265 | GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF 06/2016 | M | 1.057,00 | 42,02 | BDI 1 | 50,99 | 53.896,43 |
| 3.1.3. | SINAPI | 94281 | EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF 06/2016 | M | 520,00 | 52,90 | BDI 1 | 64,19 | 33.378,80 |
| 3.1.4. | COMPOSIÇÃO | COMP 002 | ESCORAMENTO CONTÍNUO DE MEIO-FIO, COM AQUISIÇÃO, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL C/DISTANCIA ATÉ 10KM | M | 1.040,00 | 17,93 | BDI 1 | 21,76 | 22.630,40 |

| Item | Fonte | Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Custo Unitário (R\$) | BDI (%) | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-------------|------------|-------------|---|---------|------------|----------------------|---------|----------------------|-------------------|
| 3.2. | | | SINALIZAÇÃO | | | | | - | 971,12 |
| 3.2.1. | COMPOSIÇÃO | 5213440-MOD | FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO D = 0,40 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I E SI | UND | 2,00 | 90,90 | BDI 1 | 110,31 | 220,62 |
| 3.2.2. | SICRO | 5213444 | PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO, R1 LADO 0,248 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | UND | 1,00 | 228,20 | BDI 1 | 276,92 | 276,92 |
| 3.2.3. | SICRO | 5216111 | SUPORTE PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | UND | 3,00 | 130,09 | BDI 1 | 157,86 | 473,58 |

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

CHÃ GRANDE / PE
 Local
 12 de maio de 2023
 Data

Nome: LEONARDO MENEZES DE SÁ
 Título: ENGENHEIRO CIVIL
 CREA/CAU 29.936 D/PE
 ART/RRT:

CRONOGRAMA



CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
Cronograma Base para Licitação

Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|-----------------------------|---|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Nº OPERAÇÃO | GESTOR | PROGRAMA | AÇÃO / MODALIDADE | OBJETO | | | | |
| | MINISTÉRIO DA | | PLANEJAMENTO URBANO | ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | | | | |
| PROponente / Tomador | | Município / UF | Localidade / Endereço | Apelido do Empreendimento | | | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | CHÃ GRANDE / PE | ESTRADA DE MACACOS e ESTRADA DA PALMEIRA - ZONA | PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E ESTRADA | | | | |
| DATA BASE | DESON. | LOCALIDADE DO SINAPI | DESCRIÇÃO DO LOTE | BDI 1 | BDI 2 | BDI 3 | BDI 4 | BDI 5 |
| dez-22 | Não | Recife / PE | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | 21,35% | | | | |

| Item | Descrição das Metas / Macrosserviços | Valores Totais (R\$) | Início de Obra 01/04/23 | Parcela 1 mai/23 | Parcela 2 jun/23 | Parcela 3 jul/23 | Parcela 4 ago/23 | Parcela 5 set/23 | Parcela 6 out/23 | Parcela 7 nov/23 | Parcela 8 dez/23 |
|----------------------------------|--|----------------------|-------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| CRONOGRAMA GLOBAL DO LOTE | | | | | | | | | | | |
| | | 1.266.081,22 | Parcela (%) | 21,17% | 21,17% | 21,17% | 21,25% | 7,59% | 7,64% | | |
| | | | Parcela (R\$) | 268.066,47 | 268.066,45 | 268.066,47 | 269.037,57 | 96.153,96 | 96.690,30 | | |
| | | | Acumulado (%) | 21,17% | 42,35% | 63,52% | 84,77% | 92,36% | 100,00% | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 268.066,47 | 536.132,92 | 804.199,39 | 1.073.236,96 | 1.169.390,92 | 1.266.081,22 | | |
| 1. | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 47.645,40 | Parcela (%) | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 10,00% | 10,00% | | |
| | | | Acumulado (%) | 20,00% | 40,00% | 60,00% | 80,00% | 90,00% | 100,00% | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 9.529,08 | 19.058,16 | 28.587,24 | 38.116,32 | 42.880,86 | 47.645,40 | | |
| 2. | VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 | 831.557,34 | Parcela (%) | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 10,00% | 10,00% | | |
| | | | Acumulado (%) | 19,49% | 38,98% | 58,47% | 77,96% | 88,95% | 100,00% | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 162.060,55 | 324.121,08 | 486.181,63 | 648.242,16 | 739.631,58 | 831.557,34 | | |
| 2.1. | SERVIÇOS PRELIMINARES | 5.915,06 | Parcela (%) | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% | | | | |
| | | | Acumulado (%) | 25,00% | 50,00% | 75,00% | 100,00% | | | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 1.478,77 | 2.957,53 | 4.436,30 | 5.915,06 | | | | |
| 2.2. | PAVIMENTAÇÃO | 802.908,88 | Parcela (%) | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 10,00% | 10,00% | | |
| | | | Acumulado (%) | 20,00% | 40,00% | 60,00% | 80,00% | 90,00% | 100,00% | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 160.581,78 | 321.163,55 | 481.745,33 | 642.327,10 | 722.617,99 | 802.908,88 | | |
| 2.3. | DRENAGEM | 22.197,06 | Parcela (%) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 50,00% | 50,00% | | |
| | | | Acumulado (%) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 50,00% | 100,00% | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.098,53 | 22.197,06 | | |
| 2.4. | SINALIZAÇÃO | 536,34 | Parcela (%) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 100,00% | | |
| | | | Acumulado (%) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 100,00% | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 536,34 | | |
| 3. | ESTRADA DA PALMEIRA | 386.878,48 | Parcela (%) | 24,94% | 24,94% | 24,94% | 25,19% | | | | |
| | | | Acumulado (%) | 24,94% | 49,87% | 74,81% | 100,00% | | | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 96.476,84 | 192.953,68 | 289.430,52 | 386.878,48 | | | | |
| 3.1. | PAVIMENTAÇÃO | 385.907,36 | Parcela (%) | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% | | | | |
| | | | Acumulado (%) | 25,00% | 50,00% | 75,00% | 100,00% | | | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 96.476,84 | 192.953,68 | 289.430,52 | 385.907,36 | | | | |
| 3.2. | SINALIZAÇÃO | 971,12 | Parcela (%) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 100,00% | | | | |
| | | | Acumulado (%) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 100,00% | | | | |
| | | | Acumulado (R\$) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 971,12 | | | | |

Local _____
12 de maio de 2023
Data _____

Nome: LEONARDO MENEZES DE SA
Titulo: ENGENHEIRO CIVIL
CREA/CAU 29.936 D/PE
ART/RRT: _____



CFF-CT - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | | | | | |
|------------------------------------|------------|----------------------------|-----------------|---|---------------------------|---------------|--------------|
| Nº OPERAÇÃO | Nº SICONV | GESTOR | PROGRAMA | AÇÃO / MODALIDADE | RECURSO | | |
| | 29474/2022 | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, | | PLANEJAMENTO URBANO | OGU não-PAC | | |
| PROponente / Tomador | | | Município / UF | Localidade / Endereço | Valores Contratados (R\$) | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | | CHÃ GRANDE / PE | ESTRADA DE MACACOS e ESTRADA DA PALMEIRA - ZONA RURAL | | | |
| Objeto | | | | Apelido do Empreendimento | REPASSE | CONTRAPARTIDA | INVESTIMENTO |
| ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | | | | PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E | 955.000,00 | 311.081,22 | 1.266.081,22 |

Início Previsto
abr-23

| Etapa | Meta / Sub-Meta | Descrição da Meta / Sub-Meta | Valores Totais (R\$) | | Parcela 1 mai-23 | Parcela 2 jun-23 | Parcela 3 jul-23 | Parcela 4 ago-23 | Parcela 5 set-23 | Parcela 6 out-23 |
|-------|-----------------|---|----------------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | | - | (%) | 16,69% | 16,02% | 16,01% | 19,53% | 8,45% | 23,30% |
| | | | - | Repasse (R\$) | 159.409,63 | 152.927,87 | 152.927,86 | 186.502,46 | 80.754,48 | 222.477,70 |
| | | | - | CP Fin. (R\$) | 51.926,02 | 49.814,64 | 49.814,64 | 60.751,22 | 26.304,93 | 72.469,77 |
| | | | - | Outros (R\$) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | - | Invest. (R\$) | 211.335,65 | 202.742,50 | 202.742,50 | 247.253,69 | 107.059,41 | 294.947,47 |
| | | | - | (%) | 16,69% | 32,71% | 48,72% | 68,25% | 76,70% | 100,00% |
| | | | 955.000,00 | Repasse (R\$) | 159.409,63 | 312.337,50 | 465.265,36 | 651.767,82 | 732.522,30 | 955.000,00 |
| | | | 311.081,22 | CP Fin. (R\$) | 51.926,02 | 101.740,66 | 151.555,30 | 212.306,52 | 238.611,45 | 311.081,22 |
| | | | 0,00 | Outros (R\$) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | 1.266.081,22 | Acum. Inv. (R\$) | 211.335,65 | 414.078,16 | 616.820,66 | 864.074,34 | 971.133,75 | 1.266.081,22 |
| 1 | Meta 1. | PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 e | 1.266.081,22 | Acumulado (%) | 16,69% | 32,71% | 48,72% | 68,25% | 76,70% | 100,00% |
| | | | | Acum. Inv. (R\$) | 211.335,65 | 414.078,16 | 616.820,66 | 864.074,34 | 971.133,75 | 1.266.081,22 |

Local: 0
Data: 12 de maio de 2023

Representante Tomador / Agente Promotor

Nome: 0
Cargo: 0



QCI - QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO

Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | | | | | |
|------------------------------------|------------|----------------------------|-----------------|---|---------------------------|---------------|--------------|
| Nº OPERAÇÃO | Nº SICONV | GESTOR | PROGRAMA | AÇÃO / MODALIDADE | RECURSO | | |
| | 29474/2022 | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, | | PLANEJAMENTO URBANO | OGU não-PAC | | |
| PROPONENTE / TOMADOR | | | MUNICÍPIO / UF | LOCALIDADE / ENDEREÇO | VALORES CONTRATADOS (R\$) | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | | CHÃ GRANDE / PE | ESTRADA DE MACACOS e ESTRADA DA PALMEIRA - ZONA RURAL | | | |
| OBJETO | | | | APELIDO DO EMPREENDIMENTO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | INVESTIMENTO |
| ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | | | | PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - ETAPA 06 E | 955.000,00 | 311.081,22 | 1.266.081,22 |

| | | |
|---------------------|---------------|---------------------|
| Saldo a Reprogramar | Repasse (R\$) | Contrapartida (R\$) |
| | - | - |

| Etapa | Meta / Sub-Meta | Item de Investimento | Sub-Item de Investimento | Descrição da Meta / Sub-Meta | Situação | Quantidade | Unid. | Lote de Licitação / nº CTEF | Repasse (R\$) | Contrapartida Financeira (R\$) | Outros (R\$) | Investimento (R\$) |
|-------|-----------------|----------------------|--------------------------|------------------------------|------------|------------|-------|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------------|----------------|------------------------------------|
| | TOTAL | | | | | | | | (75,43%) 955.000,00 | (24,57%) 311.081,22 | (0,00%) - | (100,00%) 1.266.081,22 |
| 1 | Meta | 1. | Pavimentação | Pavimentação de vias | Em Análise | 6.162,40 | m² | Lote 1 | 955.000,00 | 311.081,22 | - | 1.266.081,22 |

| | | | | | |
|---------------|---|------------|------------|---|--------------|
| TOTAL - ETAPA | 1 | 955.000,00 | 311.081,22 | - | 1.266.081,22 |
| | 2 | - | - | - | - |
| | 3 | - | - | - | - |

Representante Tomador / Agente Promotor

Nome:

Cargo:

Local:

Data:

12 de maio de 2023

COMPOSIÇÃO DO BDI

| | |
|---------------|--|
| Nº TC/CR 0 | PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE |
|---------------|--|

| |
|---|
| OBJETO ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS |
|---|

| | |
|--|---------------------------|
| TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas | DESONERAÇÃO Não |
|--|---------------------------|

| | |
|---|--------|
| Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: | 50,00% |
| Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): | 5,00% |

| Itens | Siglas | % Adotado | Situação | 1º Quartil | Médio | 3º Quartil |
|---|----------------|---------------|-----------|------------|--------|------------|
| Administração Central | AC | 4,01% | - | 3,80% | 4,01% | 4,67% |
| Seguro e Garantia | SG | 0,40% | - | 0,32% | 0,40% | 0,74% |
| Risco | R | 0,56% | - | 0,50% | 0,56% | 0,97% |
| Despesas Financeiras | DF | 1,11% | - | 1,02% | 1,11% | 1,21% |
| Lucro | L | 7,30% | - | 6,64% | 7,30% | 8,69% |
| Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%) | CP | 3,65% | - | 3,65% | 3,65% | 3,65% |
| Tributos (ISS, variável de acordo com o município) | ISS | 2,50% | - | 0,00% | 2,50% | 5,00% |
| Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração) | CPRB | 0,00% | OK | 0,00% | 4,50% | 4,50% |
| BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU) | BDI PAD | 21,35% | OK | 19,60% | 20,97% | 24,23% |

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.PAD = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas, é de 50%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

CHÃ GRANDE / PE
Local

sexta-feira, 12 de maio de 2023
Data

Responsável Técnico
Nome: LEONARDO MENEZES DE SÁ
Título: ENGENHEIRO CIVIL
CREA/CAU: 29.936 D/PE
ART/RRT:

Responsável Tomador
Nome:
Cargo:

ANEXOS

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**

029474/2022

OBJETO:

Adequação de Estradas Vicinais

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:

O município de Chã Grande localiza-se na mesorregião da mata, especificamente na zona de transição do agreste setentrional com a mata pernambucana, fazendo parte da área geográfica do semiárido. Conta com uma população estimada de 20.020 habitantes (2010), dos quais 13.670 residem na área urbana e 6.350 na rural. Seu IDHM (2010) é 0,599. O município de Chã Grande possui um solo apropriado à produção agrícola, sua principal atividade econômica, respondendo pela produção de diversas culturas.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:

A obra irá apoiar as ações de auxílio ao escoamento da produção rural e transporte de insumos agrícolas e técnicos, que permitirão o aumento da produção de diversas culturas, já citadas anteriormente.

PÚBLICO ALVO:

Vai beneficiar todas as comunidades direta e indiretamente que por sua vez produzem, principalmente, chuchu e graviola, além de diversas outras culturas, como: hortaliças, frutas, legumes. Também é representativo a pecuária, com a criação de gado bovino, ovino e caprino.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:

A dificuldade de levar a produção e os insumos, no período chuvoso. alguns pontos ficam completamente isolados, problema este que compromete não apenas os produtores, mas também os consumidores.

RESULTADOS ESPERADOS:

Melhorando o acesso a produção e insumos se estima que haja um aumento de 20 a 30% na produção, e estimasse um aumento de 20% na criação de gado bovino, caprino e ovino. Dados levantados pela secretaria de agricultura do município, consequentemente melhorando o bem-estar social, cultural e econômico dessas comunidades

1 - DADOS DO CONCEDENTE

| | | |
|---|--|---|
| CONCEDENTE: 22000 | NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | |
| CPF DO RESPONSÁVEL: 616.727.935-72 | NOME DO RESPONSÁVEL: CLEBER OLIVEIRA SOARES | |
| ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 7º andar, Sala 200 | | CEP DO RESPONSÁVEL: 70043-900 |

2 - DADOS DO PROPONENTE

| | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-------------------------|--|------------------------------------|
| PROponente: 11.049.806/0001-90 | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE CHA GRANDE | | | | | |
| ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: AVENIDA SAO JOSE, 101 | | | | | |
| CIDADE: CHA GRANDE | UF: PE | CÓDIGO MUNICÍPIO: 2389 | CEP: 55636000 | E.A.: Administração Pública Municipal | DDD/TELEFONE: 8135371140 |
| BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA | | AGÊNCIA: 0943-1 | | CONTA CORRENTE: 0066470706 | |
| CPF DO RESPONSÁVEL: 866.582.714-53 | NOME DO RESPONSÁVEL: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO | | | | |
| ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: RUA MANOEL ALVES CARNEIRO, 76 - CENTRO | | | | CEP DO RESPONSÁVEL: 55636000 | |

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

| | | |
|---|----------------|----------------|
| VALOR GLOBAL: | R\$ 975.000,00 | |
| VALOR DA CONTRAPARTIDA: | R\$ 20.000,00 | |
| VALOR DOS REPASSES: | Ano | Valor |
| | 2022 | R\$ 955.000,00 |
| VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA: | R\$ 20.000,00 | |
| VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS: | R\$ 0,00 | |
| VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO: | R\$ 0,00 | |
| INÍCIO DE VIGÊNCIA: | 30/12/2022 | |
| FIM DE VIGÊNCIA: | 30/09/2025 | |
| VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: | 2025 | |

5 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

| | | | |
|--|-------------------------------------|---------------------------------------|--|
| Especificação: Recuperação de Estradas Vicinais no município de Chã Grande / PE | | | |
| Unidade de Medida: UN | Quantidade: 1.0 | Valor: R\$ 975.000,00 | |
| Início Previsto: 30/12/2022 | Término Previsto: 30/09/2025 | Valor Global: R\$ 975.000,00 | |
| UF: PE | Município: 2389 - CHA GRANDE | CEP: 55636-000 | |
| Endereço: Zona Rural do município de Chã Grande/PE | | | |
| Etapa/Fase nº: 1 | | | |
| Especificação: Recuperação de Estradas Vicinais no município de Chã Grande / PE | | | |
| Quantidade: 1.0 UN | Valor: R\$ 975.000,00 | Início Previsto: 30/12/2022 | Término Previsto: 30/09/2025 |

**6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO**

| | |
|--|--------------------------------------|
| MÊS DESEMBOLSO: Janeiro | ANO: 2023 |
| META Nº: 1 | VALOR DA META: R\$ 955.000,00 |
| DESCRIÇÃO: Recuperação de Estradas Vicinais no município de Chã Grande / PE | |
| VALOR DO REPASSE: | PARCELA Nº: 1 |

**7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICÍPIO DE CHA GRANDE**

| | |
|--|-------------------------------------|
| MÊS DESEMBOLSO: Janeiro | ANO: 2023 |
| META Nº: 1 | VALOR DA META: R\$ 20.000,00 |
| DESCRIÇÃO: Recuperação de Estradas Vicinais no município de Chã Grande / PE | |
| VALOR DO REPASSE: | PARCELA Nº: 1 |

8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

| | | | | |
|---|-------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Recuperação de Estradas Vicinais no município de Chã Grande / PE | | | | |
| NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio | | | NATUREZA DA DESPESA: 449051 | |
| ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Zona Rural do município de Chã Grande/PE | | | | |
| CEP: 55636-000 | UF: PE | MUNICÍPIO: 2389 - CHA GRANDE | | |
| UNIDADE: UN | QUANTIDADE: 1,00 | V. UNITÁRIO: | R\$ 975.000,00 | V.TOTAL: R\$ 975.000,00 |
| OBSERVAÇÃO: | | | | |

9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

| NATUREZA DA DESPESA | | | | |
|----------------------------|-----------------------|-----------------|--------------------------------------|--------------------------------|
| Código | Total | Recursos | Contrapartida Bens e Serviços | Rendimento de Aplicação |
| 449051 | R\$ 975.000,00 | R\$ 975.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| TOTAL GERAL: | R\$ 975.000,00 | | | |

10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos das dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

12 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:

Declaração de Capacidade Técnica.pdf

Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:

Declaração de Contrapartida, LOA E QDD.pdf

Documentos Digitalizados do Convênio

Nome do Arquivo:

DOU - Chã Grande.pdf

CHÃ GRANDE - 939072.pdf

CE 128_2023 - CHÃ GRANDE - 939072_2022 - Ofício de Celebração ao Legislativo.pdf

OF 22_2023 - PM CHA GRANDE - 1085925-02 - Ofício de Celebração ao Legislativo.zip

ANEXO VI - ENCARGOS SOCIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE



Objeto: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - TRECHO 06

Local: VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS, ZONA RURAL, CHÃ GRANDE/PE

Data da Elaboração: JANEIRO/2023

TABELA: SINAPI 12/2022

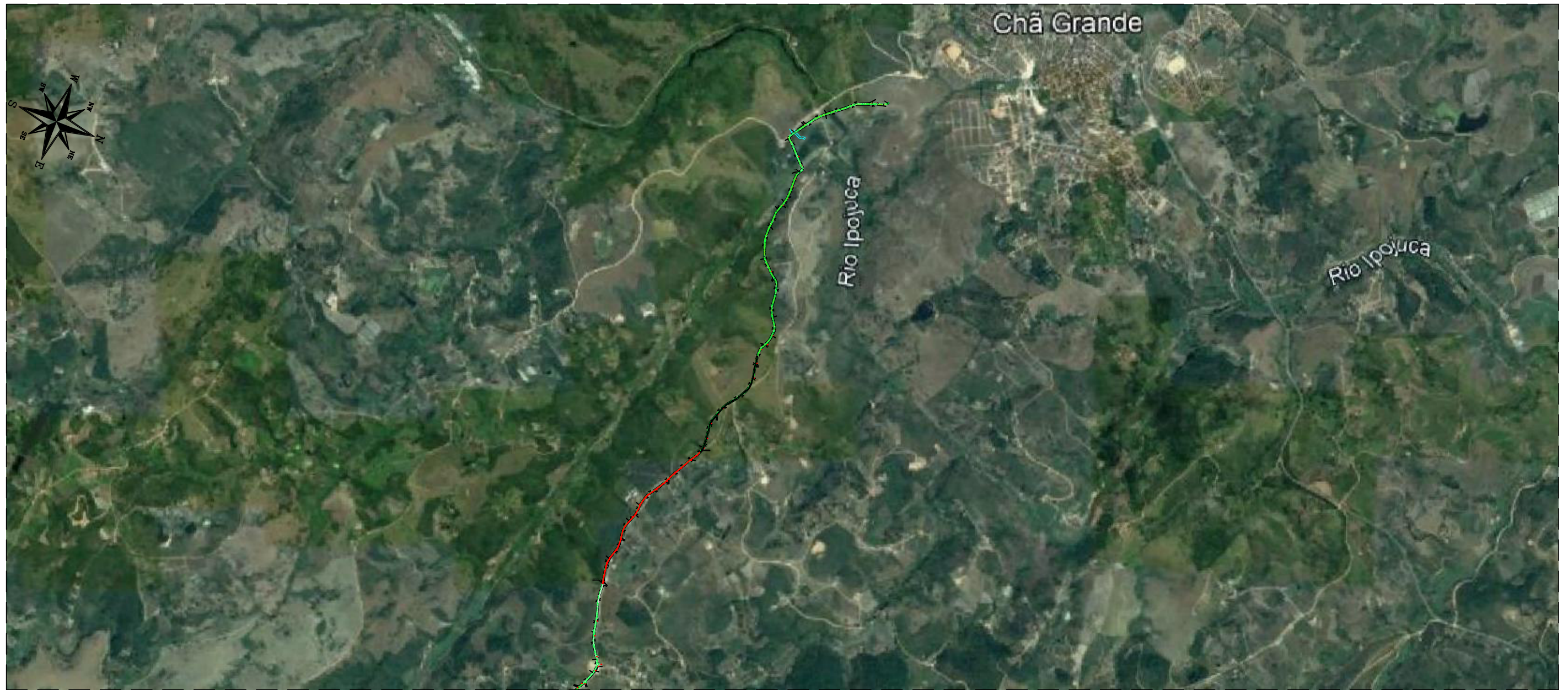
ENCARGOS SOCIAIS - DESONERADOS

| | | | |
|------|--------|-----|--------|
| HORA | 84,33% | MÊS | 46,58% |
|------|--------|-----|--------|

ENCARGOS SOCIAIS - NÃO DESONERADOS

| | | | |
|------|---------|-----|--------|
| HORA | 113,39% | MÊS | 69,76% |
|------|---------|-----|--------|

PEÇAS GRÁFICAS



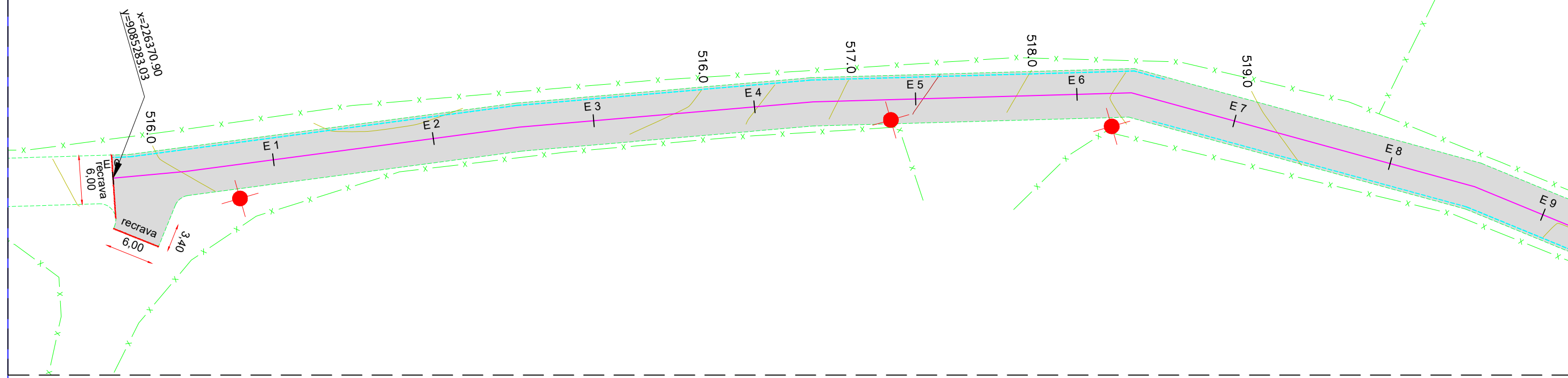
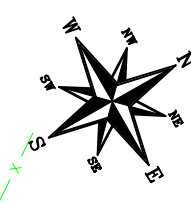
GEOMÉTRICO - GERAL
Escala _____ SEM ESCALA

LEGENDA:

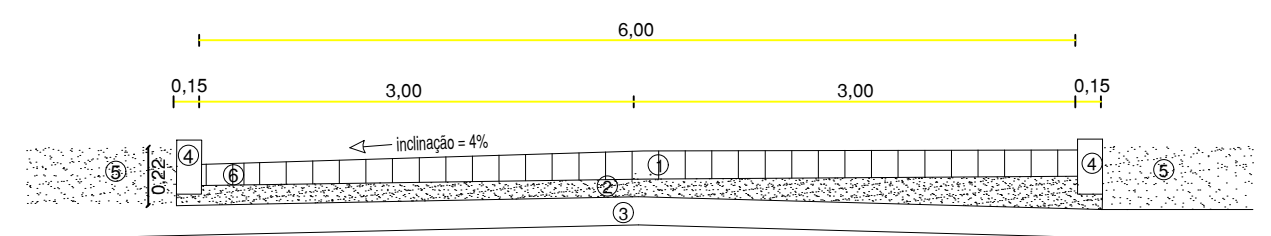
- ETAPA 05
- ETAPA 06

| COORDENADAS GEOGRÁFICA (SIRGAS 2000) | | | | |
|--------------------------------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|
| RUA | E0 - INICIO | | En - FINAL | |
| | LATITUDE / | LONGITUDE | LATITUDE / | LONGITUDE |
| VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS | 8° 16' 4.24"S | 35° 29' 2.18"O | 8° 15' 37.82"S | 35° 28' 42.21"O |

| | | |
|---|---|---|
|  <small>CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017 Fone: 31-9-9953-8941 Email: prontoceng@gmail.com CNPJ: 10.272.663/0001-19</small> | PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | DATA: MAR/2022 |
| OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL | | |
| PROJETO: GEOMÉTRICO | CONTEÚDO: GERAL | ESCALA: INDICADA Nº DA PRANCHA: 01/18 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | |
| Assinatura: | Assinatura: | |

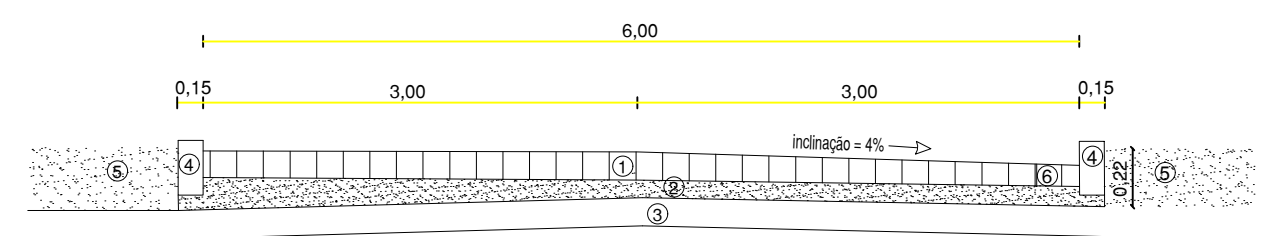


ESTAQUEAMENTO - 01/02
Escala _____ 1:500



- ① Pavimento com paralelepípedos granítico rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3;
- ② Colchão de areia h= 10cm;
- ③ Sub - leito;
- ④ Meio-fio moldado in loco, em extrusora, dimensões 15x30cm
- ⑤ Aterro manual;
- ⑥ Sarjeta em concreto usinado, moldado in loco, dimensões 30x15cm

SECÇÃO TRANSVERSAL - TIPO
LE - E0 ATÉ E6+10
LE - E33 ATÉ E51
Escala _____ sem escala



- ① Pavimento com paralelepípedos granítico rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3;
- ② Colchão de areia h= 10cm;
- ③ Sub - leito;
- ④ Meio-fio moldado in loco, em extrusora, dimensões 15x30cm
- ⑤ Aterro manual;
- ⑥ Sarjeta em concreto usinado, moldado in loco, dimensões 30x15cm

SECÇÃO TRANSVERSAL - TIPO
LD - E6+10 ATÉ E33
Escala _____ sem escala

LEGENDA:

- PAVIMENTAÇÃO PROJETADA
- POSTE
- MEIO FIO PROJETADO
- EIXO LONGITUDINAL
- SARJETA PROJETADA
- ÁRVORE EXISTENTE
- REGRAVA
- CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
- CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
- E 1** ESTAQUEAMENTO A CADA 20M

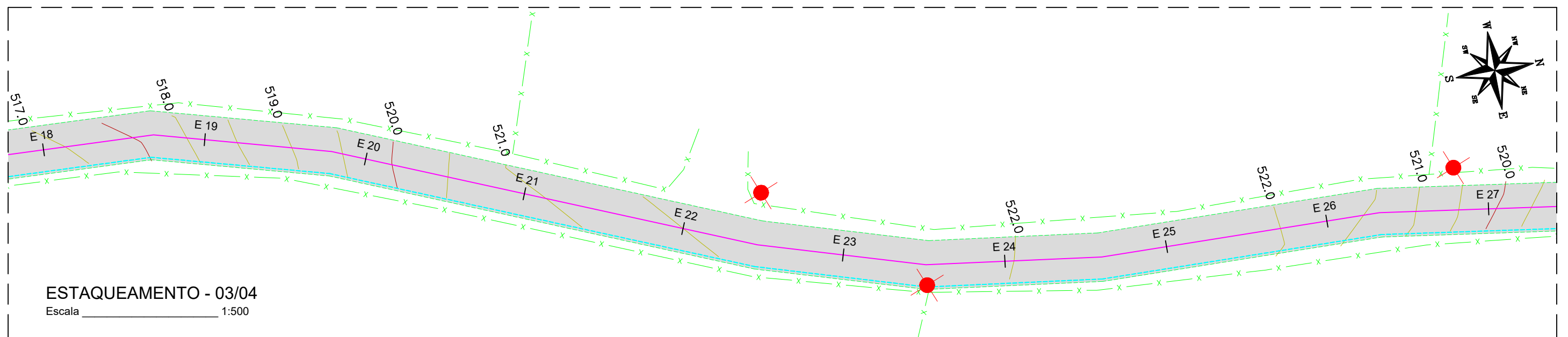
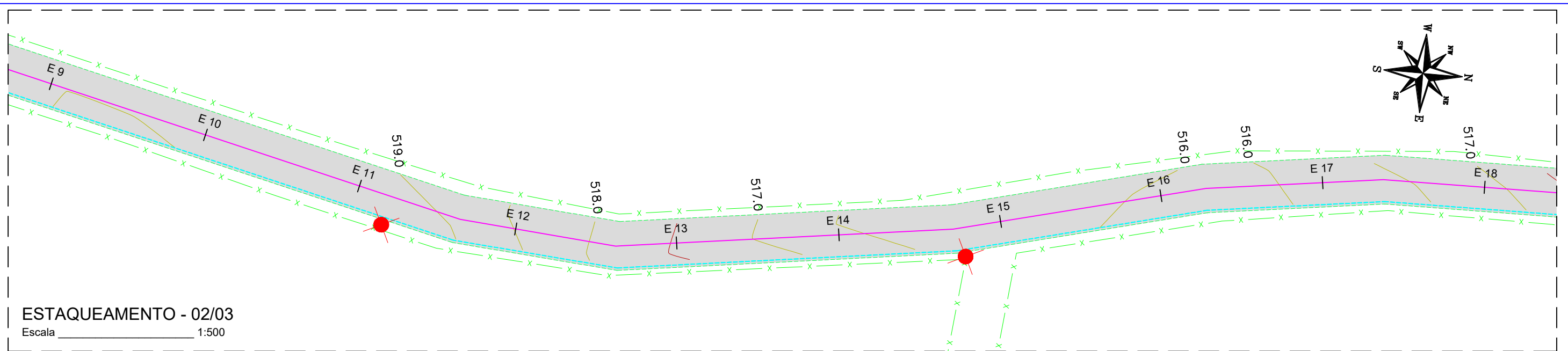


PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

| | | | |
|--|---|------------------|-----------------------------|
| PROJETO: GEOMÉTRICO | CONTEÚDO: ESTAQUEAMENTO 01/02 SEÇÃO TRANSVERSAL - TIPO | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 02/18 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | Assinatura: | | |



LEGENDA:

- PAVIMENTAÇÃO PROJETADA
- POSTE
- MEIO FIO PROJETADO
- EIXO LONGITUDINAL
- SARJETA PROJETADA
- ÁRVORE EXISTENTE
- RECRAVA
- CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
- CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
- E 1** ESTAQUEAMENTO A CADA 20M



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

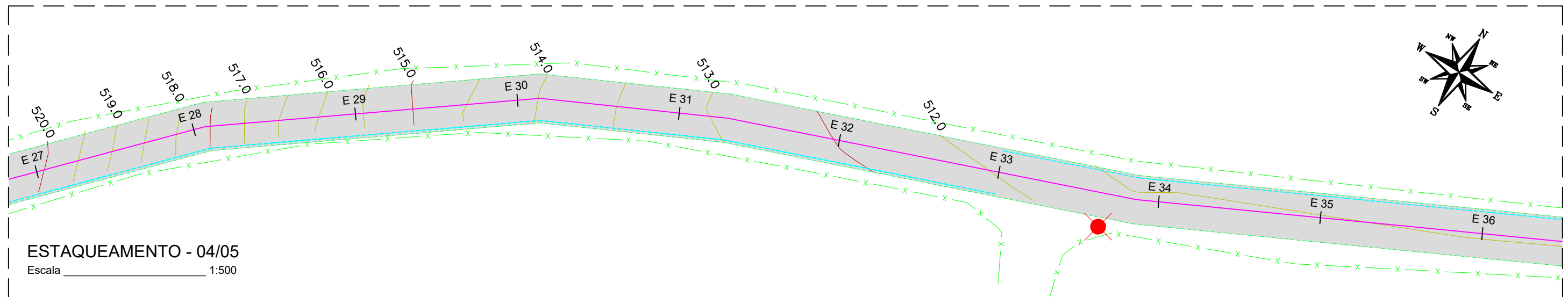
| | | | |
|---------------------|--|------------------|-----------------------------|
| PROJETO: GEOMÉTRICO | CONTEÚDO: ESTAQUEAMENTO 02/03 ESTAQUEAMENTO 03/04 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 03/18 |
|---------------------|--|------------------|-----------------------------|

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

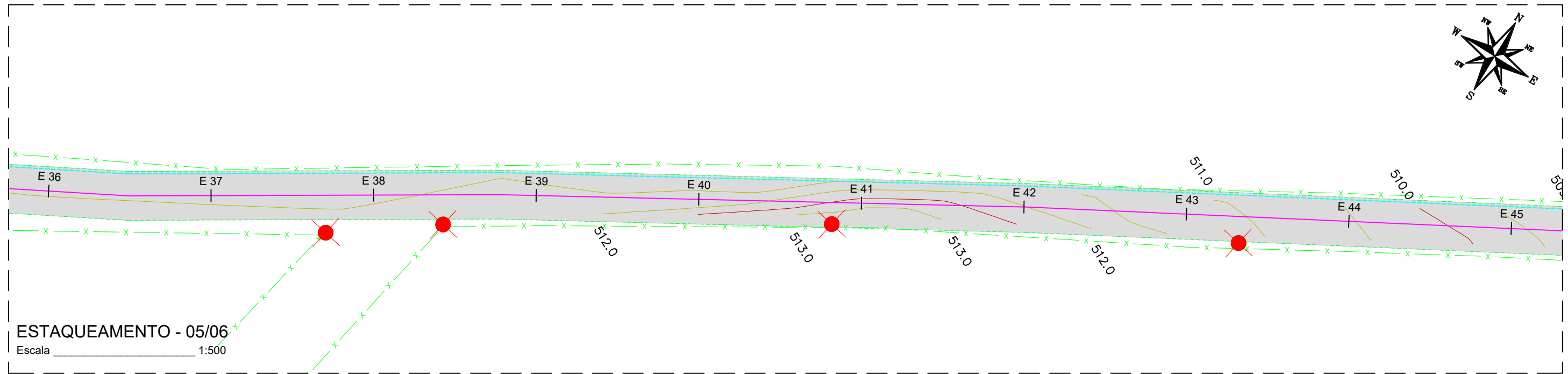
Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Assinatura:

Assinatura:



ESTAQUEAMENTO - 04/05
Escala 1:500



ESTAQUEAMENTO - 05/06
Escala 1:500

LEGENDA:

- PAVIMENTAÇÃO PROJETADA
- POSTE
- MEIO FIO PROJETADO
- ÁRVORE EXISTENTE
- EIXO LONGITUDINAL
- RE CRAVA
- SARJETA PROJETADA
- CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
- CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
- E 1** ESTAQUEAMENTO A CADA 20M



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

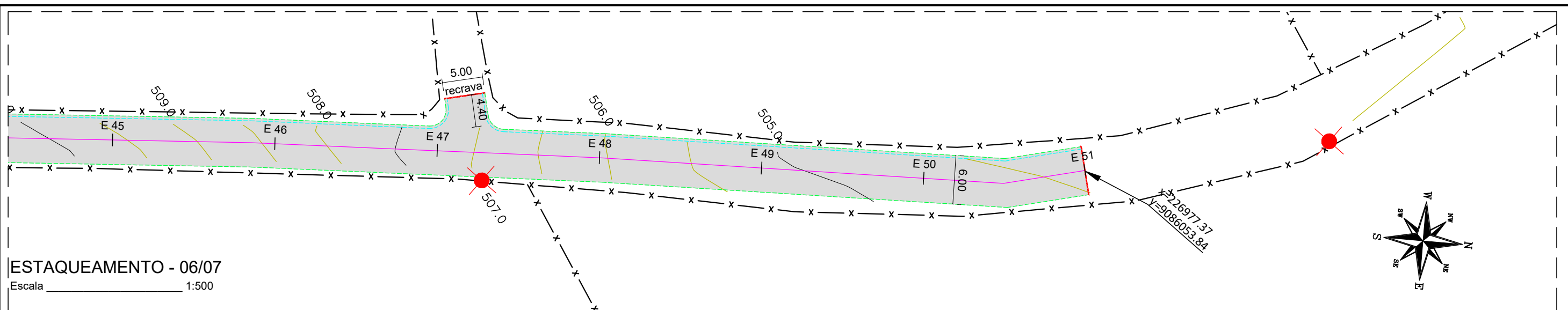
| | | | |
|---------------------|--|------------------|-----------------------------|
| PROJETO: GEOMÉTRICO | CONTEÚDO: ESTAQUEAMENTO 04/05 ESTAQUEAMENTO 05/06 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 04/18 |
|---------------------|--|------------------|-----------------------------|

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Assinatura:

Assinatura:



ESTAQUEAMENTO - 06/07
Escala 1:500

LEGENDA:

- | | |
|--|---|
|  PAVIMENTAÇÃO PROJETADA |  POSTE |
|  MEIO FIO PROJETADO |  ÁRVORE EXISTENTE |
|  EIXO LONGITUDINAL |  RE CRAVA |
|  SARJETA PROJETADA |  CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL |
| E 1 ESTAQUEAMENTO A CADA 20M |  CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA |

| | | | |
|---|--|------------------|-----------------------------|
|  CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017 Fone: 81-9-9653-8941 Email: prontoceng@gmail.com CNPJ: 10.272.663/0001-19 | PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | DATA: MAR/2022 |
| | OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL | | |
| PROJETO: GEOMÉTRICO | CONTEÚDO: ESTAQUEAMENTO 06/07 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 05/18 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | Assinatura: | | |



GEOMÉTRICO - GERAL

Escala _____ SEM ESCALA

CONVENÇÕES

| | |
|-----------------|--|
| ESTRADA | |
| MEIO FIO | |
| ENTRADA | |
| CERCA | |
| CURVAS DE NÍVEL | |
| POSTE | |

LEGENDA:

ETAPA 06

| COORDENADAS GEOGRÁFICA (SIRGAS 2000) | | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| RUA | E0 - INICIO | | En - FINAL |
| | LATITUDE / LONGITUDE | LATITUDE / LONGITUDE | LATITUDE / LONGITUDE |
| ESTRADA PALMEIRA | 8° 13' 51.31"S 35° 27' 8.62"O | 8° 13' 56.79"S 35° 26' 52.79"O | |

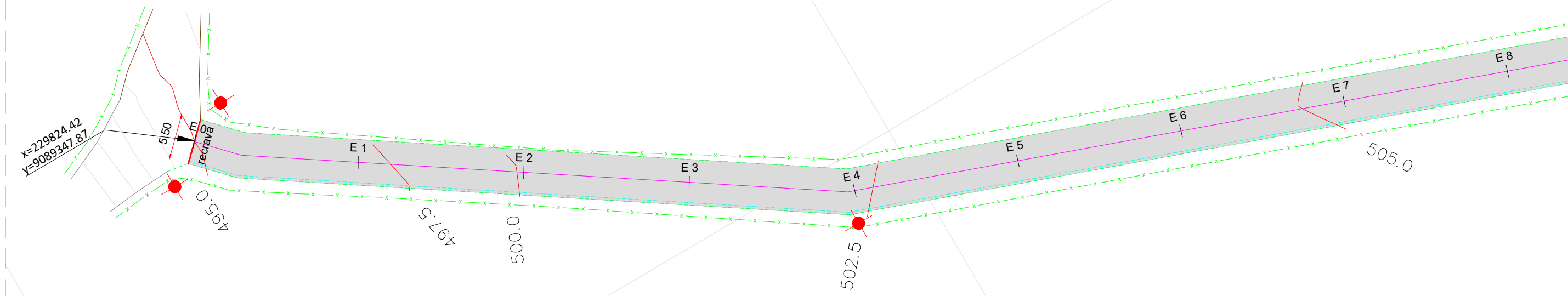
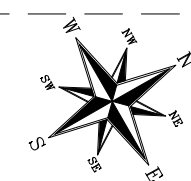


PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

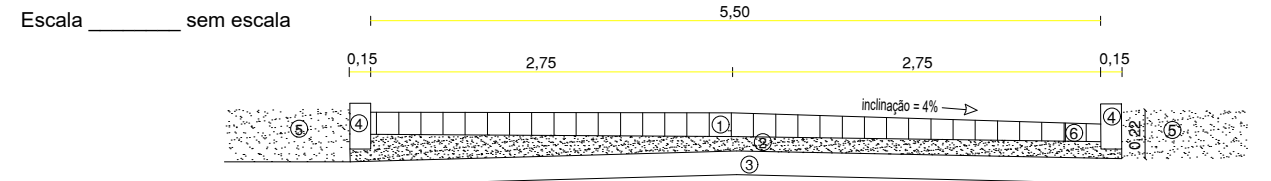
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

| | | | |
|--|---|---------------------|--------------------------------|
| PROJETO: GEOMÉTRICO - ESTRADA PALMEIRA | CONTEÚDO: GERAL | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 06/18 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | Assinatura: | | |



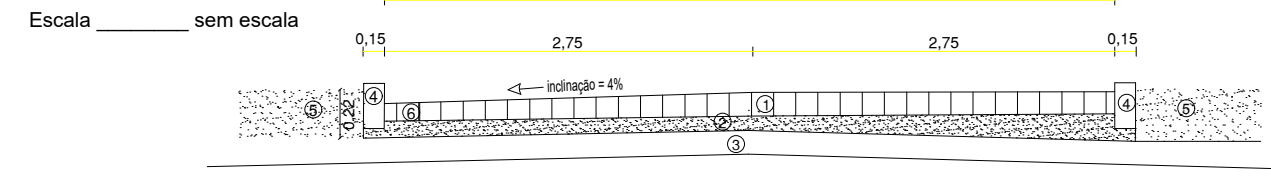
ESTAQUEAMENTO - 01/03
Escala _____ 1:500

SECÇÃO TRANSVERSAL - TIPO - LD
E0 ATÉ E12+10



- ① Pavimento com paralelepípedos granítico rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3;
- ② Colchão de areia h= 10cm;
- ③ Sub - leito;
- ④ Meio-fio moldado in loco com extrusora, dimensões 15x30cm
- ⑤ Aterro manual;
- ⑥ Sarjeta em concreto usinado, moldado in loco, dimensões 30x15cm

SECÇÃO TRANSVERSAL - TIPO - LE
E12+10 ATÉ E26



- ① Pavimento com paralelepípedos granítico rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3;
- ② Colchão de areia h= 10cm;
- ③ Sub - leito;
- ④ Meio-fio moldado in loco com extrusora, dimensões 15x30cm
- ⑤ Aterro manual;
- ⑥ Sarjeta em concreto usinado, moldado in loco, dimensões 30x15cm

LEGENDA:

- PAVIMENTAÇÃO PROJETADA
- POSTE
- MEIO FIO PROJETADO
- ÁRVORE EXISTENTE
- EIXO LONGITUDINAL
- RECRAVA
- SARJETA PROJETADA
- CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
- E 1** ESTAQUEAMENTO A CADA 20M
- CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA

Pronto Consult
CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA
Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23
Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017
Fone: 81-9-9653-8941
Email: prontoeng@gmail.com
CNPJ: 10.272.663/0001-19

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

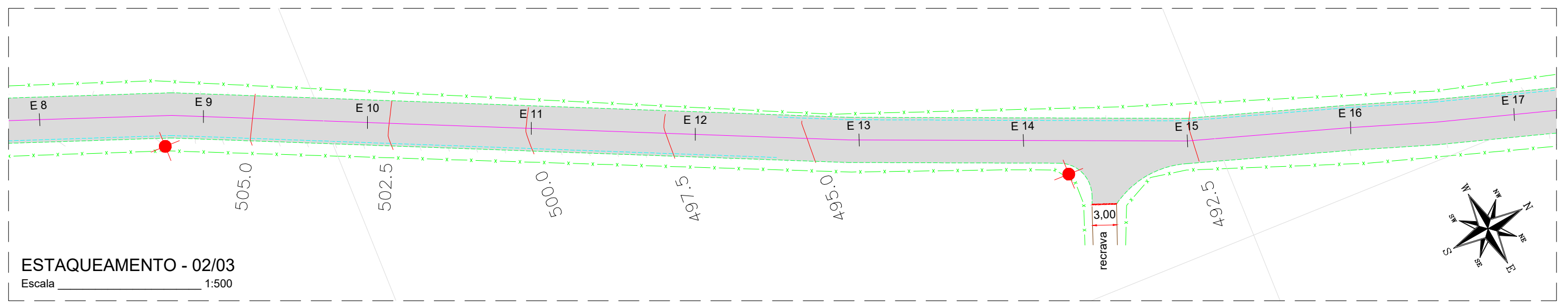
| | | | |
|--|---|---------------------|--------------------------------|
| PROJETO: GEOMÉTRICO - ESTRADA PALMEIRA | CONTEÚDO: ESTAQUEAMENTO 01/03 SEÇÃO TRANSVERSAL - TIPO | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 07/18 |
|--|---|---------------------|--------------------------------|

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

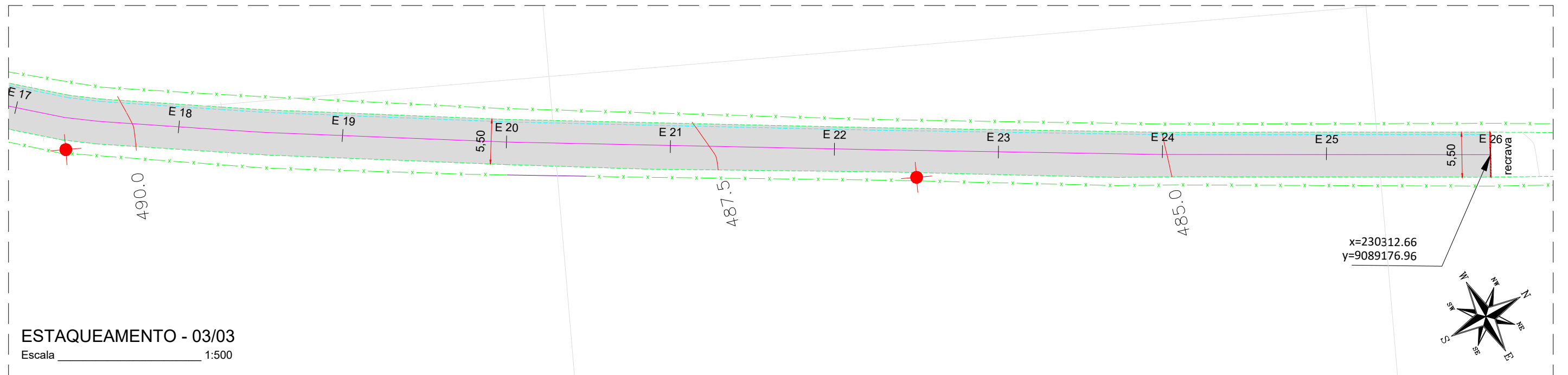
Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Assinatura:

Assinatura:



ESTAQUEAMENTO - 02/03
Escala 1:500



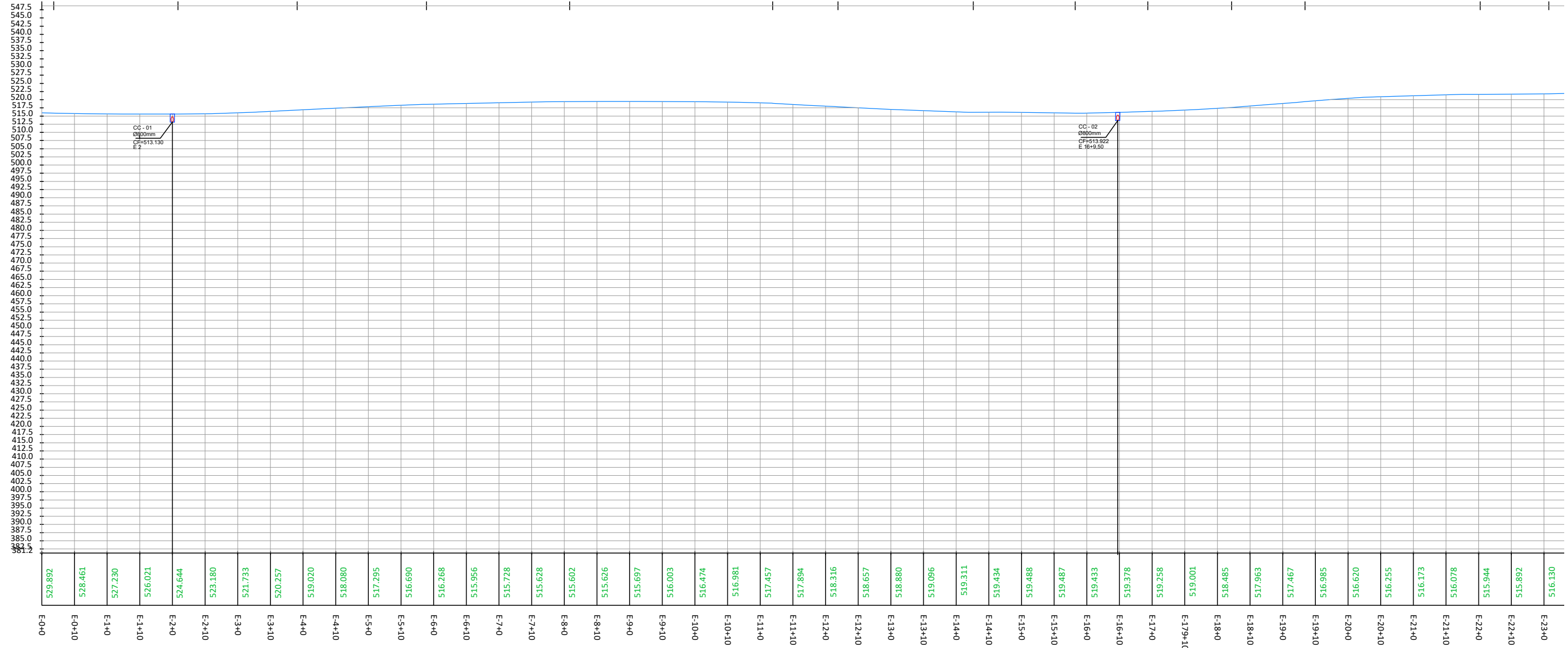
ESTAQUEAMENTO - 03/03
Escala 1:500

LEGENDA:

- PAVIMENTAÇÃO PROJETADA
- POSTE
- MEIO FIO PROJETADO
- ÁRVORE EXISTENTE
- EIXO LONGITUDINAL
- RE CRAVA
- SARJETA PROJETADA
- CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
- CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
- E 1** ESTAQUEAMENTO A CADA 20M

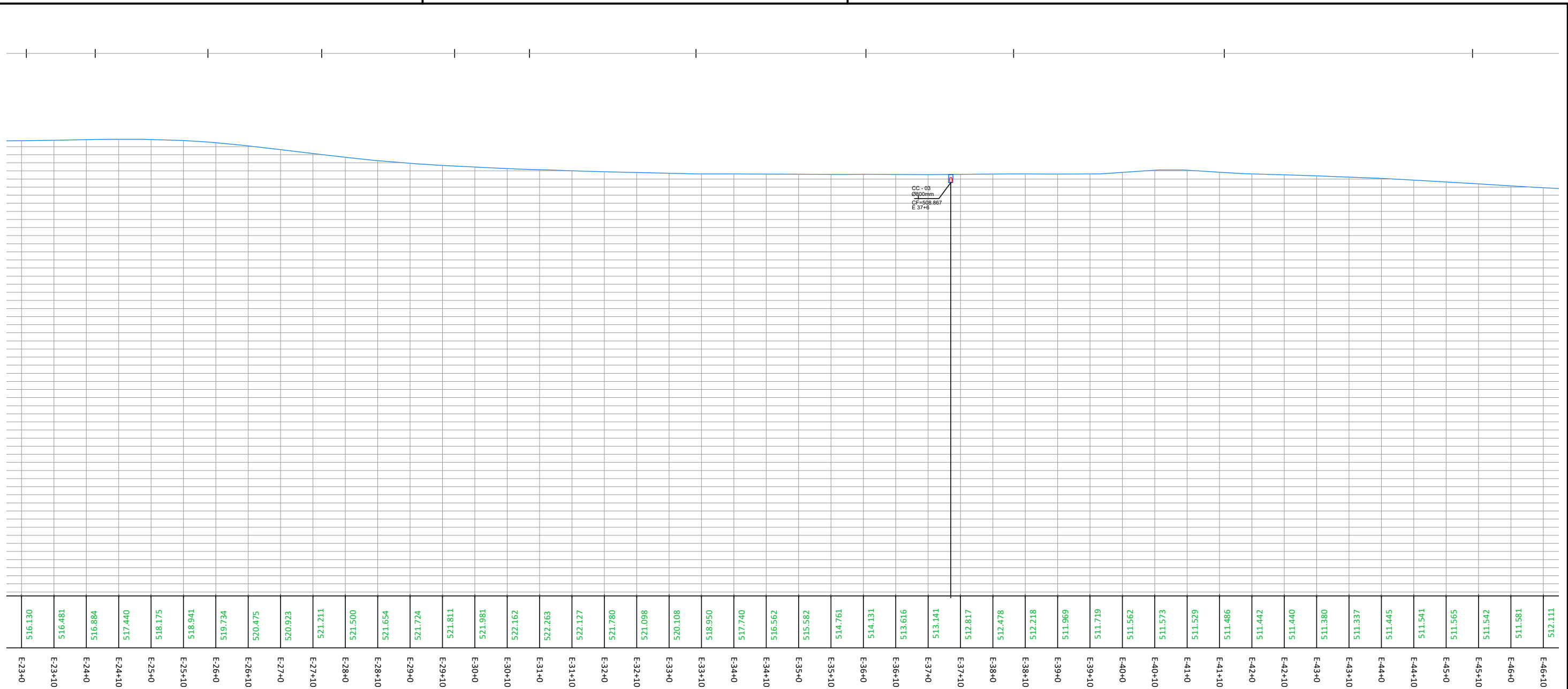
| | | |
|---|---|----------------------------------|
|  <small>CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017 Fone: 81-9-9653-8941 Email: prontoceng@gmail.com CNPJ: 10.272.663/0001-19</small> | PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | DATA: MAR/2022 |
| OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL | | |
| PROJETO: GEOMÉTRICO - ESTRADA PALMEIRA | CONTEÚDO: ESTAQUEAMENTO 02/03 ESTAQUEAMENTO 03/03 | ESCALA: INDICADA 08/18 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | |
| Assinatura: | Assinatura: | |

VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS - 6ª ETAPA




PERFIL LONGITUDINAL 01/04
Escala 1:1250

| | | | |
|---|--|---------------------|--------------------------------|
|  <p>CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017 Fone: 81-31963-8941 Email: prontozeng@gmail.com CNPJ: 16.272.663/0001-19</p> | PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | DATA: MAR/2022 |
| | OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL | | |
| PROJETO: GEOMÉTRICO | CONTEÚDO: PERFIL LONGITUDINAL - 01/04 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 09/18 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | Assinatura: | | |



PERFIL LONGITUDINAL 02/04
Escala _____ 1:1250

| | | | |
|--|--|---------------------|--------------------------------|
|  <p>CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017 Fone: 81.4.9683.8941 Email: prontoceng@gmail.com CNPJ: 16.272.663/0001-19</p> | PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | DATA: MAR/2022 |
| | OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL | | |
| PROJETO: GEOMÉTRICO | CONTEÚDO: PERFIL LONGITUDINAL - 02/04 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 10/18 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | Assinatura: | | |



PERFIL LONGITUDINAL 03/04
Escala _____ 1:1250



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

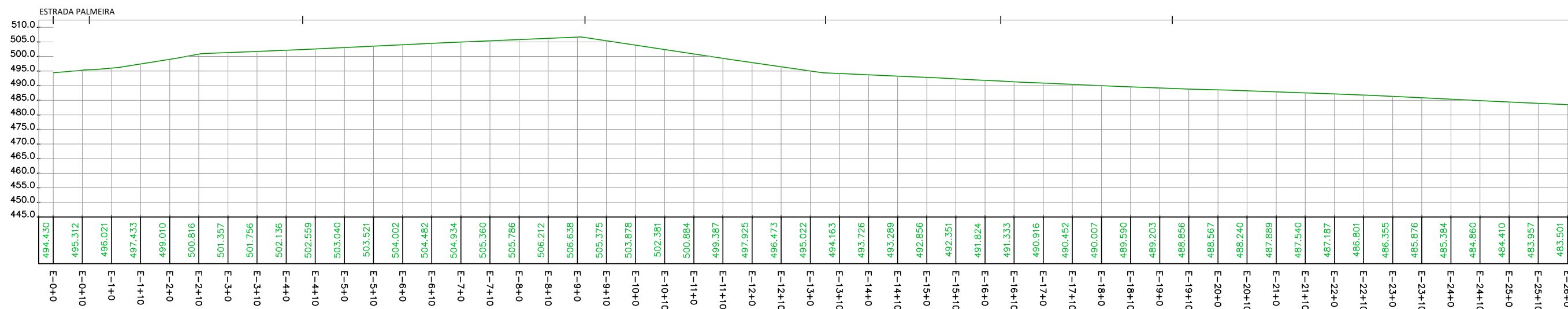
| | | | |
|---------------------|---------------------------------------|------------------|----------------------|
| PROJETO: GEOMÉTRICO | CONTEÚDO: PERFIL LONGITUDINAL - 03/04 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 11/18 |
|---------------------|---------------------------------------|------------------|----------------------|

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

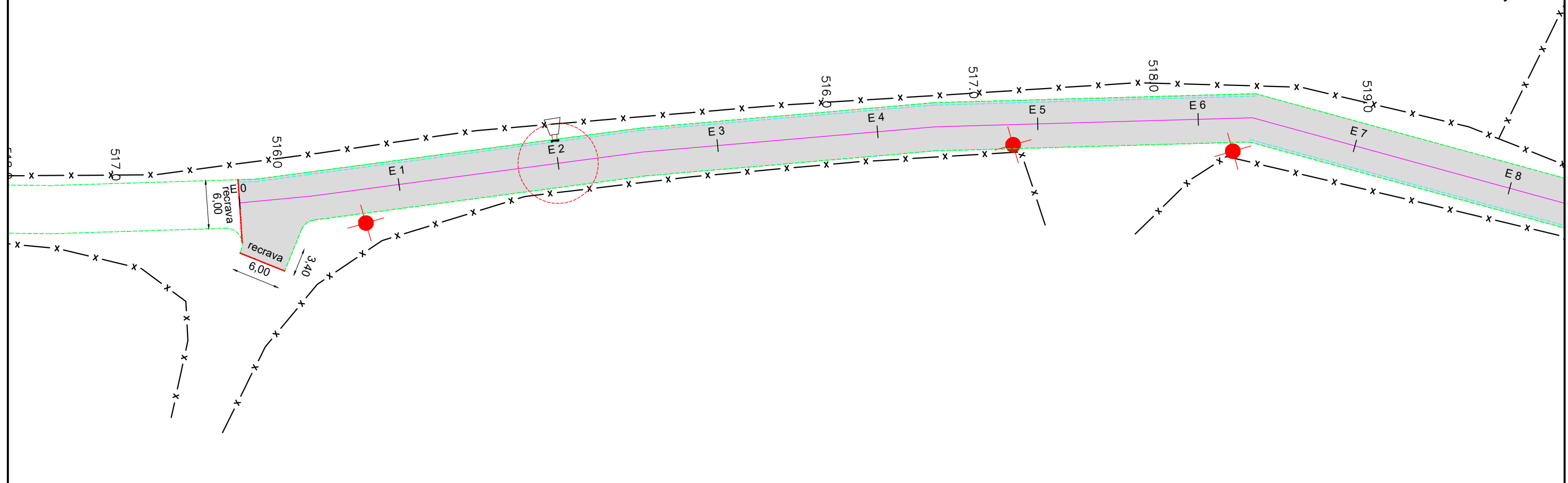
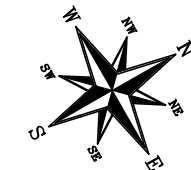
Assinatura:

Assinatura:



PERFIL LONGITUDINAL
Escala _____ 1:1500

| | | | |
|--|--|----------------------------|--------------------------------|
|  <p>CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017 Fone: 81-9.9683-8941 Email: prontozeng@gmail.com CNPJ: 16.272.663/0001-19</p> | PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | DATA: MAR/2022 |
| | OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL | | |
| PROJETO: GEOMÉTRICO - ESTRADA PALMEIRA | CONTEÚDO: PERFIL LONGITUDINAL | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 12/18 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | Assinatura: | | |



DRENAGEM - 01

Escala _____ 1:500



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

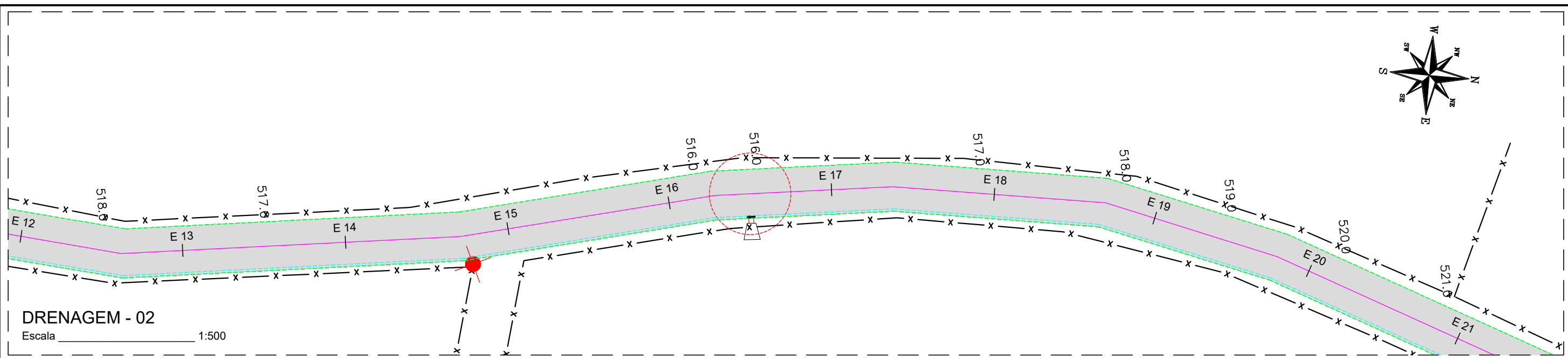
| | | | |
|-----------------------------|---------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| PROJETO: DRENAGEM | CONTEÚDO: DRENAGEM 01 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 13/18 |
|-----------------------------|---------------------------------|---------------------|--------------------------------|

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

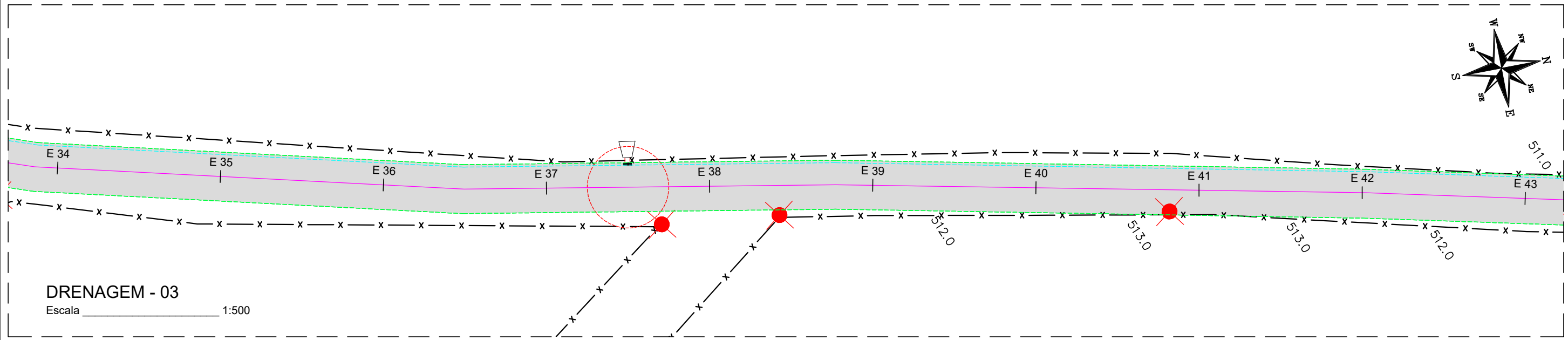
Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Assinatura:

Assinatura:



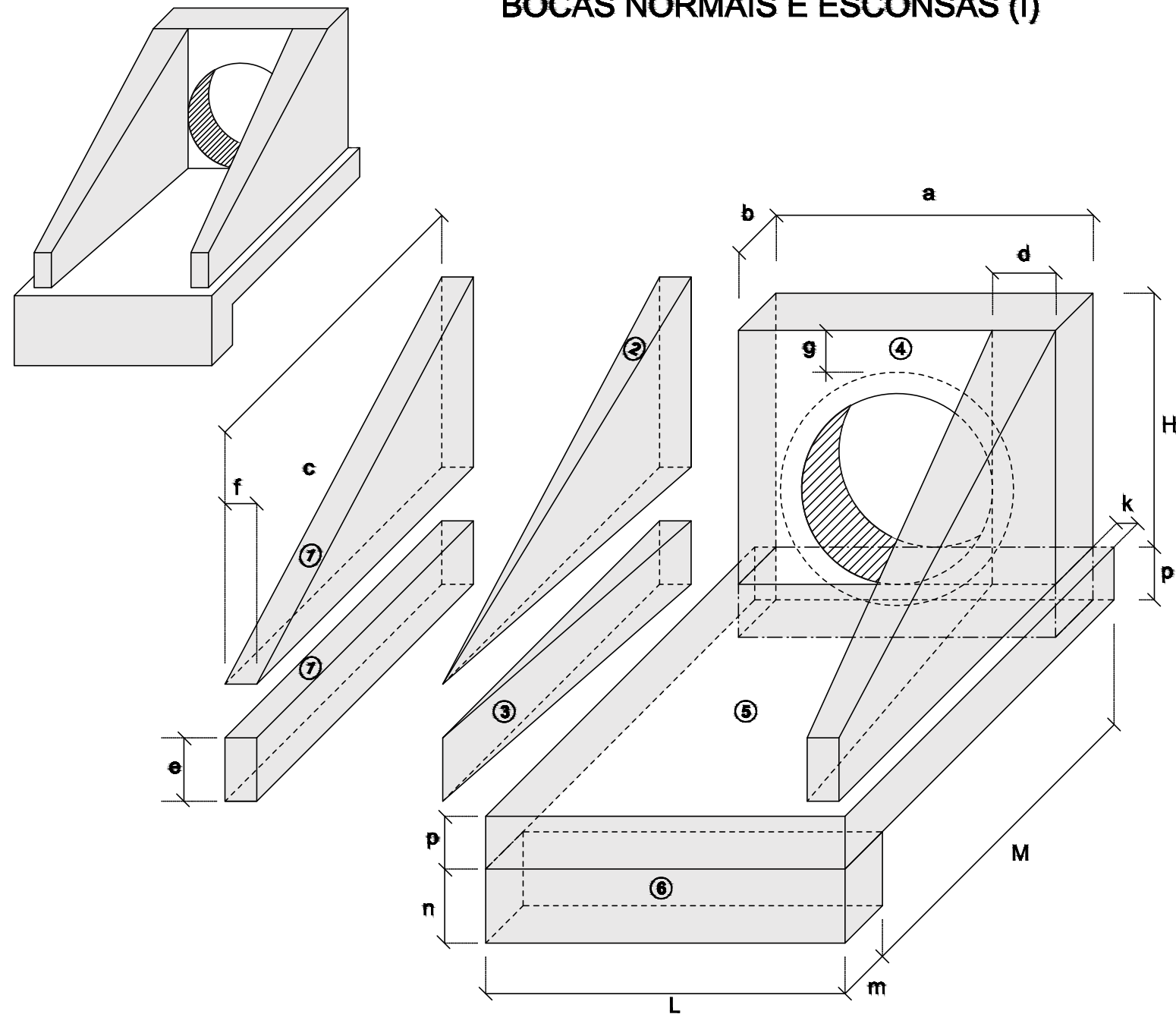
DRENAGEM - 02
Escala 1:500



DRENAGEM - 03
Escala 1:500

| | | | |
|--|--|---------------------|--------------------------------|
|  <p>CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017 Fone: 31.9.9953-8941 Email: prontoceng@gmail.com CNPJ: 10.272.663/0001-19</p> | PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | DATA: MAR/2022 |
| | OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL | | |
| PROJETO: DRENAGEM | CONTEÚDO: DRENAGEM 02 e 03 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 14/18 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | Assinatura: | | |

BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO BOCAS NORMAIS E ESCONSAS (I)



1-VOLUMES

a) ALAS

- ① PRISMAS: $V = cf(h + e)$
- ② PIRÂMIDES: $V = 2/3 c [(d - f)(h - e)]$
- ③ CUNHAS: $V = ce(d - f)$

b) TESTA

- ④ TESTA: $V = b [a(h + p) - \frac{D_{ext}^2}{4}]$

c) CALÇADA

- ⑤ CALÇADA: $V = pcL + [L(b + k) - ab]$
- ⑥ DENTE: $V = Lmn$

2-ÁREA DAS FORMAS

a) ALAS

Partes Laterais: $A = (h + e)(c + \sqrt{c^2 + (d - f)^2})$

Extremidades: $A = 2ef$

b) TESTA

Parte Posterior: $A = \frac{1}{\cos e} (ah - \frac{\pi D_{ext}^2}{4})$

Parte Anterior: $A = \frac{1}{\cos e} (D_{int}h - \frac{\pi D_{int}^2}{4})$

Partes Laterais: $A = 2bh$

NOTA:

- D_{int} = diâmetro interno e D_{ext} = diâmetro externo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

PROJETO: DETALHES

CONTEÚDO:
DETALHE DA PONTA DE ALA

ESCALA:
INDICADA

Nº DA PRANCHA:
15/18

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

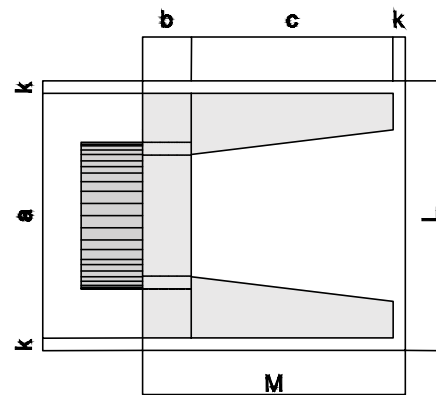
Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Assinatura:

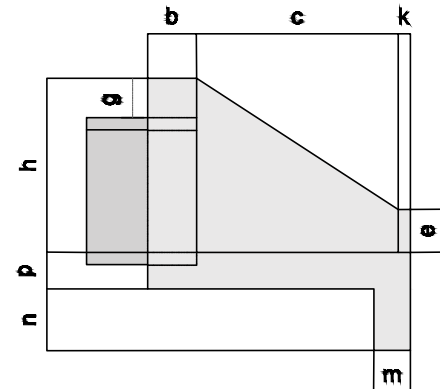
Assinatura:

BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO - BOCAS NORMAIS E ESCONSAS (II)

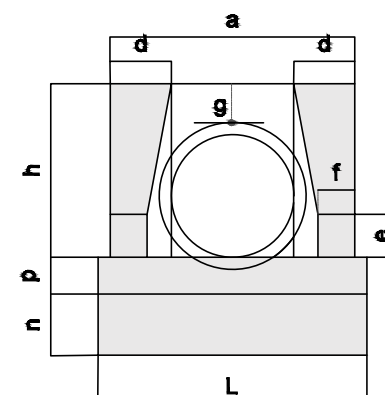
PLANTA NORMAL



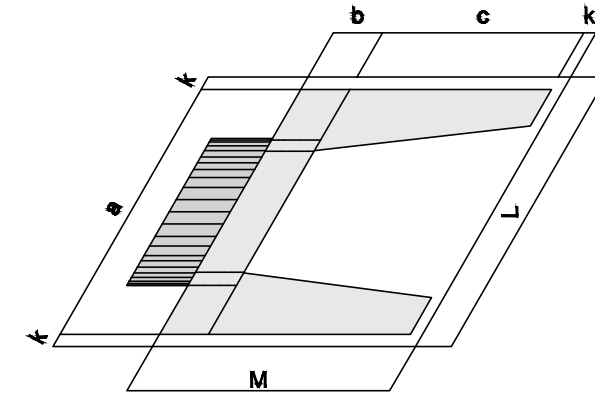
VISTA LATERAL



VISTA FRONTAL



PLANTA ESCONSO



DIMENSÕES E CONSUMOS MÉDIOS PARA UMA UNIDADE

| Esc. | BUEIRO SIMPLES TUBULAR $\phi = 40$ | | | | | | | | | | | | | | formas m ² | con creto m ³ | cimento saco 50kg | areia m ³ | brita 1 brita 2 m ³ | água m ³ | madeira m ³ |
|------|------------------------------------|----|-----|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----|----|-----|-----|--------------------------|--------------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------------------|------------------------|---------------------------|
| | a | b | c | d | e | f | g | h | k | m | n | p | L | M | | | | | | | |
| 0° | 80 | 20 | 90 | 20 | 15 | 10 | 20 | 66 | 5 | 20 | 20 | 20 | 90 | 115 | 2,29 | 0,423 | 2,072 | 0,288 | 0,313 | 0,068 | 0,057 |
| 5° | 80 | | | 20 | | | | | | | | | 90 | | 2,30 | 0,423 | 2,072 | 0,288 | 0,313 | 0,068 | 0,057 |
| 10° | 81 | | | 20 | | | | | | | | | 91 | | 2,31 | 0,423 | 2,073 | 0,288 | 0,313 | 0,068 | 0,058 |
| 15° | 83 | | | 21 | | | | | | | | | 93 | | 2,33 | 0,423 | 2,074 | 0,288 | 0,313 | 0,068 | 0,058 |
| 20° | 85 | | | 21 | | | | | | | | | 96 | | 2,36 | 0,424 | 2,076 | 0,288 | 0,314 | 0,068 | 0,059 |
| 25° | 88 | | | 22 | | | | | | | | | 99 | | 2,41 | 0,424 | 2,078 | 0,288 | 0,314 | 0,068 | 0,060 |
| 30° | 92 | | | 23 | | | | | | | | | 104 | | 2,47 | 0,425 | 2,081 | 0,289 | 0,314 | 0,068 | 0,062 |
| 35° | 98 | | | 24 | | | | | | | | | 110 | | 2,56 | 0,425 | 2,084 | 0,289 | 0,315 | 0,068 | 0,064 |
| 40° | 104 | | | 26 | | | | | | | | | 117 | | 2,67 | 0,426 | 2,088 | 0,290 | 0,315 | 0,068 | 0,067 |
| 45° | 113 | 28 | 127 | 2,84 | 0,427 | 2,092 | 0,290 | 0,316 | 0,068 | 0,071 | | | | | | | | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

PROJETO: DETALHES

CONTEÚDO:
DETALHE DA PONTA DE ALA

ESCALA:
INDICADA Nº DA PRANCHA:
16/18

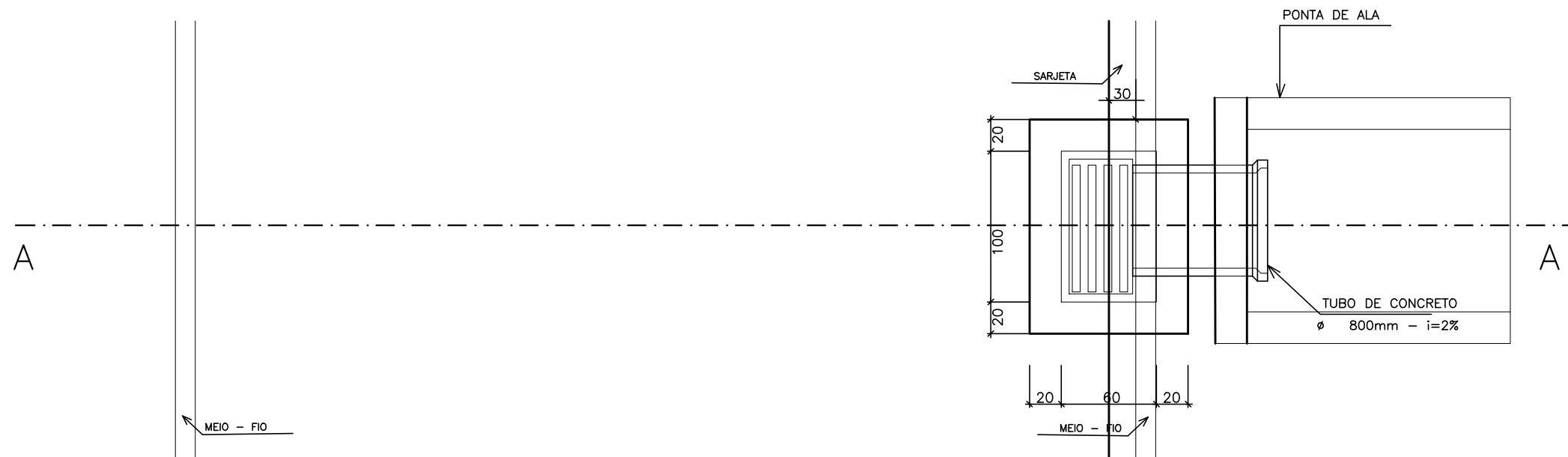
Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

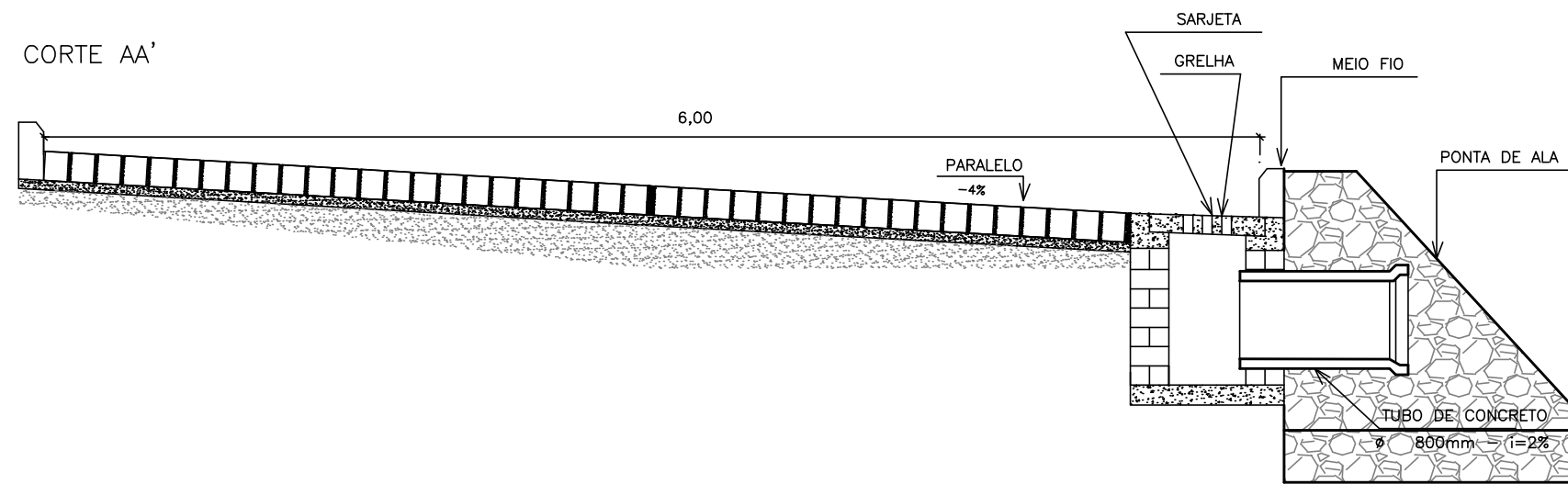
Assinatura:

Assinatura:

PLANTA BAIXA



CORTE AA'



DETALHE - SECÇÃO COM DRENAGEM
Det. 01



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

PROJETO: DETALHES

CONTEÚDO:
DETALHE SEÇÃO COM DRENAGEM

ESCALA:
INDICADA

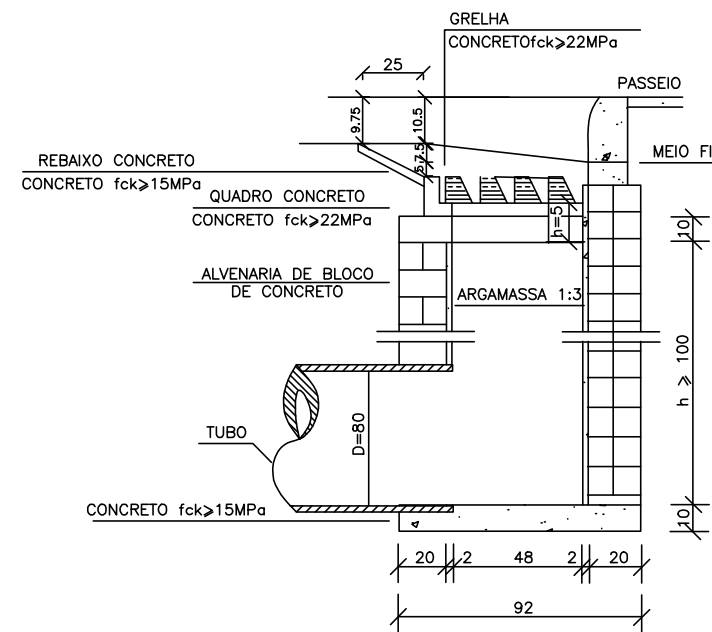
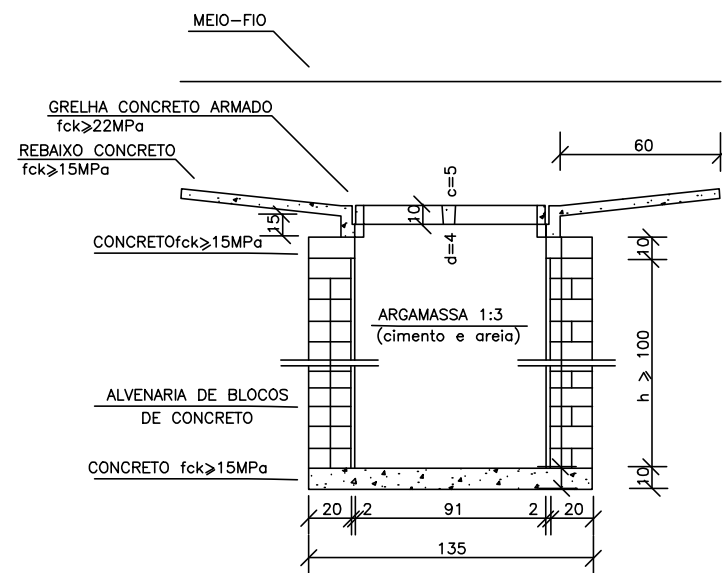
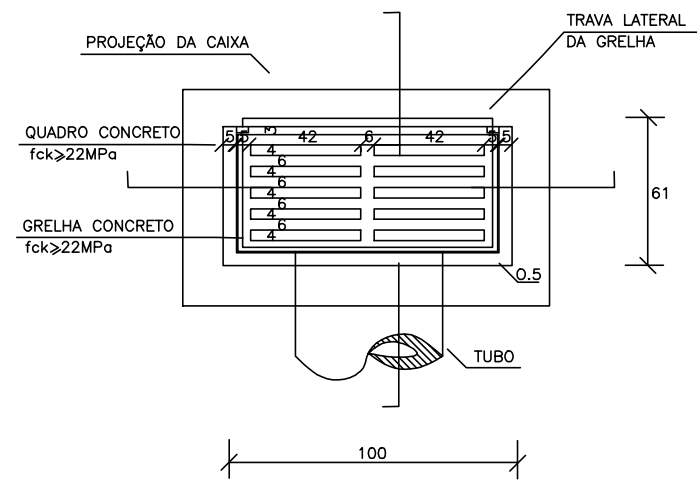
Nº DA PRANCHA:
17/18

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Assinatura:

Assinatura:



| CÓDIGO | h | ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO (m ²) | ARGAMASSA 1:3 (m ³) | FORMAS (m ²) | AÇO (kg) | CONCRETO fck 15MPa (m ³) | CONCRETO fck 22MPa (m ³) |
|--------|-----|---|---------------------------------|--------------------------|----------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| BLSG01 | 100 | 3,81 | 0,06 | 3,10 | 4,10 | 0,250 | 0,060 |

DETALHE - BOCA DE LOBO SIMPLES COM GRELHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

PROJETO: DETALHES

CONTEÚDO:
DETALHE DA BOCA DE LOBO
SIMPLES COM GRELHA

ESCALA:
INDICADA

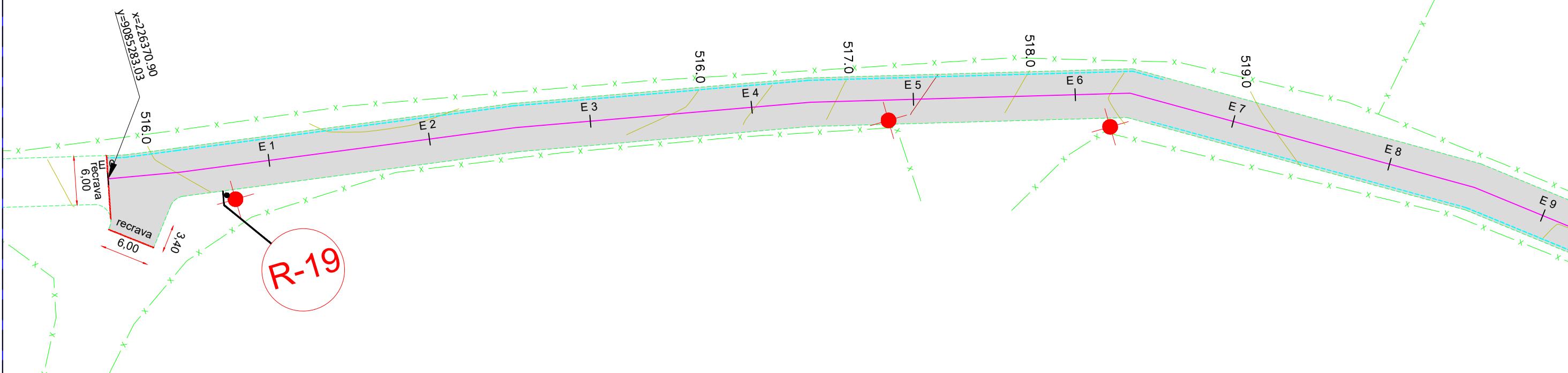
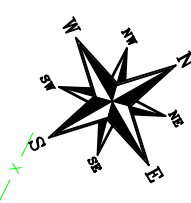
Nº DA PRANCHA:
18/18

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Assinatura:






Assinatura:



SINALIZAÇÃO - 01/02

Escala _____ 1:500

LEGENDA:

- | | |
|--|---|
|  PAVIMENTAÇÃO PROJETADA |  POSTE |
|  MEIO FIO PROJETADO |  ÁRVORE EXISTENTE |
|  EIXO LONGITUDINAL |  REGRAVA |
|  SARJETA PROJETADA |  CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL |
| E 1 SINALIZAÇÃO A CADA 20M |  CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

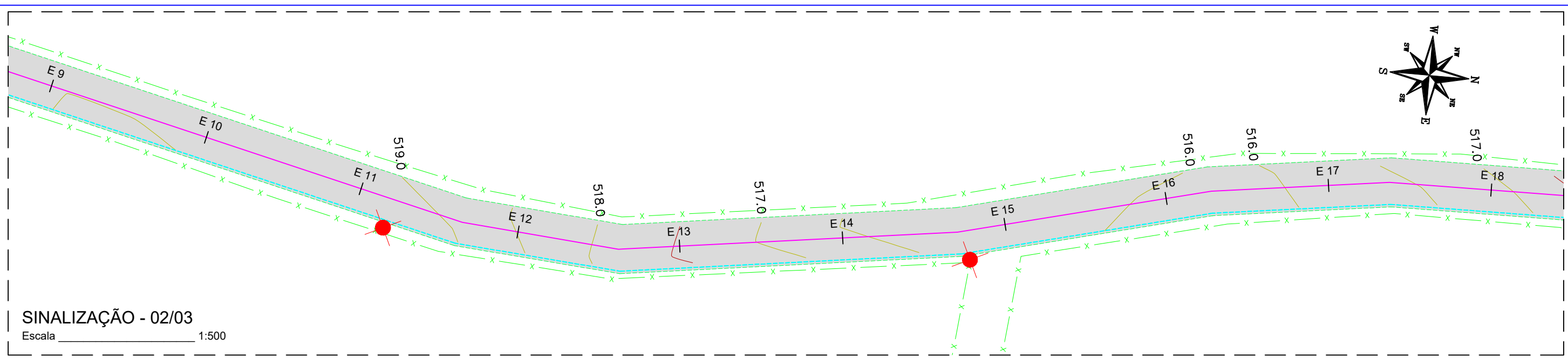
| | | | |
|----------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
| PROJETO: SINALIZAÇÃO | CONTEÚDO: SINALIZAÇÃO 01/02 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 01/07 |
|----------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

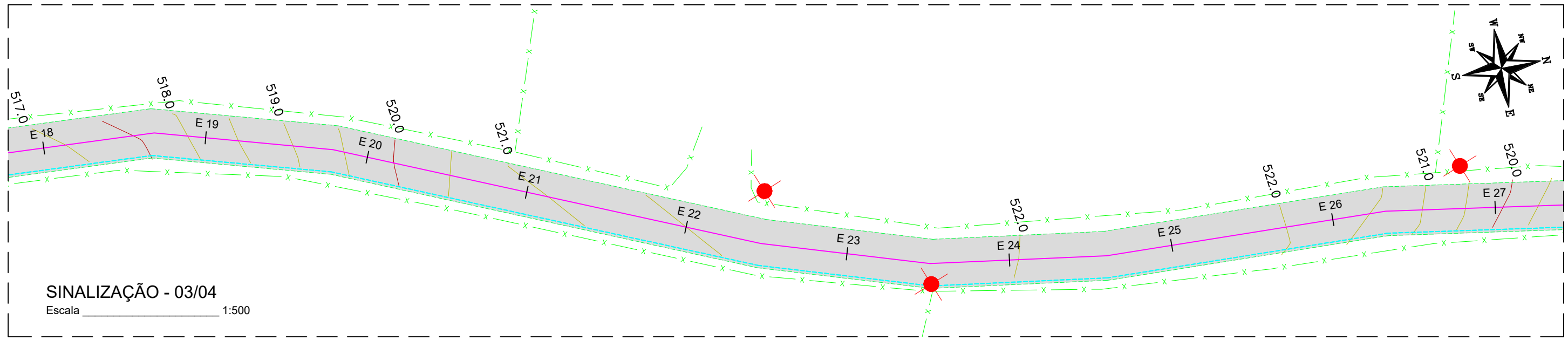
Assinatura:

Assinatura:



SINALIZAÇÃO - 02/03

Escala _____ 1:500



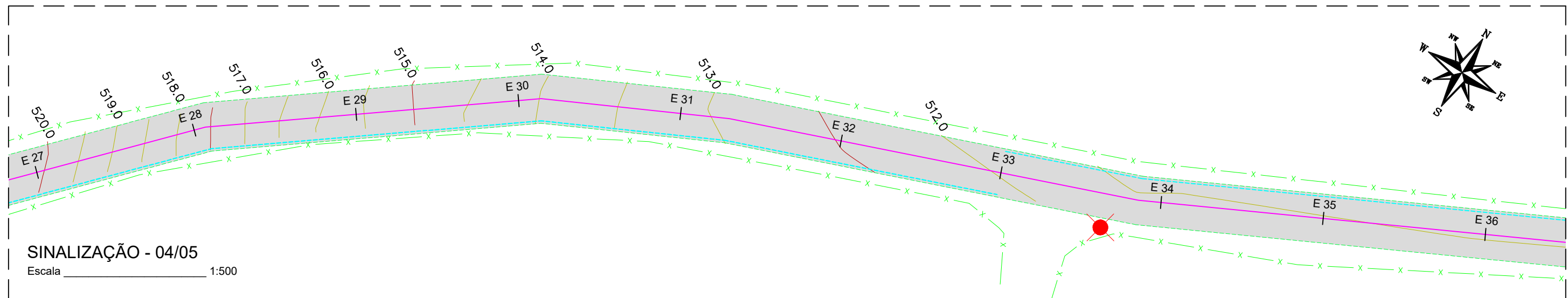
SINALIZAÇÃO - 03/04

Escala _____ 1:500

LEGENDA:

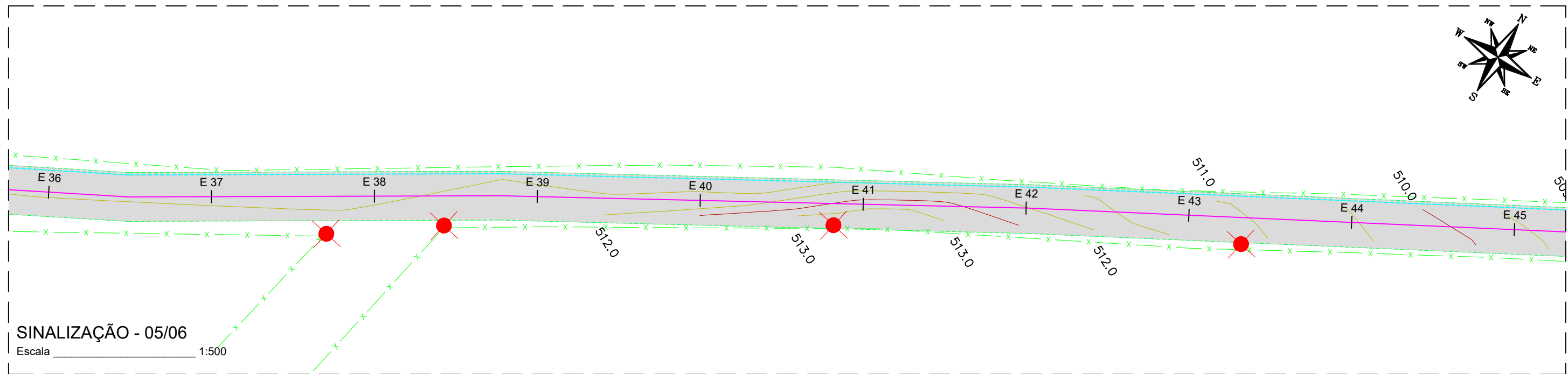
- PAVIMENTAÇÃO PROJETADA
- MEIO FIO PROJETADO
- EIXO LONGITUDINAL
- SARJETA PROJETADA
- E 1** SINALIZAÇÃO A CADA 20M
- POSTE
- ÁRVORE EXISTENTE
- RECRAVA
- CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
- CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA

| | | |
|--|---|---|
|  <p>Prontoceng Consult CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017 Fone: 51-9-9653-8941 Email: prontoceng@gmail.com CNPJ: 10.272.663/0001-19</p> | <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE</p> | <p>DATA: MAR/2022</p> |
| <p>OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL</p> | | |
| <p>PROJETO: SINALIZAÇÃO</p> | <p>CONTEÚDO: SINALIZAÇÃO 02/03 SINALIZAÇÃO 03/04</p> | <p>ESCALA: INDICADA Nº DA PRANCHA: 02/07</p> |
| <p>Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE</p> | <p>Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE</p> | |
| <p>Assinatura:</p> | <p>Assinatura:</p> | |



SINALIZAÇÃO - 04/05

Escala 1:500



SINALIZAÇÃO - 05/06

Escala 1:500

LEGENDA:

- PAVIMENTAÇÃO PROJETADA
- POSTE
- MEIO FIO PROJETADO
- EIXO LONGITUDINAL
- SARJETA PROJETADA
- ÁRVORE EXISTENTE
- RECRAVA
- CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
- CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
- E 1** SINALIZAÇÃO A CADA 20M

Prontoceng
 CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA
 Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23
 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017
 Fone: 51-9-9653-8941
 Email: prontoceng@gmail.com
 CNPJ: 10.272.663/0001-19

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
 LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

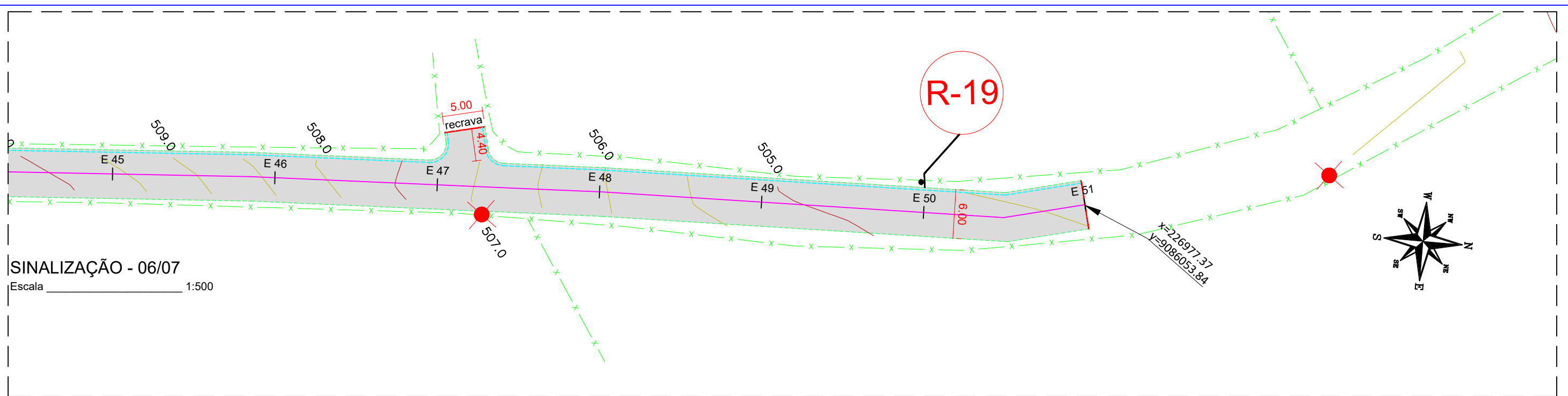
| | | | |
|----------------------|--|------------------|-----------------------------|
| PROJETO: SINALIZAÇÃO | CONTEÚDO: SINALIZAÇÃO 04/05 SINALIZAÇÃO 05/06 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 03/07 |
|----------------------|--|------------------|-----------------------------|

Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Assinatura:

Assinatura:

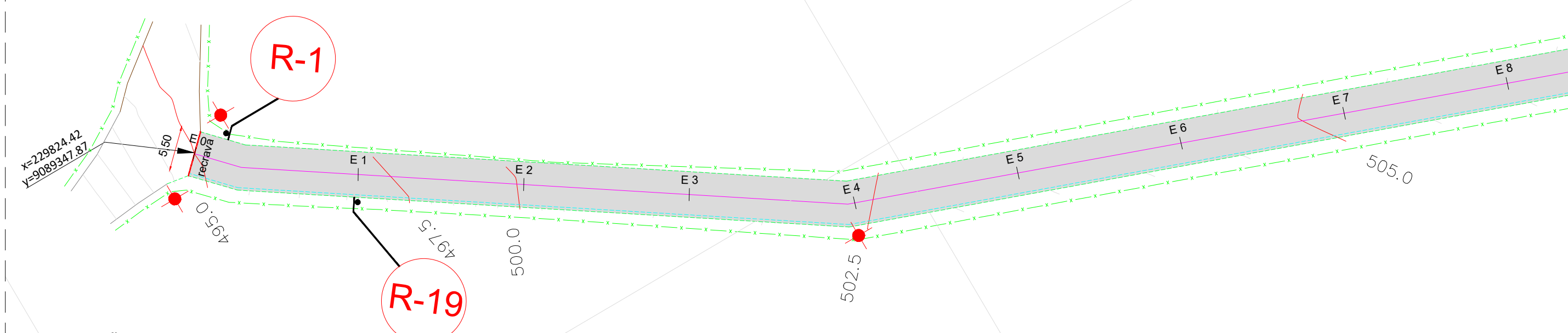
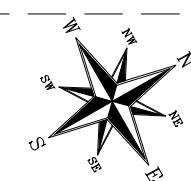


SINALIZAÇÃO - 06/07
Escala _____ 1:500

LEGENDA:

- | | |
|--|---|
|  PAVIMENTAÇÃO PROJETADA |  POSTE |
|  MEIO FIO PROJETADO |  ÁRVORE EXISTENTE |
|  EIXO LONGITUDINAL |  RE CRAVA |
|  SARJETA PROJETADA |  CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL |
| E 1 SINALIZAÇÃO A CADA 20M |  CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA |

| | | | |
|---|--|---------------------|--------------------------------|
|  CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23 Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017 Fone: 81-9-9653-8941 Email: prontoceng@gmail.com CNPJ: 10.272.663/0001-19 | PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | DATA: MAR/2022 |
| | OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL | | |
| PROJETO: SINALIZAÇÃO | CONTEÚDO: SINALIZAÇÃO 06/07 | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 04/07 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | Assinatura: | | |



SINALIZAÇÃO - 01/03
Escala 1:500

LEGENDA:

- PAVIMENTAÇÃO PROJETADA
- POSTE
- MEIO FIO PROJETADO
- EIXO LONGITUDINAL
- SARJETA PROJETADA
- ÁRVORE EXISTENTE
- RECRAVA
- CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
- CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
- E 1** SINALIZAÇÃO A CADA 20M

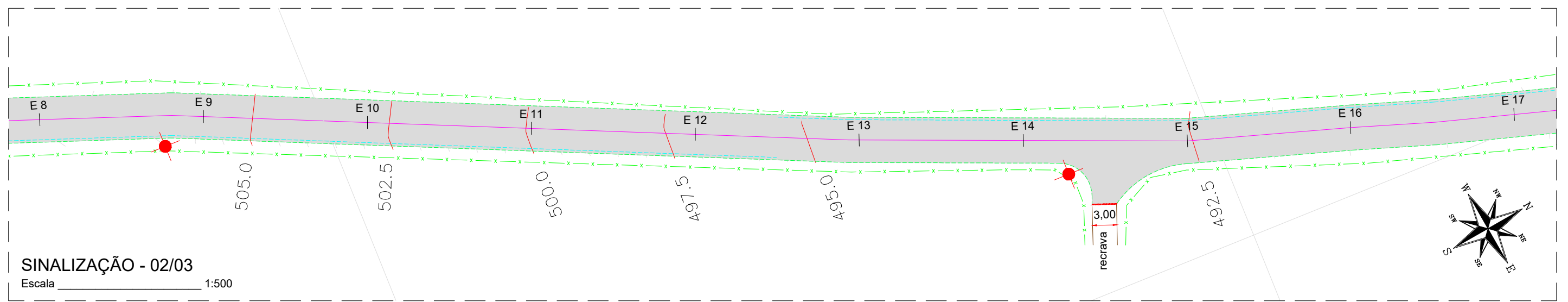
Prontoceng
CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA
Rua Caio Pereira, 331, Caixa Postal 23
Encruzilhada - Recife - PE CEP: 52.041-017
Fone: 81-9-9653-8941
Email: prontoceng@gmail.com
CNPJ: 10.272.663/0001-19

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

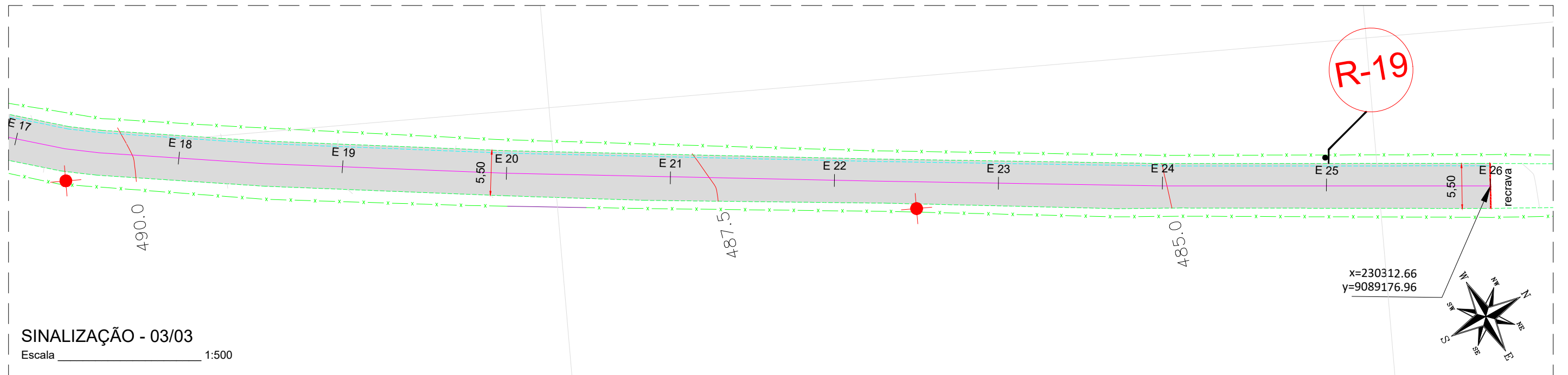
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

| | | | | | |
|--|--|----------------------------------|---|---------------------|--------------------------------|
| PROJETO: SINALIZAÇÃO - ESTRADA PALMEIRA | | CONTEÚDO: SINALIZAÇÃO - 01/03 | | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 05/07 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | | | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | | | Assinatura: | | |



SINALIZAÇÃO - 02/03

Escala 1:500



SINALIZAÇÃO - 03/03

Escala 1:500

LEGENDA:

- PAVIMENTAÇÃO PROJETADA
- POSTE
- MEIO FIO PROJETADO
- ÁRVORE EXISTENTE
- EIXO LONGITUDINAL
- RECRAVA
- SARJETA PROJETADA
- CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
- CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
- E 1** SINALIZAÇÃO A CADA 20M



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

PROJETO:
SINALIZAÇÃO - ESTRADA PALMEIRA

CONTEÚDO:
SINALIZAÇÃO - 02/03 e 03/03

ESCALA:
INDICADA

Nº DA PRANCHA:
06/07

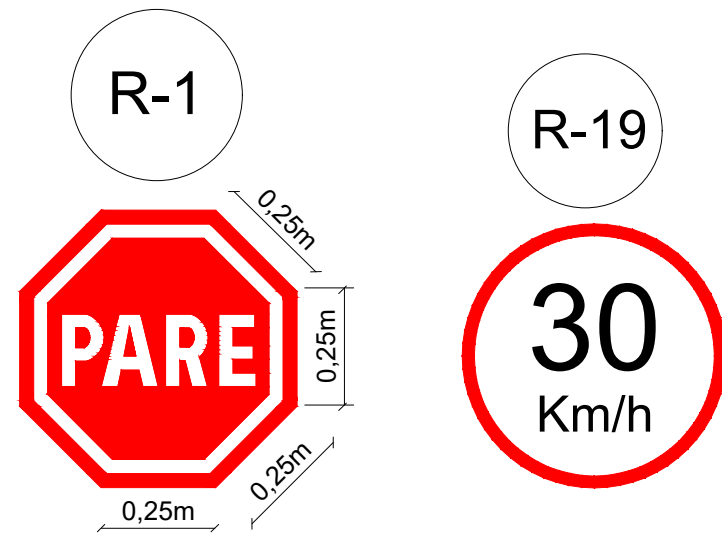
Engº Responsável:
LEONARDO MENEZES DE SÁ
CREA: 29.936 - D/PE

Proprietário:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

Assinatura:

Assinatura:

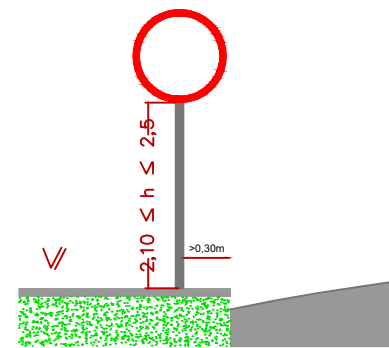
PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO:



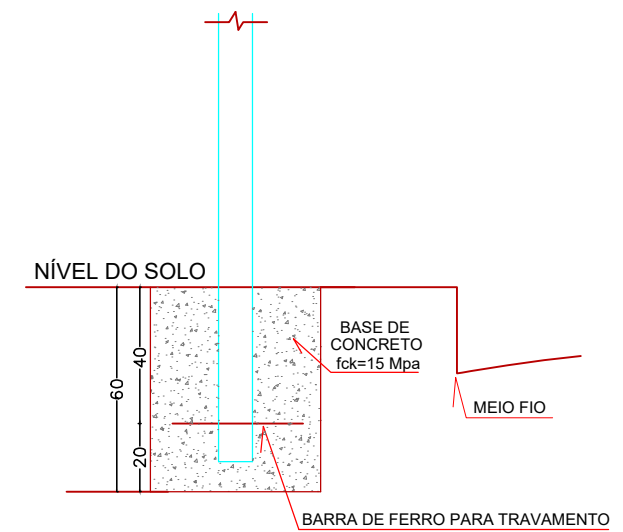
| Sinais de Forma Circular: Dimensões Mínimas. | | Sinais de Forma Octogonal |
|---|---|---|
| Área Urbana: Diâmetro - 0,400 m. arja - 0,040 m. Orla - 0,040 m. | Área Rural: Diâmetro - 0,750 m. Tarja - 0,075 m. Orla - 0,075 m. | Lado - 0,250 m. Orla Interna Branca - 0,020 m. Orla Externa Vermelha 0,010 m. |

DETALHES:

POSICIONAMENTO NA VIA



FUNDAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE

DATA:
MAR/2022

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA VIA SEVERINO CAETANO DE DEUS NA COMUNIDADE MANGUEIRA
LOCALIDADE: CHÃ GRANDE - PE - ETAPA 06 - EMENDA ESPECIAL

| | | | |
|--|---|---------------------|-------------------------|
| PROJETO: SINALIZAÇÃO | CONTEÚDO: DETALHE DAS PLACAS | ESCALA: INDICADA | Nº DA PRANCHA: 07/07 |
| Engº Responsável: LEONARDO MENEZES DE SÁ CREA: 29.936 - D/PE | Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE | | |
| Assinatura: | Assinatura: | | |

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO XIII

**AO
MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE/PE**

Senhor Pregoeiro,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta relativa ao **Pregão Eletrônico nº 010/2023**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizará o fornecimento e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

1 - PROPONENTE:

1.1 - Razão Social -

1.2 - Endereço -

1.3 - C.N.P.J. –

1.4 – Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

1.5 - Dados Bancários: **Banco XXXXX / agência XXXXXX / conta corrente XXXXXXXX:**

2 - FORMAÇÃO DO PREÇO:

O valor global da nossa proposta é de R\$ _____
(_____).

3 - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____(_____) dias contados da data de apresentação da mesma.

4 –LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: conforme o edital.

5 – FORMA DE PAGAMENTO: Conforme edital

6 - DECLARAÇÃO

6.1 - Declaramos que:

6.1.1 - Nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos à mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, as contribuições fiscais, transporte e seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias a total execução dos serviços.

6.1.2 - Cumpriremos rigorosamente as especificações e as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE.

6.1.3 - Que temos pleno conhecimento do local e das condições de execução do objeto, comprometendo-nos desde já a executá-lo na forma exigida por este Município.

_____, _____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL - CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

(ANEXAR TODAS AS PLANILHAS AJUSTADAS À PROPOSTA, CONFORME PROJETO BÁSICO)

MODELO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (QUALIFICAÇÃO TRABALHISTA) – ANEXO XIV

| |
|---|
| Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO |
|---|

| |
|-------------|
| Nº 010/2023 |
|-------------|

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF-MF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Cidade - UF, _____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E
ASSINATURA

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO – ANEXO XV**

Modalidade de Licitação
PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 010/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, Declara sob as penas da Lei, que temos pleno conhecimento e preenchemos todos os requisitos para atendimento às exigências de Habilitação do Certame acima identificado, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas, conforme legislação pertinente.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E
ASSINATURA

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
À HABILITAÇÃO – ANEXO XVI**

| |
|---|
| Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO |
|---|

| |
|-------------|
| Nº 010/2023 |
|-------------|

..... (nome da empresa), CNPJ nº
....., (endereço completo), declara sob as penas da lei que até
a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na licitação
em referência e está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E
ASSINATURA

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA –
ANEXO XVII**

| |
|---|
| Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO |
|---|

| |
|-------------|
| Nº 010/2023 |
|-------------|

_____ (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)...., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, doravante denominada LICITANTE, para fins do disposto no subitem 15.6.5 alínea “e” do Edital, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº 010/2023, foi elaborada de maneira independente pela LICITANTE, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº 010/2023, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico Nº 010/2023 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº 010/2023, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº 010/2023 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº 010/2023 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº 010/2023 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº 010/2023 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE - PE, antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E
ASSINATURA

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ANEXO XVIII**

| |
|---|
| Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO |
|---|

| |
|-------------|
| Nº 010/2023 |
|-------------|

(NOME DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____,
(ENDEREÇO COMPLETO) _____, declara, sob as penas da lei, que está
enquadrada como _____, nos termos dos incisos I e II do art. 3º da
Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e não tem nenhum dos impedimentos
do § 4º do mesmo artigo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

OBSERVAÇÃO: A falsidade desta declaração caracteriza o crime previsto no artigo 299 do
Código Penal (crime de falsidade ideológica), sem prejuízo das sanções previstas neste
Edital.

Cidade - UF, de de 2023.

Diretor ou Representante Legal – RG nº

MODELO DE DECLARAÇÃO EXPRESSA, DE QUE O SÓCIO OU DIRETOR NÃO OCUPA CARGO OU FUNÇÃO DE CHEFIA, ASSESSORAMENTO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA, NO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE – ANEXO XIX

| |
|---|
| Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO |
|---|

| |
|-------------|
| Nº 010/2023 |
|-------------|

_____, CNPJ nº _____, sediado à _____, declara, sob as penas da lei, que nenhum dos seus proprietários /sócios / diretor / sócio-gerente ocupa cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no Município de Chã Grande - PE.

Cidade – UF, _____ de _____ de 2023.

(Nome completo do declarante)

(Nº da Célula de Identidade)

(Assinatura do declarante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2023

ANEXO XX

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO N.º xxxx/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM

_____, PARA OS FINS QUE SE
ESPECIFICA.**

Aos ____ dias do mês de _____ de 2023, de um lado o **MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **11.049.806/0001-90**, situado à Avenida São José, nº 101 - Centro – Chã Grande-PE, neste ato representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal Sr. Diogo Alexandre Gomes Neto, brasileira, casado, comerciante, inscrito no CPF/MF nº 866.582.714-53, residente à Avenida Vinte de Dezembro, 90 – Augusto David – Chã Grande - PE, no uso da atribuição que lhe confere o ORIGINAL, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à _____, neste ato representada por seu/sua representante legal, Sr./Srª. _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pela _____, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente Contrato, cuja celebração é decorrente do **Processo Licitatório nº 019/2023 – Pregão Eletrônico nº 010/2023** - doravante denominado **PROCESSO** e que se regerá pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e modificações subsequentes; pelos termos da proposta vencedora, parte integrante deste contrato; pelo estabelecido no Edital e seus anexos, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado; atendidas as cláusulas, e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto deste, a **Contratação de empresa de engenharia para Pavimentação da Via Severino Caetano de Deus – Etapa 6 e Estrada da Palmeira, no Município de Chã Grande/PE – Contrato de Repasse MAP Nº 939072/2022**, conforme projeto básico anexo I do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1 Integram este contrato, como se aqui estivessem transcritos, os documentos abaixo relacionados, cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- 2.1.1 Proposta da vencedora, edital e seus anexos independente de transcrição;
- 2.1.2 Projeto de Básico completo, de detalhes e de especificações;
- 2.1.3 Demonstrativo do Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;
- 2.1.4 Cronograma Físico - Financeiro.
- 2.1.5 Plantas e especificações.

2.2 Os documentos referenciados no item anterior e seus subitens, são considerados suficientes, para em complemento a este contrato, definir sua extensão e intenção e desta forma reger a perfeita e integral execução dos serviços dentro do mais alto nível técnico independentemente de transcrição ou anexação dos mesmos ao contrato.

2.3 Em caso de dúvidas ou divergências entre os documentos acima mencionados à exceção do descrito no subitem 2.1.1 e as disposições deste Contrato, prevalecerão sempre o disposto neste último e em caso de divergência entre os citados documentos prevalecerá aquele de emissão mais recente.

2.4 A partir da assinatura do presente contrato, passam a ser aplicáveis todas as correspondências, de reunião, deliberações constantes do Diário de Obra que vierem a ser realizadas e devidamente

assinadas por representantes legítimos das partes, sendo pelo MUNICÍPIO, o Secretário de Infraestrutura, desde que estritamente condizentes com o objetivo deste contrato e não impliquem em alteração dos preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O valor Global do presente Contrato é de **R\$..... (POR EXTENSO)**, de acordo com os Anexos do Edital do Pregão Eletrônico **Nº 010/2023**, que deverá ser pago de acordo com os Boletins de Medição expedidos pela fiscalização, em até 15 (quinze) dias da expedição.

3.2 O pagamento do 1º Boletim de Medição será condicionado à apresentação de cópias dos seguintes documentos:

3.2.1 Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, da execução da obra perante o CREA-PE;

3.2.2 Comprovante de matrícula da obra no INSS (CEI).

3.3 Para os pagamentos das medições subsequentes à primeira serão exigidas cópias dos seguintes documentos:

3.3.1 Comprovante de GRPS (INSS) correspondente;

3.3.2 Comprovante de recolhimento ao FGTS (GFIP).

3.4 Os pagamentos ficarão adstritos à execução do Cronograma Físico-Financeiro.

3.4.1 Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

3.4.2 Nos casos de eventuais atrasos no pagamento, por culpa única e exclusiva da **PMCG**, será devida atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, adotando-se a taxa anual de 6%(seis por cento), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EF = I \times N \times VP$$

Onde:

EF = Encargos financeiros

I = Índice de atualização financeira

N = Número dias entre a data prevista para o pagamento (adimplemento da parcela) e a data do efetivo pagamento

VP = valor da parcela a ser paga

O índice de atualização financeira é apurado de acordo com a taxa anual de 6%, da seguinte forma:

$$I = (X/100) \quad I = 0,0001644 \ 365$$

3.4.3 A atualização financeira devida conforme esta cláusula será incluída na nota fiscal/fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

3.4.4 Em caso de erro ou omissão na nota fiscal/fatura ou em outro documento que o substitua, a atualização financeira somente será devida após as devidas retificações ou substituição, não sendo computado o prazo de retificações para efeito de atualização do valor a ser pago.

3.5 Os serviços excedentes, aqueles que porventura venham a ter quantitativos reais superiores aos previstos, serão pagos com base nos preços unitários constantes da proposta vencedora, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) e serão formalizados através de Termo Aditivo.

3.6 A CONTRATADA emitirá os documentos de cobrança e encaminhará ao Município de Chã

Grande, no endereço constante no preâmbulo, sendo o pagamento efetuado em até **15 (quinze) dias** após a apresentação do documento de cobrança, o que ocorrer por último, não havendo compensação financeira por esta carência. Caso o décimo quinto dia coincida com Sábado, Domingo ou Feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

3.7 Nos documentos de cobrança deverão constar:

- a) Número do contrato e data de assinatura;
- b) Item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança;
- c) Local de execução dos serviços;
- d) Valor da medição correspondente.

3.8 Em caso de atraso no pagamento por culpa do MUNICÍPIO, o valor devido será acrescido de 0,5% ao mês "pro rata dia" pelo período em atraso, tendo o MUNICÍPIO 10(dez) dias, a contar da entrada do documento de cobrança correspondente, no seu Protocolo Geral, para efetuar o pagamento.

3.9 Não será admitida cobrança via rede bancária.

3.10 Havendo erros ou omissões no documento de cobrança, este será devolvido à CONTRATADA no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, para que essa tome as providências recomendáveis, reapresentando o documento, processando-se o respectivo pagamento até o 15º(décimo quinto) dia após a reapresentação do documento.

3.11 Os créditos a favor do Município, não liquidados até a data do vencimento acordada, terão seus valores acrescidos de 0,5% ao mês, "pro rata dia", desde a data do vencimento até a data de sua efetiva liquidação.

3.12 A antecipação de eventos contratuais por iniciativa exclusiva da CONTRATADA, não criará para o Município, responsabilidade de antecipar os eventos administrativos, físicos e/ou financeiros correlatos.

3.13 Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá enviar materiais com frete a pagar no destino.

3.14 Os impostos, contribuições e taxas incidentes sobre o faturamento serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.15 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades, quaisquer que forem, nem implicará na aprovação definitiva da execução total ou parcial do fornecimento e/ou serviços contratados.

3.16 O CONTRATADO, somente terá direito ao pagamento das faturas mensais, fruto das medições realizadas, mediante a apresentação ao CONTRATANTE, com cópia autenticada, de comprovação do recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados seus empregados, incluída em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços executados, para atendimento do que disposto no § 3º do Art. 31 da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95.

3.17 Para efeito de observância do item anterior, o CONTRATADO deverá elaborar folhas de pagamento e guia de recolhimento distintas para a obra/serviço, devendo cópia autenticada ser apresentada ao CONTRATANTE, quando da ocasião da quitação da nota fiscal ou fatura, que se fará acompanhar da guia de recolhimento também autenticada, para que se possa atender o que disposto no § 4º do Art. 3º da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95. Observar-se-á também, quando dos pagamentos de faturas, a obrigatória apresentação ao CONTRATANTE dos documentos listados nos incisos I a IV do Art. 190 da Instrução Normativa MPS/SRP N.º 03 quando se tratar de obra, e cópias de Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) específicas, códigos 150 ou 155, constantes do Manual da GFIP, e respectivo documento de arrecadação, observado o disposto no art. 169 e 187, II da IN MPS/SRP N.º 03/2005, quando se tratar de serviços.

3.18 Caso o CONTRATADO não atenda o que disposto nos itens anteriores, quanto à comprovação do pagamento das contribuições previdenciárias relativas e calculadas sobre a remuneração dos segurados seus empregados na obra, o pagamento da fatura será efetivado, mediante o desconto do

percentual de 11% (onze por cento) do total da fatura ou nota fiscal, ou sobre o valor dos serviços, se por acaso, na planilha do CONTRATANTE e neste contrato, tais montantes não estejam calculados separadamente, quanto a equipamentos e materiais, observado em quaisquer casos, o disposto nos Arts. 152 a 160 da Instrução Normativa MPS/SRP N.º03, de 14 de julho de 2005.

3.19 Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, fornecidos pela CONTRATADO, indispensáveis à execução do serviço, desde que discriminados na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, e acaso constantes neste instrumento de contrato, não estão sujeitos à retenção de que trata o item anterior.

3.20 Se houver previsão, neste contrato, de fornecimento de material ou equipamento, mas sem discriminação de valores, a base de cálculo da retenção não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor bruto na nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, desde que devidamente discriminada nestes documentos.

3.21 Na falta de discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, a base de cálculo será o valor bruto, ainda que a discriminação conste neste contrato.

3.22 Havendo discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, mas inexistindo a previsão neste contrato para fornecimento de material ou equipamento, a base de cálculo da retenção será o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo.

3.23 O CONTRATADO deverá obrigatoriamente após a assinatura deste contrato, na forma como previsto nos Art. 19, III, alíneas “c”, “d” e “e”, e nos arts. 25 a 32, da Instrução Normativa MPS/SRP N.º 03, de 14/07/2005, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, providenciar a matrícula da obra junto ao INSS, para obtenção de Matrícula CEI – Certificado de Matrícula, com número cadastral básico, o qual será apresentado ao CONTRATANTE, antes do pagamento da primeira fatura ou nota fiscal.

3.24 A **LICITANTE** que vier a ser contratada deverá apresentar ao **Município de Chã Grande**, para fins de recebimento da fatura, os seguintes documentos atualizados:

- I – Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
- II – Certidão de Regularidade com o FGTS.
- III - Certidão de quitação de Tributos Federais, administradas pela Secretaria da Receita Federal.
- IV – Certidão Negativa de débitos de Tributos e Contribuições Municipais;
- V - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.25 Os pagamentos somente serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada, conforme dados bancários a seguir:

BANCO
AGÊNCIA N°
CONTA CORRENTE N°
RAZÃO SOCIAL
CNPJ N°

3.1.22 Ocorrendo alteração das condições econômicas fundamentais prevalecentes na assinatura do contrato, será assegurada a recuperação dos valores ora contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na conformidade do disposto no Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

3.1.23 Eventual alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato só será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a alteração da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Todos os valores financeiros a serem pagos decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária: Órgão: 6000 – Secretaria de Infraestrutura - Unidade: 6001 –

Secretaria de Infraestrutura - Atividade: 15.451.1503.1.50 – Obras de Pavimentação e Vias de Acessos - Elemento de Despesa: (817 / 820) - 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

4.2 No exercício seguinte, as despesas correrão por conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, sendo que a alocação dos recursos será feita mediante termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A vigência do contrato será de até **06 (seis) meses** a contar da data de expedição da ordem de serviços, podendo ser prorrogado a critério da Administração, de acordo com as determinações da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

5.2 O prazo para execução de todos os serviços, objeto da presente Licitação, será de **06 (seis) meses** a contar da data da emissão da ordem de serviços por parte da Administração Municipal.

5.3 O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente, nas formas da Lei.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 A Empresa vencedora do Processo Licitatório se responsabilizará por todo e qualquer defeito ou problema de execução dos serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos após a entrega das mesmas.

CLÁUSULA SÉTIMA - RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1 O recebimento/aceitação do objeto do presente contrato ficará condicionado ao atendimento, por parte da CONTRATADA, dos prazos e obrigações aqui previstas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além do que dispõe o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023** e seus anexos, configuram obrigações da CONTRATADA:

8.1 Comunicar, através de carta dirigida ao MUNICÍPIO, a conclusão de cada evento conforme o cronograma de execução, com 5(cinco) dias úteis de antecedência.

8.2 Assegurar ao MUNICÍPIO, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço. Em caso de constatação pela fiscalização do MUNICÍPIO de materiais de má qualidade ou padrão de serviços, caberá a CONTRATADA a substituição do material e/ou recomposição de serviços, conforme a conveniência do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, contados a partir da reclamação feita, sem ônus para o MUNICÍPIO.

8.3 Substituir imediatamente, o seu empregado que o MUNICÍPIO considerar inadequado ao serviço, seja porque apresenta sintomas de doenças contagiosas, comporte-se de modo incompatível com o ambiente com o ambiente de trabalho ou não possua habilitação técnica suficiente. Esta aferição fica exclusivamente a critério do MUNICÍPIO.

8.4 Garantir os materiais e serviços pelo prazo de 05(cinco) anos, conforme previsto em lei, a partir da data do Termo de Aceitação Definitiva que será emitido em até 90(noventa) dias corridos após a conclusão da obra.

8.5 Transportar todos os materiais e equipamentos para o endereço contido nas plantas de localização, não incidindo para o MUNICÍPIO nenhuma responsabilidade com quebras, danos, incêndios ou acidentes.

8.6 Providenciar para que todo seu pessoal, no recinto da obra esteja identificado pelo uso de capacetes, crachás e uniforme na cor padrão da mesma e munido de todo equipamento de proteção individual, para a realização dos serviços.

8.7 Facilitar o trabalho de outras empreitadas contratadas pelo MUNICÍPIO para execução de serviços na área da obra.

8.8 Tomar as providências necessárias para a administração, transporte, alojamento, alimentação e qualquer outra questão relacionada com o emprego de mão-de-obra necessária aos serviços contratados. A CONTRATADA colocará na obra, pessoal técnico com experiência satisfatória na execução e administração de serviços semelhantes.

8.9 Responsabilizar-se por todos os atos praticados por seus empregados e deverá se empenhar na manutenção da ordem no recinto da obra.

8.10 Responsabilizar-se pela segurança de seus empregados, de pessoas e propriedades, na área dos serviços.

8.11 Observar as normas e instruções sobre segurança, permanência e conduta na realização dos serviços.

8.12 Manter e entregar a obra e todas as benfeitorias, incluídas nos limites do terreno, em perfeitas condições de limpeza e conservação.

8.13 Entregar no MUNICÍPIO, em papel copiativo, até a data de conclusão dos serviços contratuais, todos os projetos atualizados e respectivas especificações e/ou documentação técnica na qual se incluam as modificações eventualmente introduzidas nos projetos originais.

8.14 Manter, no canteiro de obras à disposição do MUNICÍPIO, um diário de obras devidamente preenchido e atualizado.

8.15 Obter o licenciamento de todos os projetos e serviços a serem executados, nos órgãos Estaduais, Municipais e Companhia Concessionária, quando necessário.

8.16 Manter um técnico de nível superior responsável pela obra durante a execução dos serviços contratados.

8.17 Registrar o contrato no CREA de jurisdição da CONTRATADA, bem como providenciar placa padrão CREA, contendo o objetivo da obra, referência ao seu proprietário e os respectivos Responsáveis Técnicos.

8.18 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.

8.19 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sócio previdenciários, securitários e fiscais resultantes da execução deste contrato.

8.20 Manter durante toda a execução dos serviços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além do que dispõe o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023** e seus anexos, configuram obrigações da CONTRATANTE:

9.1 Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e nas condições estabelecidas na **Cláusula Terceira** deste instrumento.

9.2 Designar, por meio da **Contratante**, pessoas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do objeto ora contratada.

9.3 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

9.4 Anotar as falhas decorrentes da execução do contrato, em registro próprio e comunicar imediatamente a contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

9.5 Aplicar à contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando se fizer necessário, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **contratada**.

9.7 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

9.8 Notificar o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes no objeto, para que sejam corrigidos.

9.9 Verificar se o objeto entregue pela contratada está em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste contrato podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer item que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas no edital/contrato e na proposta da contratada.

9.10 Acompanhar direta e indiretamente a qualidade dos materiais aplicados nos serviços verificando o atendimento às normas técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Constitui motivo para a rescisão do presente instrumento, independentemente de Notificação Judicial, o descumprimento por qualquer uma das partes, das cláusulas contratuais e as hipóteses previstas nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem prejuízo das sanções legais, inclusive daquelas previstas no art. 87, da Lei supra referida.

10.2 As penalidades estabelecidas em Lei, não excluem qualquer outra prevista neste Contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

10.3 O presente contrato poderá ser rescindido, de imediato, por inadimplemento de qualquer das partes, através de simples notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, e ainda:

a) Por conveniência da CONTRATANTE, através de manifestação unilateral, espontânea, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, não cabendo à CONTRATADA direito a reclamação ou indenização;

b) Fica o contrato extinto de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

b.1 - Falência ou liquidação da CONTRATADA;

b.2 - Concordata ou incorporação da CONTRATADA a outra firma ou empresa, ou ainda, sua fusão ou cisão, sem prévio e expresso conhecimento do CONTRATANTE;

b.3 - Interrupção ou atraso na execução dos serviços, objeto deste contrato;

b.4- Incapacidade, desaparecimento, inidoneidade financeira, ou, ainda, má fé da CONTRATADA;

b.5 - Se a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, transferir, caucionar, ou alienar de qualquer forma os direitos decorrentes deste contrato.

10.4 O presente Contrato poderá ser rescindido, no todo ou em parte, por mútuo acordo, desde que ocorram fatos supervenientes, imperiosos e alheios da vontade do CONTRATANTE e que tornem impossível o fornecimento dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Conforme Art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, **“Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”**

11.2 Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no instrumento contratual, e com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a contratada ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração:

11.2.1. **Advertência**, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais de que não resulte prejuízo para a Administração;

11.2.2. **Multas**, conforme graus e condutas dispostos nas tabelas 1 e 2 abaixo e demais especificações a seguir, limitadas a 10% do valor total estimado da contratação:

TABELA 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 1% do valor total estimado da contratação |
| 2 | 2% do valor total estimado da contratação |
| 3 | 4% do valor total estimado da contratação |
| 4 | 6% do valor total estimado da contratação |
| 5 | 8% do valor total estimado da contratação |
| 6 | 10% do valor total estimado da contratação |

TABELA 2

| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|------|---|------|--|
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 2 | Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | 6 | Por dia, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 3 | Deixar de cumprir os prazos pré determinados para prestação dos serviços de manutenção e/ou fornecimento | 6 | Por ocorrência. |
| 4 | Deixar de executar os serviços contratados | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato. |
| 5 | Não zelar por informações sobre a contratante, excetuando aquelas obrigadas, por força de Lei, a serem transmitidas a qualquer pessoa | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato. |
| 6 | Negar suporte técnico ou fazê-lo de maneira tardia | 5 | Por ocorrência |
| 7 | Deixar de reparar, remover ou substituir os serviços e materiais empregados que apresentarem defeitos, imperfeições, alterações, irregularidades ou qualquer característica discrepante, ainda que constatada depois do recebimento e/ou pagamento, em até 5 (cinco) dias após o recebimento do termo de recusa do serviço | 5 | Por ocorrência |
| 8 | Executar serviço incompleto, paliativo, | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da |

| | | | |
|----|--|---|--|
| | substitutivo, como por caráter permanente | | possibilidade de rescisão do contrato |
| 9 | Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato |
| 10 | Apresentar notas fiscais para o pagamento em desacordo com as exigências previstas no edital | 4 | Por ocorrência |
| 11 | Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes | 3 | Por ocorrência |
| 12 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 13 | Transferir sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |

11.3 O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante, ou ainda cobrada diretamente da contratada, amigável ou judicialmente.

11.4 Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos à conta do Município de Chã Grande, através de Guia de Recolhimento fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da notificação, podendo a administração do **Município de Chã Grande** reter o valor correspondente de pagamento futuros devidos à contratada, ou ainda cobrá-las judicialmente, segundo a Lei 6.830/80, com os encargos correspondentes.

11.5 Se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa do órgão contratante.

11.6 A aplicação de multa não impede, a critério da Administração, a aplicação das demais sanções de advertência, de impedimento/suspensão do direito de licitar e de inidoneidade, bem como a rescisão da contratação.

11.7 As penalidades previstas no presente Edital e seus anexos poderão ser relevadas, em todo ou em parte, quando o atraso na execução dos serviços for devidamente justificado e comprovados pela licitante a ser contratada, por escrito no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência, em caso fortuito ou motivo de força maior.

11.8 As penalidades referidas no caput do artigo 81 da Lei 8.666/93 e suas alterações não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem fornecer os materiais.

11.9 Para as penalidades previstas neste Edital será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.10 As multas a que se referem aos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pelo **Município de Chã Grande**, da garantia contratual ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções já previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

12.1 O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo do MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE, contratante, mediante nomeação de servidores especialmente designados para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

12.1.1 Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, o Município de Chã Grande, designa, o Servidor: **Augusto Victor Silva Campos**, Matrícula 375247, Secretário Municipal de Planejamento, para Fiscalização do contrato, ficando a CONTRATADA ciente.

12.1.2 Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato.

12.2 Ao Fiscal do contrato compete, entre outras atribuições:

12.2.1 O **MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE**, através do seu departamento de engenharia, acompanhará a execução do objeto deste contrato e comunicará à **CONTRATADA** as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas, reservando-se o seu direito de vistoriar o local da execução dos Serviços, quando se fizer necessário.

12.2.1.1 Além das atividades neste contrato, no edital que originou esse contrato, bem como em seus anexos, **são atribuições do fiscal de obra**:

- a) inspecionar sistematicamente o objeto do contrato, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações técnicas de materiais e/ou serviços, ao projeto, aos prazos estabelecidos e demais obrigações do contrato;
- b) Organizar de forma sistemática todas as informações pertinentes aos processos que envolvem a obra: projetos, licitação, contrato, medições, cronogramas físico-financeiros previstos e realizados, aditivos, reajustamentos, realinhamentos, pagamentos, Projeto como construído (As Built), termos de recebimento provisório e definitivo e devolução de cauções, etc.
- c) disponibilizar, mensalmente, relatórios constando informações gerenciais da obra;
- d) aferir as medições dos serviços executados que deverão ser acompanhadas por registro fotográfico e pelas respectivas memórias de cálculo;
- e) solicitar, formalmente, a contratada, nos eventuais aditivos e paralisações, justificativa técnica respectiva e com base na mesma, formar juízo de valor desses eventos e encaminhar a documentação necessária para instâncias superiores providenciarem as medidas cabíveis aos mesmos;
- f) comunicar a instâncias superiores qualquer infração cometida pela contratada, mediante parecer técnico fundamentado, nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 9.697/2012, a fim de que as medidas legais cabíveis possam ser aplicadas.
- g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento dos prazos dispostos no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO apresentado anexo a este instrumento, considerando que a execução de cada serviço/etapa será aferido, em cada medição, consoante CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, previamente aprovado e que a aferição dos prazos se dará mediante a comparação entre o valor total da etapa prevista no cronograma físico-financeiro e o efetivamente realizado, no mês em análise.

12.2.2 O fiscal que agir em desacordo com suas obrigações ficará sujeito as sanções previstas na lei nº 8.666/93.

12.2.3 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

12.2.4 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, executados em desacordo com o presente Contrato e o Projeto Básico que o originou.

12.3 O servidor designado Fiscal de Contrato deverá manter cópia dos seguintes documentos, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada:

- a) termo contratual;
- b) todos os aditivos, se existentes;
- c) edital da licitação;
- d) especificação técnica, projeto básico ou termo de referência;
- e) proposta da Contratada;
- f) relação de faturas recebidas e pagas;

- g) toda correspondência com a Contratada.
- h) Laudos fotográficos da execução das obras

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

13.1 Ao Gestor compete, entre outras atribuições:

Durante a vigência do presente instrumento, a gestão será de responsabilidade do Sr. **José Henrique da Silva**, Matrícula 346923, Secretário Municipal de Infraestrutura, no que se refere a:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Solicitar, formalmente, a contratada, nos eventuais aditivos e paralisações, justificativa técnica respectiva e com base na mesma, formar juízo de valor desses eventos e encaminhar a documentação necessária para instâncias superiores providenciarem as medidas cabíveis aos mesmos;
- c) Comunicar a instâncias superiores qualquer infração cometida pela contratada, mediante parecer técnico fundamentado, nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 9.697/2012, a fim de que as medidas legais cabíveis possam ser aplicadas.
- d) Exigir da CONTRATADA o cumprimento dos prazos dispostos no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO apresentado anexo a este instrumento, considerando que a execução de cada serviço/etapa será aferida, em cada medição, consoante CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, previamente aprovado e que a aferição dos prazos se dará mediante a comparação entre o valor total da etapa prevista no cronograma físico-financeiro e o efetivamente realizado, no mês em análise.
- e) Na ausência temporária ou definitiva do fiscal titular, o Gestor deverá substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO VISTO

A minuta do presente Contrato foi devidamente analisada e aprovada pela assessoria jurídica do Município de Chã Grande.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A documentação técnica referente à obra deverá ser entregue pela CONTRATADA na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

15.2 A CONTRATADA poderá participar das reuniões sobre o andamento da obra, através de um único representante devidamente credenciado.

15.3 A permissividade de subcontratação de serviços acessórios dependerá da prévia autorização expressa do MUNICÍPIO.

15.4 O presente Contrato deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Município e nos demais meios pertinentes, como condição indispensável para sua eficácia, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, de acordo com o parágrafo único, do art. 61, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Todo o pessoal que for utilizado na execução deste contrato será diretamente vinculado e subordinado à **CONTRATADA**, não tendo com a **CONTRATANTE** nenhuma relação jurídica sobre qualquer título ou fundamento.

16.2 **A CONTRATADA** não terá direito a qualquer indenização se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste Contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no

caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional ao fornecimento efetivamente realizado.

16.3 As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

16.4 Para os efeitos de direito valem para este Contrato a Lei nº 8.666/93 e, alterações posteriores, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de Direito.

16.5 A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, seguros, taxas e impostos, acaso envolvidos, especialmente por qualquer vínculo empregatício que venha a se configurar, inclusive indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

16.6 As partes, neste ato, declaram que atenderão rigorosamente todos os dispositivos legais atinentes às normas aplicáveis ao tratamento dos Dados Pessoais, especialmente os fundamentos, princípios, conceitos, requisitos, bem como as demais disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, sob pena de não o fazendo, incorrer nas sanções previstas e arcar exclusivamente pelos seus atos de violação da legislação acima apontada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 O Foro para dirimir questões relativas à presente contratação será o Foro da Comarca de Gravatá/PE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito.

Diogo Alexandre Gomes Neto
CPF/MF Nº 866.582.714-53
Prefeito
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: